



TAP – Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A.
(Consolidação)

2017

RELATÓRIO DE GESTÃO
(PRINCIPAIS FACTOS)

E
CONTAS DO EXERCÍCIO

RELATÓRIO DE GESTÃO
(Principais Factos)

2017

Conjuntura

Conjuntura Internacional

A atividade económica global, em 2017, apresentou-se sólida, esperando-se uma expansão da ordem dos 3,7%. Esta evolução, ½ ponto percentual superior à verificada em 2016, traduz uma recuperação generalizada, quer nas economias avançadas, quer nas economias emergentes e em desenvolvimento (EME), sendo de destacar crescimentos particularmente pronunciados na Europa e na Ásia.

No contexto das economias avançadas, verificou-se, face a 2016, uma aceleração no crescimento, essencialmente sustentado pela procura interna, com a atividade económica nos Estados Unidos a manter um crescimento moderado, na ordem dos 2,3%, acelerando face a 2016, a par de uma melhoria das condições do mercado de trabalho e uma diminuição do desemprego. Por outro lado, no Reino Unido, o crescimento económico reduziu-se para 1,7%, face ao valor de 1,9% em 2016, como resultado da desaceleração do consumo interno, em parte, associado ao impacto sobre o rendimento disponível real das famílias, da depreciação da libra, na sequência do resultado do referendo, quanto à permanência na União Europeia.

Nas economias de mercado emergentes, a atividade económica acelerou, tendo continuado a beneficiar de condições financeiras acomodáticas e, no caso das economias exportadoras de matérias-primas, de uma subida dos respetivos preços, no final de 2016. Na China, a economia cresceu 6,8%, em linha com o observado em 2016, e pese embora a aparente robustez da atividade económica, de referir algumas preocupações relativamente à estabilidade financeira a médio prazo, face ao ritmo de crescimento do crédito, situando-se os níveis de crédito ao setor não financeiro, em percentagem do PIB, num valor semelhante ao das economias avançadas e distanciando-se, progressivamente, do padrão considerado nas economias de mercado emergentes. A Índia continuou a destacar-se como um dos países emergentes de maior crescimento, na ordem dos 6,7%. Por seu turno, no Brasil, o forte desempenho das exportações e o menor ritmo de contração na procura interna permitiram o regresso da economia a um crescimento positivo, que se situou em 1,1%, após a evolução de -3,5% em 2016.

Na vertente dos preços, uma melhoria das perspetivas relativas ao crescimento global, as perturbações climáticas nos Estados Unidos, a extensão do acordo da OPEP+ no sentido de limitar a produção de petróleo, bem como as tensões geopolíticas no Médio Oriente têm sustentado os preços do petróleo bruto, estimando-se que o aumento do preço médio do barril de petróleo bruto Brent tenha ultrapassado os 20% desde Agosto, vindo a atingir, em finais de dezembro 2017, mais de 67 USD.

O preço do *jet fuel* subiu, igualmente, numa trajetória semelhante, registando a cotação média, designadamente a referência CIF NWE transacionada pela TAP, um incremento da ordem dos 23,9%, face a 2016, e vindo a finalizar o ano acima dos 642 USD por tonelada.

Na área do euro, que representa mais de 60% da procura externa de bens e serviços dirigida à economia portuguesa, prosseguiu o processo de recuperação económica, esperando-se um crescimento de 2,5% (evoluindo de 1,7% em 2016). Subjacente a este comportamento de referir, como principal contribuição, a procura interna, em especial as despesas de investimento fixo – apoiada pela orientação muito acomodática da política monetária do BCE –, e, em menor grau, as exportações líquidas e as variações de existências.

O mercado de trabalho manteve a tendência de recuperação, situando-se o emprego 1,2% acima do respetivo pico pré-crise registado no primeiro trimestre de 2008, e tendo a taxa de desemprego regressado a níveis inferiores a 10%.

A expansão económica na área do euro continuou a apresentar-se sólida e generalizada nos vários países e setores, apoiada pelo consumo e investimentos privados, bem como pelas exportações, que beneficiaram de uma retoma mundial abrangente.

Em Espanha, representando sensivelmente 21% da procura externa de bens e serviços dirigida à economia portuguesa, espera-se que a atividade tenha registado uma evolução de 3,1%, ligeiramente inferior ao valor de 3,3% verificado no ano

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

anterior, tendo o fortalecimento dos mercados de exportação contrariado os efeitos adversos do aumento da incerteza devido à situação política na Catalunha, um impacto que, no entanto, se terá concentrado, principalmente, nessa região autónoma, não afetando o consumo e o investimento no resto do país.

Relativamente à Alemanha, representando cerca de 11% da procura externa de bens e serviços dirigida à economia portuguesa, após um crescimento de 1,9% em 2016, espera-se que a economia finalize 2017 com um crescimento de 2,2%, impulsionada pelo aumento do consumo e das exportações, para além de uma explosão no setor de construção e do incremento no investimento empresarial, num contexto de forte recuperação da economia global.

De notar, ser expectável que outros mercados de elevada dimensão na economia europeia e de destino de exportações portuguesas, designadamente França e Itália, ultrapassem o ritmo de recuperação verificado em 2016, com crescimentos de 1,9% e de 1,4%, respetivamente. Por outro lado, assistiu-se a uma contínua redução do défice orçamental no conjunto da área do euro, devendo ter registado uma diminuição de -1,5% do PIB em 2016, para -1,1%. Espera-se, igualmente, a continuação da queda do rácio da dívida pública em relação ao PIB, de 88,9% em 2016 para 87,0%.

Conjuntura Nacional

A atividade económica em Portugal registou um crescimento na ordem de 2,7%, em 2017, traduzindo uma aceleração de 1,2 p.p. face à progressão de 1,5% verificada em 2016, e sendo superior ao valor de 2,5% registado na Zona Euro. Esta evolução foi decorrente do aumento do contributo da procura interna refletindo, principalmente, uma aceleração do investimento, uma vez que a procura externa líquida apresentou um contributo idêntico ao registado em 2016. De assinalar, a maior sustentabilidade do padrão da evolução verificada, sendo as exportações o principal motor, com um contributo em valores máximos há mais de duas décadas. A atual recuperação económica assenta, ainda, num maior dinamismo da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e na reorientação de recursos produtivos para setores mais expostos à concorrência internacional, com as exportações de bens e serviços a crescerem na ordem dos 7,7% em 2017 (4,1% em 2016).

De referir que, num contexto de pressão de preços das importações e de ligeira aceleração dos custos unitários do trabalho, a inflação deverá apresentar um crescimento de 1,6% (0,6% em 2016). Em termos de determinantes, de destacar para esta aceleração dos preços, tanto a componente energética como a não energética, neste caso pelo efeito do crescimento significativo dos preços dos serviços, muito influenciado pela aceleração de preços em atividades relacionadas com o turismo.

No que respeita ao mercado de trabalho, projeta-se para 2017, a continuação do crescimento do emprego, sob o efeito da evolução do emprego privado e da recuperação para o emprego público, perspetivando-se, igualmente, a manutenção da trajetória descendente da taxa de desemprego que se espera venha a situar na ordem dos 8,9%.

De referir, que após um incremento de 1,6% em 2016, a FBCF, registando o maior contributo para o PIB desde finais da década de 90, deverá apresentar um crescimento de 8,3%. Subjacente a esta evolução, de referir o investimento em habitação de residentes e de não residentes, bem como o comportamento da FBCF empresarial, determinado por um enquadramento macroeconómico favorável, em particular no referente às condições de financiamento, e influenciado por fatores mais estruturais, associados à necessidade de reposição de níveis e de atualização da qualidade do capital produtivo após a recessão. A projeção para o crescimento da FBCF empresarial incorpora informação sobre investimentos em grandes infraestruturas no final de 2017, e sobre a atribuição de financiamento através de fundos europeus, na transição para o programa Portugal 2020, com impacto, também, no investimento público.

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

Governo da Sociedade

A informação sobre os Órgãos Sociais da Empresa pode ser obtida através da consulta do website do Grupo TAP www.flytap.com.

Órgãos Sociais

Triénio 2015-2017

TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A.

Mesa da Assembleia Geral

Presidente Diogo Patrício de Melo Perestrelo
Por deliberação em Assembleia Geral de 8 de março de 2016

Secretário da Sociedade Ana Maria Sirgado Malheiro
Nos termos do nº 1 do artigo 14.º dos Estatutos da Sociedade

Conselho de Administração

Por deliberação em Assembleia Geral de 12 de novembro de 2015

Presidente Humberto Manuel dos Santos Pedrosa
Vogal Fernando Abs da Cruz Souza Pinto
Vogal David Humberto Canas Pedrosa
Vogal Maximilian Otto Urbahn
Vogal David Gary Neeleman
Vogal Francisco Maria Freitas de Moraes Sarmento Ramalho (*)
Vogal Henri Courpron (*)
Vogal Philippe Calixte Albert Delmas (*)
Vogal Robert Aaron Milton (*)
Vogal Sydney John Isaacs (*)
Vogal Tiago Gonçalves de Aires Mateus (*)

() Os Administradores indicados apresentaram renúncia ao cargo, na decorrência da reorganização acionista cujo processo se finalizou em 30 de junho de 2017, em que o Estado Português, através da Parpública–Participações Públicas (SGPS), S.A. passou a deter 50% do capital social da TAP, SGPS, tendo sido nomeados, em Assembleia Geral dessa mesma data, para o período remanescente do mandato em curso 2015–2017, sete novos membros do Conselho de Administração, em resultado da alteração de Estatutos da Sociedade igualmente aprovada nesta mesma Assembleia Geral, que dispôs que o Conselho de Administração passaria a ser composto por 12 membros:*

Presidente Miguel Jorge Reis Antunes Frasquilho
Vogal Diogo Lacerda Machado
Vogal Ana Pinho Macedo Silva
Vogal Esmeralda da Silva Santos Dourado
Vogal António Gomes de Menezes
Vogal Bernardo Trindade
Vogal Li Neng

Em 24 de julho de 2017, na sequência da renúncia apresentada pelo Vogal Maximilian Otto Urbahn, o Conselho de Administração deliberou aprovar a seguinte cooptação, para o cargo de Vogal do Conselho de Administração, para o período remanescente do mandato em curso 2015–2017:

Vogal Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

Comissão Executiva

Por eleição pelo Conselho de Administração em reunião de 13 de novembro de 2015

Presidente Fernando Abs da Cruz Souza Pinto
Vogal David Humberto Canas Pedrosa
Vogal Maximilian Otto Urbahn

Na decorrência da cooptação, em 24 de julho de 2017, para o cargo de Vogal do Conselho de Administração, de Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves em substituição do Vogal Maximilian Otto Urbahn que apresentou renúncia ao cargo, o Conselho de Administração, nessa mesma data, deliberou que a **Comissão Executiva** passaria a ter a seguinte composição:

Presidente Fernando Abs da Cruz Souza Pinto
Vogal David Humberto Canas Pedrosa
Vogal Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves

Secretário da Sociedade

Por designação da Comissão Executiva, em reunião de 16 de dezembro de 2015, ratificada pelo Conselho de Administração da Sociedade em 20 de janeiro de 2016, nos termos do artigo 23.º dos Estatutos da Sociedade, com efeitos a 16 de dezembro de 2015.

Secretário da Sociedade Ana Maria Sirgado Malheiro
Secretário da Sociedade Suplente Sem designação

Fiscalização da Sociedade

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da TAP, SGPS, S.A. foi eleito na Assembleia Geral de 12 de novembro de 2015, para o triénio 2015-2017 com a seguinte composição:

TAP, SGPS, S.A.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação Doc.	Mandatos exercidos	
				Nº	Data da 1.ª designação
2015-2017	Conselho Fiscal	Sérgio Sambade Nunes Rodrigues	Assembleia Geral de 12.nov.2015	1	12.nov.2015
		Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A.	Assembleia Geral de 12.nov.2015	1	12.nov.2015
		Maria Susana da Mota Furtado e Almeida Rodrigues	Assembleia Geral de 12.nov.2015	1	12.nov.2015
	Suplente	António Pires dos Reis	Assembleia Geral de 12.nov.2015	1	12.nov.2015

Revisor Oficial de Contas

Por deliberação em Assembleia Geral de 30 de maio de 2016, para o período remanescente do mandato em curso 2015–2017

Efetivo Oliveira, Reis & Associados representada por Joaquim Oliveira de Jesus
Suplente Fernando Marques Oliveira

Gestão do Risco

Gestão de risco e controlo interno

O modelo criado pela Comunidade Europeia, separando áreas, funções e profissionais, de forma específica para que aqueles possam ser coordenados com eficácia e eficiência, define com clareza as responsabilidades e estabelece os respetivos limites, permitindo uma visualização nítida do enquadramento dos diferentes cargos na estrutura geral de riscos e controlos da organização.

Este modelo – Modelo das Três Linhas de Defesa – considera, conceptualmente, as seguintes vertentes:



Modelo das Três Linhas de Defesa

1ª Linha de Defesa – Situa-se a nível do responsável pela área de negócio, gestor direto, com a responsabilidade de identificar, mensurar, avaliar e mitigar os riscos do respetivo negócio. Cada área tem riscos operacionais inerentes e é responsável por manter controlos internos eficientes, adequados e eficazes, com vista a implementar ações corretivas para a resolução de deficiências em processos e controlos;

2ª Linha de Defesa – Inclui as funções de gestão de risco e conformidade, que deve trabalhar em conjunto com as áreas operacionais, para garantir que os riscos de negócio identificados na 1ª linha de defesa foram devidamente avaliados e reportados corretamente;

3ª Linha de Defesa – É representada pela Auditoria Interna, que deve rever, monitorizar e avaliar, de modo sistemático e eficiente, as atividades das duas primeiras linhas de defesa, contribuindo para a sua melhoria, potenciando a respetiva eficácia.

Este modelo reforça, de forma incisiva, que o dono do processo é o dono do risco e dos seus controlos. Neste sentido, as fraudes só acontecem quando os donos do processo não estão imbuídos de comprometimento e não possuem maturidade para praticarem os controlos e respetivas metodologias, sugeridas e supervisionadas pela segunda linha de defesa. A Auditoria Interna, como uma das três linhas de defesa na gestão de risco do Grupo TAP, procura avaliar e monitorizar a eficiência e eficácia das operações, a preservação dos ativos, a confiança e integridade dos processos de reporte e a conformidade com leis, regulamentos, políticas, procedimentos e contratos estabelecidos.

Na continuidade do processo *Corporate Risk Management* (CRM), iniciado e implementado no 2º semestre do ano de 2015, aplicável a todas as empresas do Grupo TAP diretamente envolvidas na operação e manutenção da atividade de transporte aéreo, foram, no final do ano de 2017, identificados 179 riscos. À Direção de Auditoria Interna foi atribuída a responsabilidade pela monitorização, controlo e reporte centralizado do CRM, que efetua o tratamento e monitorização da Gestão de Risco Corporativo da Empresa, de uma forma coordenada e estruturada, de acordo com o estipulado no Manual de *Corporate Risk Management*, utilizando como base de avaliação o modelo COSO e o instrumental analítico FERMA.

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

Com o objetivo de reforçar a gestão, monitorização e avaliação do risco de *compliance*, a Empresa elaborou o *Manual de Compliance*, reforçando, preferencialmente, as áreas a serem acompanhadas nas diferentes Auditorias conduzidas ao longo do ano e integrantes do Plano Anual de Auditorias. Na TAP Air Portugal, com o objetivo de prevenir e evitar a violação das normas e desvio de condutas que acarretem consequências negativas para a organização e para a sociedade, foi criada uma área de *Compliance*, integrada na Direção de Auditoria do Grupo TAP, com o objetivo de potenciar a implementação das boas práticas nos negócios do Grupo.

Na sequência da divulgação do *Manual de Boa Conduta Empresarial*, a Empresa desenvolveu uma recolha e compilação de legislação nacional e internacional, aplicável à temática de *Compliance*, culminando na divulgação interna do *Manual Global de Compliance*. Este documento esclarece e pretende alinhar todos os processos da organização, por forma a assegurar o cumprimento de normas e procedimentos, integrando na cultura da TAP, práticas anticorrupção, e de ética, baseando-se numa atitude responsável e consciente de todos os *stakeholders* da Empresa. Nesse contexto, a Auditoria, no âmbito da monitorização, potenciou a vertente de *Compliance*, implementando nas suas rotinas, verificações das boas práticas de Governação Corporativa, em todas as análises efetuadas.

Como complemento, e decorrente da sua importância e transversalidade, foi disponibilizado um canal de comunicação interno, que visa um envolvimento generalizado na cultura de *Compliance*, proporcionando o esclarecimento de dúvidas e a comunicação de casos que sejam do conhecimento dos diversos interlocutores da organização do Grupo TAP.

Processo Interno

O processo de CRM (*Corporate Risk Management*) foi iniciado no Grupo TAP, em 2015, com o objetivo de identificar, avaliar e monitorizar os indicadores dos principais riscos da Organização, relevantes para a gestão, sendo este aplicável a todas empresas do Grupo (das quais a TAP é detentora da maioria do capital), diretamente envolvidas na operação e na manutenção da atividade de transporte aéreo.

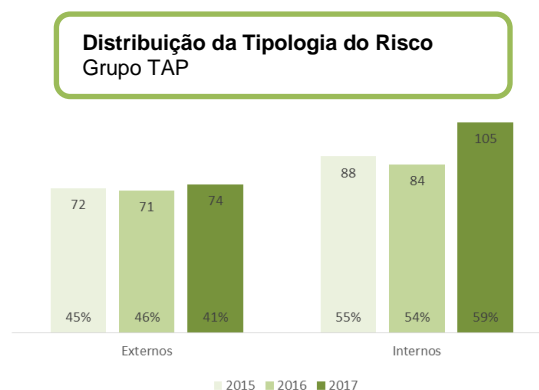
No ano de 2017, em colaboração com a empresa Megasis, foi criada, numa primeira fase, uma plataforma com acesso via web para a recolha e análise dos riscos relativos aos novos ciclos (corporateriskmanagement.tap.pt). Esta nova ferramenta permitiu ao utilizador, um acesso, o preenchimento e a consulta ao respetivo histórico de respostas, de forma mais rápida, e segura, relativamente aos riscos de cada uma das áreas e posterior envio para a área de Auditoria, por forma a permitir organizar, analisar e elaborar o respetivo relatório do ciclo.

Fatores de risco e a sua gestão

Tipologia de Risco

Riscos Externos – Evento que ocorre devido a fatores externos, a Empresa não tem qualquer tipo de controlo, tendo que adaptar-se às novas realidades.

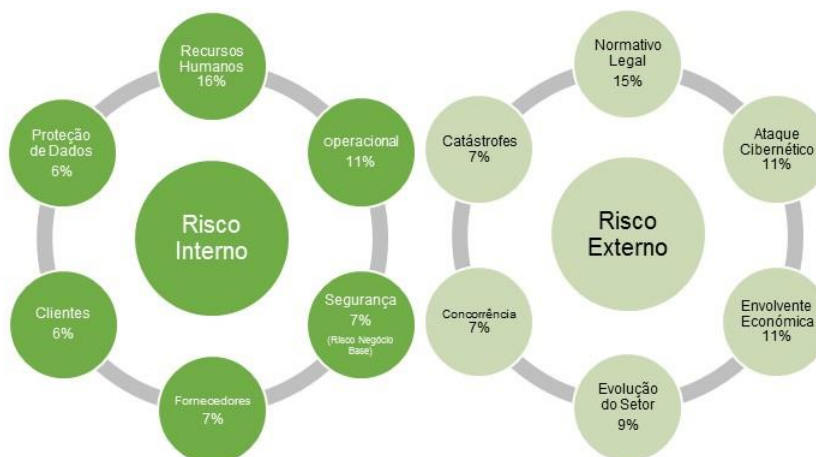
Riscos Internos – Risco que ocorre com base em fatores internos, com os quais a Empresa poderá interagir, com o objetivo de definir uma estratégia de mitigação, aceitação, transferência ou recusa.



Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

RISCOS INTERNOS						RISCOS EXTERNOS	
Negócio Base	Processos Subsidiários	Isolados	Contratuais	Instrumentos Financeiros	Operacionais	Externo	Mercado
<ul style="list-style-type: none"> Recursos Humanos Fornecedores Clientes Organização Comercial Marcas Próprias Produtos Segurança Marketing Instalações 	<ul style="list-style-type: none"> Informáticos Infraestruturas Certificações Proteção de Dados Fusões / Aquisições Segurança Indemnizações Fatores Técnicos 	<ul style="list-style-type: none"> Projetos Subsidiárias Compromissos Institucionais Controlo Interno Responsabilidade des Sociais Fraude Corrupção 	<ul style="list-style-type: none"> Garantias de pagamentos Compromisso de Compra Fraude Corrupção 	<ul style="list-style-type: none"> Liquidez Taxas de Juro Taxas de Câmbio Preço do Combustível Fusões / Aquisições Tesouraria Ativos Financeiros 	<ul style="list-style-type: none"> Saúde / Segurança de Trabalho Operacional Tecnologia de Informação Manutenção e Engenharia 	<ul style="list-style-type: none"> Envolvente Social Taxas de Juro Taxas de Câmbio Impostos Catástrofes Ataque Cibernético Parcerias Epidemias Infraestruturas Aeroportuárias Fenómenos Naturais Segurança (Security Providers) 	<ul style="list-style-type: none"> Atratividade do Mercado Evolução do Sector Concorrência Distribuição Organização Comercial Novos Produtos Novas Tecnologias Normativo Legal
Riscos na organização da empresa (pessoas e serviços) e nas interações entre a Empresa e fornecedores / clientes.	Riscos verificados nos processos / atividades de suporte à atividade da Empresa.	Eventos que não têm uma rotina frequente na atividade da Empresa.	Riscos existentes com o compromisso entre a Empresa e fornecedores / clientes e quais as mitigações existentes.	Riscos económico-financeiros e os seus sistemas de monitorização e controlo. Acompanhamento dos desenvolvimentos económicos e geopolíticos, designadamente, em países com elevada instabilidade social e política. Auditoria interna a procedimentos, contratações e transações.	Risco de perdas ou impactos negativos financeiros, no negócio e/ou na imagem / reputação da organização, causados por falhas ou deficiências na governação e processos de negócio, nas pessoas, nos sistemas ou resultantes de eventos externos, que poderão ser despoletados por uma multiplicidade de eventos.	Riscos relacionados com ambientes económicos, sociais e ambientais, que não estão diretamente relacionados com a atividade da Empresa.	Todos os eventos que poderão traduzir-se como risco à atividade da Empresa e que estão diretamente relacionados com a atividade da mesma.

Distribuição, por tipologia e principais categorias, dos 179 riscos (74 Riscos Externos e 105 Riscos Internos) do Grupo TAP, enviados pelas 28 áreas envolvidas no processo de recolha de informação para o *Corporate Risk Management* (CRM)



Síntese do Desempenho da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

Em 2017, o negócio de transporte aéreo, cujo impacto no PIB global ronda os 3,5%, continuou a representar um contributo determinante para o desenvolvimento da economia mundial, promovendo a conectividade através da oferta de ligações entre mais de 20.000 pares de cidades, e proporcionando a mais de 4,1 mil milhões de passageiros, oportunidades de crescimento, através dos impactos positivos da globalização – o estímulo à inovação e a geração de oportunidades, nos âmbitos do turismo, do negócio e do investimento. O forte comportamento do mercado, verificado no início de 2017, manteve-se em grande parte, durante a totalidade do ano, sustentado por uma retoma generalizada das condições económicas. A procura de passageiros em termos de totais de passageiro-quilómetro registou, a nível global, uma evolução de aproximadamente 7,6% face a 2016, excedendo este valor, significativamente, a média anual de um período de 10 anos, situada na ordem dos 5,5%. Por seu turno, a capacidade oferecida, aumentando 6,3%, motivou uma subida na taxa de ocupação dos voos (+0,9 p.p.), que se posicionou num máximo histórico, na ordem dos 81,4%, comprovando o investimento das companhias aéreas em maximizar a captação da procura. Ao longo do ano, manteve-se no *yield* a tendência de descida, uma evolução que possibilitou tornar as viagens aéreas ainda mais acessíveis. Relativamente ao mercado de carga aérea, o tráfego global cresceu, em 2017, na ordem de 9,0%, situando-se significativamente acima da média registada nos últimos cinco anos (de 4,7%) e sendo duas vezes superior à expansão do comércio mundial (na ordem dos 4,3%), em consequência de um forte incremento dos setores exportadores, a acompanhar o movimento das empresas no sentido de um rápido reabastecimento dos respetivos *stocks*.

Entretanto, os preços de combustível de avião prosseguiram uma trajetória ascendente, um comportamento iniciado em finais de 2016 e, de forma mais acentuada, no início do mês de dezembro, após o acordo, por parte de fornecedores não pertencentes à OPEP, no sentido de acompanhar os seus homólogos daquela organização, na limitação da oferta. Esta tendência crescente dos preços do petróleo, foi reforçada, ao longo de 2017, sendo este comportamento influenciado pelos cortes de produção efetuados por parte da OPEP e da Rússia, determinantes para a redução dos *stocks* excedentes no mercado. Estima-se, assim, para o preço médio do barril de petróleo bruto Brent uma evolução de 43,3 USD em 2016, para 54,1 USD em 2017, tendo finalizado o ano acima de 67 dólares por barril. Este comportamento, que traduziu uma subida na ordem dos 25%, foi acompanhado em paralelo pelas cotações do índice Platts de combustível de aviação, tendo este refletido uma subida, em termos médios, próxima de 24%. Designadamente, a referência CIF NWE, transacionada pela TAP, registou uma evolução de 425 dólares em 2016, para 527 dólares por tonelada, finalizando o ano acima dos 642 dólares por tonelada.

Face a este comportamento, o encargo global com combustíveis para a TAP, S.A., que representa uma parcela importante do total de Gastos e Perdas Operacionais desta empresa (na ordem dos 21,6%) sofreu um incremento, face a 2016, em 33,7%, equivalente a EUR 146,4 milhões, tendo o comportamento do preço do petróleo tido um impacto desfavorável no encargo da TAP com combustíveis que se estima em EUR 87,7 milhões.

Encargo com Combustíveis na TAP, S.A.			
EUR milhões	2017	2016	var. (abs.)
Total (*)	580,2	433,8	146,4
Efeito Preço			87,7
Efeito Quantidade			53,9
Aquisição de Licenças de Emissão de CO ₂	5,6	0,7	4,8

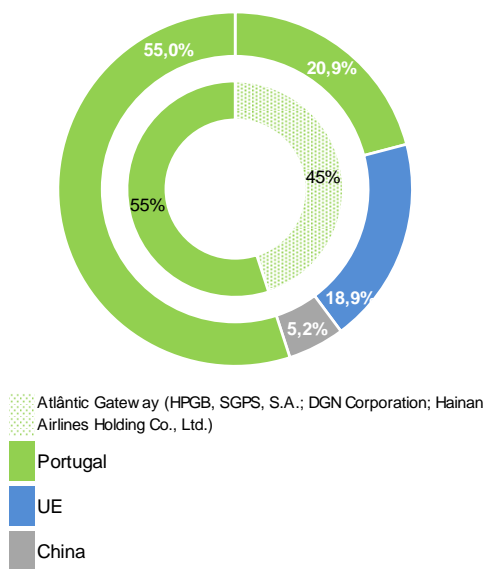
(*) Inclui encargo relativo à aquisição de Licenças de Emissão de CO₂

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

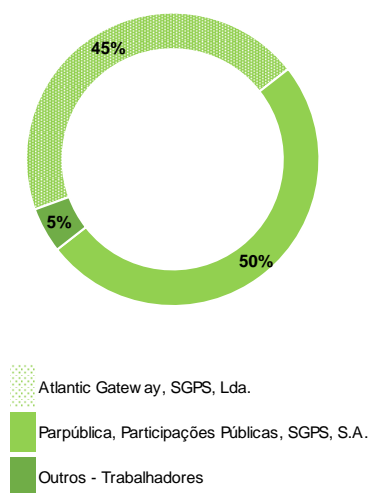
Estrutura acionista do Grupo TAP a 31 dezembro 2017

Repartição geográfica e por tipo de investidor da estrutura acionista da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A., em 31 dezembro 2017

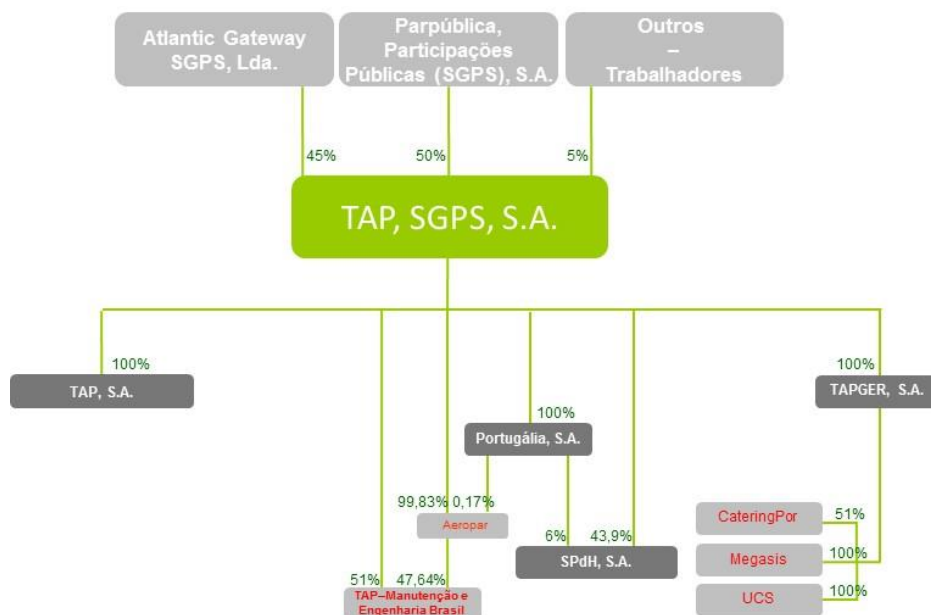
Repartição geográfica da estrutura acionista



Repartição da estrutura acionista por tipo de investidor



No final de 2017, o Grupo das empresas que se encontravam no perímetro de consolidação da *holding* TAP era constituído pela TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. e subsidiárias, de acordo com a organização representada no esquema.



Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

Metodologia de Consolidação

Foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método integral as seguintes empresas:

- TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A.
 - Transportes Aéreos Portugueses S.A. (TAP, S.A.)
 - TAPGER–Sociedade de Gestão e Serviços, S.A. e empresas subsidiárias:
 - CATERINGPOR–Catering de Portugal, S.A.
 - U.C.S.–Cuidados Integrados de Saúde, S.A.
 - MEGASIS–Sociedade de Serviços e Engenharia Informática, S.A.
 - PORTUGÁLIA–Companhia Portuguesa de Transportes Aéreos, S.A. (PORTUGÁLIA)
 - AEROPAR Participações, S.A. (AEROPAR) e empresa subsidiária:
 - TAP–Manutenção e Engenharia Brasil, S.A. (ex-VEM)

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais o Grupo considera existir controlo.

Importa salientar que, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, ocorreram alterações ao perímetro de consolidação do Grupo TAP, com a alienação de 51% do capital da empresa subsidiária L.F.P.– Lojas Francas de Portugal, S.A., que havia sido classificada, em 31 de dezembro de 2016, como unidade operacional descontinuada.

Foi qualificada como associada a seguinte entidade:

- SPdH–Serviços Portugueses de Handling, S.A. (SPdH)

Desempenho agregado das empresas da *holding* TAP (Consolidação)

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo anexas foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adotadas pela União Europeia (IFRS – anteriormente designadas Normas Internacionais de Contabilidade – IAS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) ou pelo anterior *Standing Interpretations Committee* (SIC), em vigor à data da preparação das referidas demonstrações financeiras.

Salientam-se, seguidamente, os aspetos mais relevantes, em 2017, do desempenho agregado da *holding* TAP e de cada uma das empresas que constituem o núcleo empresarial em que a Empresa detém participações financeiras.

O ano de 2017 foi um ano de consolidação da estratégia de expansão de rotas e da frota que teve início no ano 2015. O equipamento de longo curso integrou quatro aeronaves A330-300, aparelhos que substituíram dois aviões A330-200 e permitiram, ainda, um acréscimo de duas aeronaves, face a 2016. A chegada destas unidades possibilitou o lançamento de dois projetos de pinturas especiais – o *Retro*, que fez recordar a história da TAP e o *Stopover*, que promoveu o programa com o mesmo nome, lançado pela TAP em 2016. No final de 2017, a frota de longo curso totalizava 22 aeronaves.

No equipamento de médio curso, foram adicionadas duas aeronaves – um avião A320 e um avião A321 –, contribuindo para o crescimento desta frota, que se fixou em 45 aeronaves. Estes aparelhos iniciaram a respetiva operação, já equipados com as novas cabines de médio curso da TAP, alinhadas, portanto, em número de lugares e de produto.

Na frota regional, o ano de 2017 marcou o início da operação de quatro Embraer E195, sob a marca TAP Express. Estes aparelhos, com capacidade de 118 lugares, vieram incrementar a frota regional para um total de 21 aeronaves. Ainda, de referir a obtenção de certificação na frota E190, para operar o aeroporto de London City, tendo esta certificação possibilitado à TAP dar início à operação para este aeroporto de Londres, no mês de Outubro.

No final de 2017, a TAP operava um total de 88 aeronaves – 22 na frota de longo curso, 45 na frota de médio curso e 21 na frota TAP Express –, representando um crescimento de 8 unidades, face ao final do ano 2016. Em síntese, desde a privatização da Companhia, ocorrida no final de 2015, a TAP integrou na sua frota um total de 29 aeronaves.

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

O resultado apresentado pelo Grupo TAP apresentou uma significativa melhoria, beneficiando do forte comportamento do mercado, verificado no início de 2017, e que se manteve em grande parte, durante a totalidade do ano, sustentado por uma retoma generalizada das condições económicas. De referir, no entanto, o comportamento dos preços de combustível de avião, em trajetória ascendente, um comportamento iniciado em finais de 2016 e, de forma mais acentuada, no início do mês de dezembro, após o acordo, por parte de fornecedores não pertencentes à OPEP, no sentido de acompanhar os seus homólogos daquela organização, na limitação da oferta. Esta tendência crescente dos preços do petróleo foi reforçada, ao longo de 2017, estimando-se, para o preço médio do barril de petróleo bruto Brent, uma subida na ordem dos 25%.

Condicionada pelo quadro económico descrito, a TAP SGPS finalizou 2017 com um resultado líquido positivo no valor de EUR 21,2 milhões, montante que representa uma melhoria de EUR 49,0 milhões em relação aos EUR -27,7 milhões registados em 2016.

A nível operacional (antes de gastos de financiamento e impostos), a Empresa registou um resultado positivo no valor de EUR 106,8 milhões, refletindo uma melhoria de EUR 93,8 milhões, face ao montante verificado no ano anterior.

O resultado antes de impostos totalizou EUR 38,4 milhões, situando-se EUR 66,7 milhões acima dos EUR -28,3 milhões registados em 2016.

Relativamente à atividade de Transporte Aéreo, foi transportado, globalmente, um total de 14,225 milhões de passageiros, traduzindo um crescimento de 21,6% face ao ano anterior sendo, de referir o significativo incremento de proveitos em vendas e serviços prestados na ordem dos 27,8% em 2017, face a 2016. Subjacente a este comportamento, para além do elevado aumento da procura, de referir, igualmente, o incremento observado no *yield* devido ao impacto conjugado da introdução de um novo conceito de tarifário simplificado (*Branded Fares*), bem como de condições económicas favoráveis. Neste contexto, foi possível enfrentar a crescente concorrência entre companhias aéreas, referindo-se, em particular, os mercados do Brasil, dos Estados Unidos e, em geral, da Europa, cuja procura evidenciou forte dinamismo ao longo do ano 2017.

De referir, ainda, que a atividade da TAP–Manutenção e Engenharia Portugal evidenciou um total de proveitos gerados em vendas e prestações de serviços de manutenção a Terceiros de EUR 144,2 milhões, mais 84,8% que em 2016. O aumento registado está diretamente relacionado com o desenvolvimento da atividade de manutenção de motores, que representou cerca de EUR 114 milhões, e do aumento da atividade para terceiros com a execução de várias modificações Sharklets e a execução de C-Cheks de A330. A atividade de componentes refletiu, igualmente, um crescimento, em consequência do incremento verificado na atividade de motores, tendo esta evolução sido decorrente da conjugação da forte procura no mercado, atualmente registada, bem como das políticas comercial e operacional que têm vindo a ser desenvolvidas.

Relativamente à TAP, S.A., a empresa registou um resultado líquido de EUR 100,4 milhões, sendo este valor superior em EUR 66,9 milhões, aos 33,5 milhões registados em 2016. O resultado operacional atingiu EUR 148,6 milhões, mais EUR 124,6 milhões que em 2016, tendo-se verificado resultados financeiros líquidos no valor de EUR -17,5 milhões, correspondendo a um agravamento na ordem de EUR -30,9 milhões, face ao ano anterior.

Relativamente à unidade de Manutenção e Engenharia no Brasil – a TAP–Manutenção e Engenharia Brasil –, os resultados apresentaram um decréscimo em Reais face a 2016 e, também, ao orçamento, apesar de em USD se ter assistido a um crescimento da receita relativamente ao ano anterior (mais USD 2 milhões). Os Clientes nucleares continuam a ser as companhias aéreas Azul, Air Transat e TAP, continuando a verificar-se flutuações na restante mancha de Clientes, dado a principal atividade incidir na manutenção de aeronaves e tratarem-se de contratos do tipo *time & material*. De referir, a nomeação da anterior CFO para o lugar de CEO, bem como o prosseguimento da melhoria dos processos operacionais e da reestruturação da organização, no sentido de melhor adequar a capacidade à procura, quer em dimensão, quer em organização do trabalho, e melhor atender as expectativas dos Clientes.

Contribuição das empresas associadas

No que refere à SPDH–Serviços Portugueses de Handling, S.A. (Groundforce Portugal), constituída em 2003 por cisão da Unidade de Negócio de Assistência em Escala da TAP, S.A., a TAP, SGPS, S.A. é detentora de uma participação minoritária, um conjunto de ações representativas de 49,9% do respetivo capital social, valor que inclui uma participação de 6% detida pela PORTUGÁLIA–Companhia Portuguesa de Transportes Aéreos S.A.. Em 2017, a empresa atingiu um resultado líquido positivo no valor de EUR 8,7 milhões, superior ao resultado de EUR 2,2 milhões atingido em 2016.

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

Principais Indicadores

TAP, SGPS, S.A. (Consolidação)

	2017	2016	var.
	EUR milhões	EUR milhões	
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	106,8	13,0	719,1%
Resultado antes de impostos	38,4	(28,3)	236,0%
Resultado Líquido atribuível aos acionistas da TAP SGPS	212	(27,7)	176,5%
Resultado Líquido da TAP, S.A.	100,4	33,5	199,6%
Resultado Líquido da SPdH–Serviços Portugueses de Handling, S.A.	8,7	2,2	302,6%
Resultado Líquido da Aeropor Participações, S.A. (Brasil)	(24,6)	(15,2)	-61,8%
Resultado Líquido da TAP–Manutenção e Engenharia Brasil, S.A.	(50,1)	(31,9)	-57,3%
Ativo	1680,5	1657,1	14%
Capital Próprio (após Interesses não controlados)	(475,9)	(469,6)	-13%
Quadro do Pessoal Ativo do Grupo (31 dezembro)	12.908	12.889	19
TAP, S.A.*	7.470	7.200	270
Transporte Aéreo	5.158	4.821	337
Manutenção e Engenharia	1.840	1.892	-52
Serviços Transversais	422	432	-10
Outros	50	55	-5
SPdH–Serviços Portugueses de Handling, S.A.**	2.396	2.320	76
Restantes Empresas	3.042	3.369	-327

(*) Não inclui pessoal sem colocação e não ativo

(**) Empresa Associada

Factos marcantes

Acontecimentos Estruturantes

No decorrer de 2017, a Empresa intensificou os esforços no sentido de garantir um posicionamento competitivo no mercado global, em particular, promovendo um processo de transformação que permita, de forma sustentada, alcançar superiores níveis de eficiência e agilidade operacionais. Registou-se, igualmente, a continuação da ocorrência de acontecimentos de natureza estruturante, referindo-se, neste contexto, os desenvolvimentos ocorridos no âmbito do Processo de Reprivatização encetado no final de 2014, e cujos principais factos ocorridos, a seguir se reproduzem.

Cronologia dos principais acontecimentos no âmbito do Processo de Reprivatização

24 de junho de 2015 – Celebração do acordo para a venda de 61% da TAP, entre o Governo, através dos Ministros das Finanças e da Economia, e o consórcio Atlantic Gateway, constituído pelos empresários Humberto Pedrosa (dono do Grupo Barraqueiro) e David Neeleman (acionista da Azul Linhas Aéreas Brasileiras), que teve lugar no Ministério das Finanças. Em conferência de imprensa, a Atlantic Gateway apresentou os compromissos estratégicos para a TAP.

12 de novembro de 2015 – Comunicado do Conselho de Ministros a informar que aprovou (Resolução 91-A/2015, de 12 de novembro) a minuta final do Acordo relativo à conclusão do processo de reprivatização da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, S.A., cuja celebração, e conseqüente entrada imediata de fundos na companhia, constitui uma necessidade urgente e inadiável para a salvaguarda dos interesses públicos prosseguidos pela empresa.

6 de fevereiro de 2016 – Celebração de memorando de entendimento entre o Estado Português e a Atlantic Gateway SGPS, Lda. (“Atlantic Gateway”), posteriormente alterado em 26 de abril de 2016, que estabelece os princípios, regras e condições da reconfiguração da participação do Estado Português, através da Párpública–Participações Públicas (SGPS), S.A. (“Párpública”), na TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (“TAP, SGPS”).

8 de março de 2016 – A Assembleia Geral da TAP, SGPS delibera a emissão de EUR 120.000.000 de obrigações convertíveis em até 130.800 ações especiais de conteúdo patrimonial da TAP, SGPS, tendo estas obrigações sido subscritas, em 16 de março de 2016, pela Azul S.A. no montante total de EUR 90.000.000, e em 14 de junho de 2016, pela Párpública no montante total de EUR 30.000.000.

19 de maio de 2016 – Celebração de acordo de compra e venda de ações entre a Párpública, a Atlantic Gateway, a HPGB, SGPS, S.A. e a DGN Corporation, posteriormente alterado em 7 de junho de 2017, que dá concretização ao referido memorando de entendimento e, nos termos do qual, condicionada à prévia verificação de determinadas condições, a Atlantic Gateway assume o compromisso de vender ações representativas do capital social da TAP, SGPS à Párpública na medida do necessário para que esta passe a deter 50% do capital social e dos direitos de voto da TAP, SGPS.

23 de dezembro de 2016 – Autoridade Nacional da Aviação Civil (“ANAC”) aprova deliberação sobre a reprivatização de 61% do capital social da TAP, SGPS, sendo declarado pela ANAC que “a estrutura de controlo da Transportes Aéreos Portugueses, S.A. (TAP) e da Portugalá–Companhia Portuguesa de Transportes Aéreos, S.A. (PGA) decorrente da compra pela Atlantic Gateway SGPS, S.A. (Atlantic Gateway) de 61% do capital da TAP–Transportes Aéreos Portugueses SGPS, S.A. (TAP SGPS) está em conformidade com o disposto no Regulamento (CE) n.º 1008/2008, de 24.9.2008, que impõe que as empresas detentoras de licenças de transporte aéreo comunitário pertençam e sejam efetivamente controladas por Estados Membros e/ou nacionais dos Estados Membros”, e que “Com esta decisão deixam de vigorar as medidas cautelares impostas pela ANAC em 19.02.2016”.

10 de abril de 2017 – Oferta pública de venda de 5% das ações representativas do capital social da TAP, SGPS a trabalhadores da Transportes Aéreos Portugueses, S.A. e de outras sociedades do Grupo TAP, de acordo com o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 42-A/2017, de 23 de março.

30 de junho de 2017 – Conclusão da transação contemplada no acordo de compra e venda de ações celebrado em 19 de maio de 2016, alterando-se, nessa data, a repartição do capital social da TAP, SGPS entre as acionistas Párpública e

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

Atlantic Gateway, para 50% e 45%, respetivamente. De acordo com o comunicado do Conselho de Ministros de 29 de junho de 2017, *“Fica, assim, integralmente cumprido o compromisso assumido no Programa do Governo de o Estado passar a ser o maior acionista da TAP de forma a, em conjunto com a Atlantic Gateway, capitalizar, modernizar e assegurar o desenvolvimento da companhia ao serviço dos portugueses e de uma estratégia de afirmação lusófona”*.

5 de julho de 2017 – A Hainan Airlines Holding Co., Ltd. (“HNA”) adquire 7% do capital social e dos direitos de voto da Atlantic Gateway.

11 de julho de 2017 – A TAP e a Portugália – Companhia Portuguesa de Transportes Aéreos, S.A. notificam a ANAC da alteração da estrutura acionista da TAP, SGPS, resultante da transação realizada em 30 de junho de 2017.

27 de novembro de 2017 – A HNA reforça a sua participação no capital social da Atlantic Gateway, passando a deter 11,5% do respetivo capital social.

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

Principais Eventos

Janeiro

Enquanto primeira companhia do mundo a operar o A330neo, a TAP disponibiliza, na FERIA Internacional de Turismo (FITUR), Madrid, a réplica do interior da cabina Airspace, possibilitando, aos visitantes, a experiência das novas cadeiras, e a realização de uma viagem virtual, em que se destacam conforto, inovação e *design*, associando modernidade e novas tecnologias.

Fevereiro

O programa *tap corporate fly*, dedicado às PME, apresenta-se renovado, através do novo *site* tapcorporate.com, com nova tecnologia, *design* e mais funcionalidades.

Março

No âmbito do programa de atualização da frota, o primeiro de sete aviões A330 finaliza o processo de renovação da cabina e inicia operação, com uma imagem alinhada com o interior das cabinas dos aviões A330neo, que irão integrar a frota da TAP.

São assinalados os 72 anos de existência da Companhia, e a TAP torna-se na única companhia aérea a atribuir aos seus aviões as designações dos distritos e regiões autónomas nacionais, com a atribuição dos nomes dos distritos e regiões autónomas portuguesas, às aeronaves da frota ao serviço da TAP Express – ATR72, Embraer 190 e Embraer 195.

Uma nova funcionalidade é disponibilizada através do *site* da Companhia – o *Time to Think* –, permitindo tempo para a tomada de decisão final, ao garantir a reserva e a tarifa selecionada, por um período de 48 horas, após o início do processo de reserva.

Abril

É dado início a uma nova política comercial, agora relativamente aos voos intercontinentais, mas já em prática, desde setembro de 2016, para destinos na Europa e Norte de África. As novas tarifas disponibilizadas visam oferecer, aos Clientes, maior flexibilidade na seleção do produto, podendo estes selecionar, de forma fácil e transparente, a opção que mais valorizam e se adequa ao propósito da sua viagem, pagando apenas o preço correspondente.

É disponibilizada em www.flytap.com e na app, a nova versão do FlyTAP – a parte central do novo ecossistema digital da Companhia num conceito inovador –, integrando uma área pessoal para Clientes, que permite a escolha da viagem em função do respetivo orçamento e preferência.

No âmbito do projeto *Taste the Stars*, a TAP associa-se a cinco *Chefs* portugueses distinguidos com estrelas Michelin para, em conjunto com o *Chef* Victor Sobral, consultor gastronómico da Companhia, enriquecer ainda mais a experiência de viagem dos seus Clientes, reforçando a sua missão de embaixadora de Portugal no mundo.

Maio

É reforçado, em parceria com a SIBS, o projeto de simplificação do ecossistema digital da Companhia, tornando o FlyTAP mais pessoal e melhor adaptado às diversas plataformas móveis, com a disponibilização de uma nova forma de pagamento, – o MB WAY –, a possibilitar compras imediatas, através de *smartphone* ou *tablet*.

Junho

É dado início, no Dia de Portugal (10 junho) à operação de quatro novos destinos: Toronto (Canadá) prossequindo a Companhia a sua estratégia de expansão na América do Norte; Gran Canaria e Alicante (Espanha) e Estugarda (Alemanha), uma continuidade no reforço do posicionamento no mercado europeu.

No âmbito das celebrações do aniversário, o novo avião da TAP A330-300, batizado de Portugal, num tributo da Companhia à sua extensa história, entra em operação com uma pintura emblemática retro – utilizando uma das imagens corporativas anteriores –, e convida os passageiros para uma viagem de regresso ao glamoroso tempo da aviação dos anos 70, sendo recriada uma atmosfera idêntica, através de diversos elementos, e ao longo dos múltiplos momentos da viagem. Os voos retro são efetuados, no decorrer de 2017, de Lisboa para Toronto, São Paulo, Miami, Rio de Janeiro, Luanda, Maputo, Nova Iorque e Recife e ainda um voo do Porto para São Paulo.

Julho

Num esforço de incremento de presença na Europa, é retomada a operação para Bucareste (Roménia) e para Budapeste (Hungria) acompanhando, desta forma, as crescentes trocas comerciais e investimento entre Portugal e a Roménia e

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

correspondendo à importante comunidade romena residente em Portugal, e passando a servir uma das capitais europeias mais ativas para o turismo – Budapeste.

É reforçado o posicionamento da TAP no mercado europeu, com a abertura de Colónia, um novo destino na Alemanha, mercado onde consolida a presença, passando a cobrir o total de sete destinos: Frankfurt, Berlim, Hamburgo, Munique, Dusseldorf, Estugarda e Colónia.

Após quinze anos de interrupção, é retomada a operação de Abidjan, capital económica da Costa do Marfim.

É intensificado o posicionamento estratégico em África, com a inauguração da operação para Lomé (Togo).

É iniciada a primeira ligação direta entre Portugal e a China – numa ligação entre Lisboa e Pequim –, operada pela companhia Beijing Capital Airlines. A oferta de serviços, em regime de *code-share* com a TAP, permite à Companhia passar a oferecer novos serviços no mercado asiático e um acesso conveniente para destinos importantes na região, em turismo e em negócios.

É inaugurado o *lounge* exclusivo da TAP no Aeroporto Humberto Delgado – Lisboa. Objeto de renovação profunda, o novo espaço inclui áreas de descanso, duches, espaço para crianças e *Business Centre*, entre outras facilidades, visando responder, com a qualidade de serviço, às necessidades dos Passageiros TAP que usufruem de serviços mais exclusivos, quer pelo segmento de Passageiro Freqüente Victoria a que pertencem, quer pela opção de conforto na viagem.

Através do *site* da Companhia, é disponibilizado o Miles&Go, um produto inovador em Portugal que permite aos Clientes do programa de Fidelização Victoria reduzir o valor a pagar das suas viagens na TAP, descontando milhas.

Lançado no verão de 2016, o programa da TAP *Portugal Stopover* celebra o primeiro aniversário, apresentando-se ainda mais atrativo. No primeiro ano de existência, o programa trouxe a Portugal 70 mil novos turistas e foi eleito, pela Condé Nast Traveler americana, como o melhor programa de *Stopover* do mundo, dando a TAP continuidade ao papel que sempre assumiu como uma das maiores promotoras externas do País.

Setembro

É efetuada, oficialmente, a transição da anterior designação TAP Portugal para a nova *brand* – TAP Air Portugal. A nova designação, facilitando a associação da marca a uma companhia aérea, permite, de forma imediata, o seu reconhecimento no principal mercado em que opera, o mercado internacional.

Outubro

É reforçada a posição competitiva no mercado do Reino Unido, acrescentando à operação para Heathrow e para Gatwick, o início da operação para London City, aeroporto localizado no centro financeiro da cidade de Londres.

É adicionado à rede da operação um novo destino em África, que integra uma das zonas mais exóticas e atrativas de Marrocos – Fez, o quarto destino servido pela Companhia naquele país, depois de Casablanca, Marraquexe e Tânger, passando a Companhia a totalizar 17 destinos, em 11 países naquela região.

A iniciativa *Taste of Portugal* reúne, em Nova Iorque, a TAP e a revista Time Out New York, para apresentar Portugal aos Estados Unidos, e em que a Companhia dá a conhecer, de igual forma, o programa *Portugal Stopover*, a um painel vasto de convidados.

Novembro

No âmbito da iniciativa da Companhia TAP, *Wine Experience*, e reforçando o papel central de embaixadora e promotora do País, a TAP leva, durante três dias, 60 convidados de todo o mundo a conhecer as principais regiões vitivinícolas de Portugal, a bordo de um ATR da TAP Express – a frota regional da TAP.

Dezembro

É lançada a loja *online* TAP Store, disponibilizando, em store.flytap.com, as novas linhas de *merchandising* da Companhia. A integrar mais de 50 artigos, o catálogo inclui desde modelos de aeronaves a malas de viagem, artigos de moda e acessórios, disponibilizando, ainda, numa lógica de *upcycling*, um conceito inovador de reciclagem de materiais já sem utilização na operação regular da Companhia.

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

Distinções e Prémios atribuídos em 2017

Reforço continuado de prestígio, nos mercados em que a Companhia opera:

- Impacto na economia, um reconhecimento em diversas regiões do mundo;
- A divulgação da cultura, dos valores e dos produtos, numa parceria no âmbito nacional;
- A promoção de contributos testemunhando preocupações relacionadas com os direitos humanos.

Europa

Personalidade do Ano – Distinção efetuada, pelo Jornal *Publituris*, a David Neeleman, acionista da TAP, na abertura da Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL). A atribuição do galardão visou destacar o contributo da TAP para o crescimento do turismo nacional, na sequência do esforço desenvolvido no ano 2016, considerado de intensa atividade e mudanças para a Empresa, seja pelo reforço de rotas ou pela abertura de novos mercados, determinantes para a atividade turística em Portugal.

The Airline Business Award (Airline Strategy) – Distinção, pela *Flight Airline Business*, atribuída a Fernando Pinto, Presidente Executivo da TAP, em reconhecimento da sua contribuição excecional para a indústria da aviação, através do esforço na transformação da Empresa, tendo conquistado, primeiramente, uma destacada posição nos voos entre a Europa e o Brasil e, desde então, na concretização da entrada de acionistas privados na TAP e para o forte crescimento e modernização da Companhia.

World Company Award (WOCA) – Distinção atribuída ao Presidente Executivo da TAP, Fernando Pinto, pela Global Council Sales Marketing (GCSM), representando um reconhecimento do contributo para a promoção da integração no mercado internacional.

Melhor Companhia Aérea (categoria Companhias Aéreas) – Destaque efetuado no âmbito da 9ª Edição dos Prémios *Marketeer*, pelo trabalho desenvolvido pela Companhia na área do Marketing, Publicidade e Comunicação, em Portugal durante o ano de 2016.

Prémio CAPA Airline Turnaround of the Year – Destaque efetuado à TAP, em Londres, pelo Centre for *Aviation* (CAPA), uma iniciativa anual que visa distinguir a companhia aérea que tenha conseguido efetuar o *turnaround* do negócio através da adoção de mudanças estratégicas inovadoras e/ou reestruturações.

Melhor Companhia de Aviação – Destaque atribuído, pelo Jornal *Publituris*, no âmbito do evento Portugal *Travel Awards*, certame em que são premiadas as melhores empresas, instituições, serviços e profissionais que se evidenciaram no sector do Turismo, ao longo do último semestre de 2016 e primeiro de 2017.

Ranking de Internacionalização das Empresas Portuguesas (RIEP) – Atribuição à TAP, do primeiro lugar, relativamente ao número de países onde as empresas possuem subsidiárias, com o registo de presença em 34 países, na sequência do reforço de penetração em novos mercados, em particular na América do Norte. O RIEP é uma iniciativa anual do INDEG-ISCTE Executive Education em colaboração com o Núcleo de Estratégia e Negócios Internacionais da Fundação Dom Cabral e com o apoio institucional da AICEP Portugal Global.

Prémio International Istanbul Tourism Film festival (categoria *Tourism Companies*) – Prémio atribuído ao *safety video* da TAP – *The Journey* –, onde foi classificado em segundo lugar. Desde o lançamento, o *safety vídeo* da TAP foi igualmente objeto de destaque por diversos públicos, designadamente, nos seguintes âmbitos: *Terres Cataluya – International Eco & Tourism Film Festival* (Espanha), onde foi selecionado para integrar a seleção oficial do certame; Prémio de Melhor Filme Web, atribuído pelo site australiano *Best Ads on TV*; na *shortlist* dos Prémios Lusófonos da Criatividade; nomeação para os prémios do Zagreb *International Tourism Festival*.

Digital Communication Awards (DCA) (categoria Lançamento de Produto) – Prémio atribuído pela Universidade Quadriga de Ciências Aplicadas de Berlim, reconhecendo a estratégia, inovação e criatividade, implementação, resultados e eficiência do Programa Portugal Stopover, um programa da TAP que permite aos Passageiros usufruir, na ida ou no regresso, de uma paragem em Portugal.

Portugal Digital Awards – Distinção efetuada ao projeto FlyTAP, com menção honrosa, no âmbito dos Portugal *Digital Awards*, com o objetivo de identificar projetos distintivos e inovadores, e personalidades na área da transformação digital.

Prémios de Marketing Meios e Publicidade (M&P) 2017 – Destaques como empresa vencedora, atribuídos na 4ª Edição do certame promovido pelo periódico M&P, nas seguintes categorias: (Automóvel e Transportes) atribuído à campanha Viajar é TAP; (Viagens e Turismo e Mercados Internacionais) atribuído à campanha de lançamento do programa Portugal Stopover.

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

Prémios Eficácia – Destaque efetuado às campanhas da TAP de lançamento do programa Portugal Stopover e da Ponte Aérea, pela APAN – Associação Portuguesa de Anunciantes, visando destacar a eficácia como fim da atividade publicitária.

Prémios Human Resources 2016 (categoria Promoção de Saúde e Bem-Estar) – Distinção recebida no âmbito da 6ª Edição da iniciativa anual da revista *Human Resources Portugal*.

Melhor Transportadora de Carga Aérea – Distinção efetuada pela revista Logística & Transportes Hoje, à TAP Cargo, destacando a TAP como melhor empresa em Portugal no setor da logística e dos transportes.

Companhia Aérea do Ano – Galardão atribuído à TAP Express, operada pela Portugália Airlines e marca da frota regional da TAP, no âmbito da cerimónia anual, em Atenas, da Associação de Companhias Regionais da Europa (ERA), valorizando o bem-sucedido processo de renovação completa da frota.

Estados Unidos da América

Freddie Award – Distinção efetuada ao Programa TAP Victoria, no âmbito da 27ª Edição do certame, em Jersey City, identificando este programa da TAP, de entre os melhores programas de passageiro frequente de companhias aéreas de todo o mundo. Reconhecido com o Prémio 210 para a Europa/África, o Programa TAP Victoria recebeu, ainda o 3º lugar nas categorias Melhor Programa de Elite, Melhor Capacidade na Utilização de Milhas e Melhor Cartão de Crédito de Fidelização, e o 4º lugar nas categorias Programa do Ano e Melhor Atendimento ao Cliente.

World Travel Awards – Prémios atribuídos à TAP, no âmbito deste evento global da indústria de viagens e turismo, em São Petersburgo (Rússia), e que destacou a Companhia em três categorias: Companhia Aérea Europeia Líder para África; Companhia Aérea Europeia Líder para a América do Sul e prémio de Revista de Bordo Líder na Europa, recebido pela Revista de Bordo da TAP – a **UP**.

Prémios Ouro e Bronze – Destaques aos vinhos servidos a bordo pela TAP, em Classe Executiva, pela revista norte-americana *Global Traveler*, no âmbito da 13ª Edição do evento, em Nova Iorque: Prémio Ouro (categoria vinhos espumantes) a *Luís Pato Blanc de Blancs* (Bairrada) e Prémio Bronze concedido ao conjunto dos vinhos servidos pela TAP a bordo, na classe executiva.

América do Sul

Melhor Companhia Aérea Europeia – Distinção efetuada à TAP no âmbito do inquérito conduzido no Brasil, através do *site* brasileiro *Melhores Destinos*, e que identificou a TAP como a Melhor Companhia Aérea Europeia e como a terceira melhor como Melhor Companhia Aérea Internacional, recebendo o Programa Victoria a medalha de prata, como Melhor Programa de Milhas Internacional. Este portal brasileiro identifica também o destino Portugal, como o melhor na Europa e entre os três melhores do mundo.

Igualmente, ao longo de 2017, a TAP e diversos destinos portugueses foram, objeto de atenção, tendo merecido diversos comentários no âmbito internacional:

Agência <i>Bloomberg</i> (EUA)	Lisboa – A nova capital mais <i>cool</i> da Europa
<i>The Huffington Post</i> (EUA)	A qualidade do programa Portugal Stopover
<i>The Huffington Post</i> (EUA)	Sistema Reservas FlyTAP considerado como um dos melhores do mundo
<i>Independent</i> (RU)	No voo, em Embraer 190, entre Porto e Londres – Destaque para o conforto, o espaço entre cadeiras, a refeição a bordo e a pontualidade
<i>The Emerald Street</i> (RU)	TAP uma <i>companhia de confiança</i>
<i>eDreams</i>	TAP – Uma das dez melhores companhias do mundo em vários serviços

Estratégia Empresarial

A estratégia 2015-2020, desenhada no final de 2014, tem vindo a ser reforçada pelos novos acionistas do Grupo TAP, evoluindo de forma a refletir as alterações conjunturais e de mercado.

No final de 2014, resultante dos desafios significativos enfrentados pela TAP, derivados da intensificação da concorrência, designadamente pela entrada no mercado de companhias operadoras *low-cost*, pela limitação dos seus recursos financeiros e pela estrutura do seu passivo, foi dado início a uma reflexão estratégica para o período de 2015-2020, tendo sido, então, definidos seis eixos estratégicos como linhas de orientação para a Empresa, bem como para a transformação que a mesma viria a enfrentar nos anos seguintes.

Plano Estratégico 2015-2020 Eixos Estratégicos

1. Renovação e expansão de todas as frotas
2. Evolução do modelo comercial
3. Automatização e melhoria da experiência do Cliente
4. Consolidação do crescimento da Companhia e aumento do foco no *hub*
5. Melhoria das eficiências operacionais
6. Reposicionamento dos negócios das unidades de manutenção e engenharia em Portugal e no Brasil

Em 2015 teve início o processo de reprivatização do Grupo TAP, com o ano de 2017 a assumir-se como charneira para o respetivo desenvolvimento, tendo sido aprovada em 30 de junho, em Assembleia Geral da TAP, SGPS, S.A., a reconfiguração da estrutura acionista do Grupo, os novos Estatutos e a reformulação do Acordo Parassocial, passando o Estado português a deter 50% do capital social da Empresa, não obstante a mesma se manter privada. No seguimento da reconfiguração acionista verificada, foi nomeado o Conselho de Administração da TAP SGPS, S.A., composto por seis elementos designados pelo Estado e por seis elementos indicados pelo consórcio Atlantic Gateway, tendo sido, igualmente, nomeada a Comissão Executiva, responsável pela Gestão da Empresa, composta por três elementos nomeados pela Atlantic Gateway.

Um dos princípios essenciais do Memorando de Entendimento assinado em fevereiro de 2016, tal como concretizado pelo Acordo Parassocial e de Compromissos Estratégicos, e posteriormente reconfirmado ao longo das várias etapas do processo de reprivatização, assentou na aceitação expressa da convergência e partilha do Projeto Estratégico do Grupo TAP e do conseqüente compromisso assumido pelo Estado Português e pela Atlantic Gateway, no sentido do seu cumprimento e implementação. Este Projeto Estratégico foi construído com base na reflexão estratégica 2015-2020, mencionada acima e resultante nas seguintes ações previstas:

Ações previstas no âmbito do Projeto Estratégico

1. Capitalização e renegociação da dívida atual
2. Investimentos estratégicos
3. Nova estratégia operacional
4. Foco nos trabalhadores
5. Melhoria da rentabilidade

Principais desenvolvimentos em 2017 no âmbito do Projeto Estratégico do Grupo TAP

1. Capitalização e renegociação da dívida atual

A componente de capitalização do Projeto Estratégico foi realizada, integralmente, em 2015-2016, com (i) a realização de prestações suplementares por parte da Atlantic Gateway, na TAP SGPS, S.A., no valor de cerca de EUR 220 milhões, dos quais cerca de EUR 150 milhões disponíveis logo após a privatização, e cerca de EUR 70 milhões, em 2016; e (ii) a subscrição de EUR 120 milhões em obrigações convertíveis da TAP SGPS, S.A. a 10 anos, dos quais EUR 90 milhões pela companhia aérea Azul e EUR 30 milhões pela Parública, em março e junho de 2016, respetivamente.

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

Na sequência do processo de privatização, e para além de uma bem-sucedida recapitalização do Grupo TAP, os sócios e a administração da TAP conseguiram reestruturar a dívida de curto prazo da Empresa, garantindo com os financiadores um compromisso de longo prazo, de até sete anos a partir da data de fecho, ou seja, até 2022. O programa de reestruturação de dívida acordado e estabelecido com a grande maioria das instituições de crédito garante que o montante total da Capitalização será utilizado para reforço das operações da TAP, para a modernização da frota, e para o desenvolvimento da sua rede.

Entretanto, ainda no âmbito da reestruturação da dívida, em 2017, a Atlantic Gateway e a administração da TAP desenvolveram, com êxito, um processo de renegociação num total de EUR 464 milhões, melhorando a taxa de juro negociada, e reestruturando EUR 138 milhões, de curto para longo prazo (até 2022). Igualmente, durante este ano, e no âmbito do referido processo de renegociação, foi atualizado o plano de negócios do Grupo TAP, tendo em vista refletir, para o período 2017-2022, o Projeto Estratégico em vigor.

2. Investimentos estratégicos

Em 2017 tornou-se a verificar-se um significativo crescimento da frota, registando-se um aumento líquido de 8 aeronaves, entre dezembro de 2016 e dezembro de 2017, designadamente:

- ⇒ Frota *wide-body* +2 aeronaves, terminando o ano com 22 aeronaves (4 A340, 4 A330-300 e 14 A330-200)
- ⇒ Frota *narrow-body* +2 aeronaves, terminando o ano com 45 aeronaves (21 A319, 20 A320 e 4 A321)
- ⇒ Frota regional +4 aeronaves, terminando o ano com 21 aeronaves (8 AT7, 9 E-190 e 4 E-195)

Durante 2017, foi continuado o esforço de *retrofit* de cabina da frota existente, encontrando-se já remodeladas 44 aeronaves – 35 *narrow-body* e 9 *wide-body* –, permitindo à TAP redefinir a oferta ao passageiro, melhorando o conforto e aumentando o número de lugares, bem como reduzir o peso dos aviões e, conseqüentemente, o consumo de combustível. Neste programa, a TAP reforçou o investimento na economia nacional, através da seleção de parceiros empresariais para a conceção do produto, *design* da cadeira e produção das respetivas capas e fornecimento de materiais.

Ao longo do ano, foi igualmente continuada a definição das 67 aeronaves *neo* já contratadas, das quais 53 diretamente com a Airbus, a iniciar a respetiva operação entre 2018 e 2025, visando um produto em sintonia com as necessidades dos passageiros, perspetivando o aumento do conforto, inovação no sistema de entretenimento e conectividade, a par de um alinhamento pela nova imagem dos interiores de cabina, bem como maior eficiência e redução de custos.

3. Nova estratégia operacional

Em 2016, após o processo de privatização e tendo por objetivo garantir a rentabilidade da Empresa, foram realizadas algumas alterações na rede de linhas. Várias rotas foram canceladas e foi implementada uma nova estratégia centrada na exploração das oportunidades decorrentes da posição geográfica da TAP para capturar o potencial de tráfego que flui entre a América do Norte e a Europa. Em 2017, essa estratégia foi prosseguida, apesar da recuperação verificada no mercado brasileiro.

A beneficiar de um ambiente económico favorável, de uma procura forte e dinâmica na Europa e nos Estados Unidos, a par da recuperação do mercado brasileiro, a adição de oito aeronaves à sua frota – seis *narrow-body* e dois *wide-body* –, possibilitou à TAP aumentar a capacidade e expandir a sua rede de linhas. Neste sentido, foram lançados novos destinos, viabilizando incrementar o portfólio da Empresa e diversificar oportunidades em geografias diferentes, com vista a reduzir a dependência de um número limitado de mercados. No final de 2017, a TAP serviu oitenta e cinco destinos, mais dez que em dezembro de 2016.

- ⇒ Na **América do Norte**, região que se destacou pelo maior crescimento no tráfego, tendo verificado um incremento de cerca de 47% face a 2016, e tendo representado cerca de 11% da oferta agregada da TAP, foram retomadas as operações para Toronto, um destino com uma comunidade portuguesa importante, e para onde a TAP havia interrompido operação em meados da década de 90, anteriormente à implementação, na Companhia, da atual estratégia de *Hub & Spoke*;
- ⇒ Em **África**, foi efetuado o lançamento de novos serviços para Abidjan, Lomé e Fez;
- ⇒ Na **Europa**, os serviços para Budapeste e Bucareste foram retomados, tendo sido também lançados novos serviços, para Gran Canaria, Alicante, Colónia, Estugarda e London City.

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

Quanto ao mercado brasileiro, a TAP conseguiu manter a sua posição de liderança de capacidade Europa-Brasil, mercado em franca recuperação, tendo alcançado uma quota de 29% de assentos, durante o período de Verão. A recuperação do mercado brasileiro justificou o aumento de frequências para diversos destinos, designadamente, no número de serviços para São Paulo (Guarulhos), Brasília, Recife, Fortaleza, Belo Horizonte e Porto Alegre, tendo o número de frequências semanais incrementado, globalmente, para setenta e três, no período de pico. Em África, foram aumentadas as frequências para Marraquexe, Dakar, Bissau e São Vicente e na Europa, foram adicionadas novas frequências para Manchester e Moscovo. Em Portugal, foi implementado o 4º serviço diário para Faro e foram adicionadas duas novas frequências diárias de Lisboa a Ponta Delgada. A intensificação da operação para as rotas já operadas, bem como o número de voos diários para novos destinos, como Estugarda e Colónia, possibilitaram aumentar a conectividade do *Hub* Lisboa, permitindo, igualmente, criar um produto mais atraente para o tráfego de negócios.

O lançamento de novas rotas nos Estados Unidos e a recuperação do mercado brasileiro reforçaram o impacto dos acordos de *code-share* previamente estabelecidos com as companhias Azul Linhas Aéreas Brasileiras, Jet Blue e United Airlines, permitindo à Companhia uma melhor distribuição dos seus passageiros nesses países, e com a localização do seu *hub* em Lisboa, a constituir-se como uma mais-valia única para servir como *gateway* Atlântico, objetivo para o qual os acordos de *code-share* firmados se revelaram de particular importância.

De referir, ainda, a adaptação, durante o ano 2017, dos equipamentos Airbus *narrow-body*, aumentando o número de lugares por aeronave e, desta forma, o número de assentos oferecidos.

No seu conjunto, a capacidade adicional registada, bem como a operação dos destinos recém-lançados permitiram um reforço importante do *Hub* Lisboa, tendo contribuído, de forma definitiva, para o número recorde de turistas verificado em Portugal.

Concorrentemente, com a expansão da rede e da oferta, registou-se, em 2017, um acréscimo relevante no coeficiente de ocupação (*load factor*), bem como a melhoria do *yield*, como resultado de uma política comercial mais incisiva, suportada por novas tarifas (as novas *branded fares*, lançadas em 2016 para os voos continentais, foram, em 2017, alargadas aos voos intercontinentais), em receitas acessórias (receita de bagagem extra e escolha antecipada de lugar, entre outras) e, ainda, pelo incremento das ações no âmbito do planeamento e reporte. Igualmente, de registar, que o número de passageiros, no ano em análise, ultrapassou, pela primeira vez, os 14 milhões, valor que traduziu um aumento aproximado de 22%, face ao ano transato. Quanto ao programa TAP Stopover, lançado ainda em 2016, apresentou, em 2017, um crescimento decorrente, quer no âmbito da inclusão de novos destinos, quer ao nível da extensão da duração do *stopover*, que alargou de 3 para 5 dias, proporcionando, assim, aos passageiros mais tempo para conhecer o País.

Adicionalmente, o Grupo TAP manteve em 2017 um esforço continuado na promoção de Portugal, quer internamente, quer no exterior, devendo destacar-se o lançamento de programas como o *Taste the Stars* dando a conhecer chefes de cozinha nacionais, a abertura do novo *lounge* em Lisboa e a respetiva campanha promocional, a realização de vários voos *retro* fazendo referência à história da TAP, a campanha TAP *Wine Experience* e ainda o lançamento da loja *online*.

Finalmente, o projeto *Processo de Transformação da TAP*, lançado no segundo semestre de 2016, prolongou-se durante o ano de 2017, tendo-se focalizado, durante este ano, na implementação de ações conducentes à melhoria da eficiência operacional em várias áreas da Empresa, nomeadamente, nas áreas de produto, organização e vendas.

4. Foco nos trabalhadores

Durante o primeiro semestre de 2017, ficou concluído o processo de aquisição de 5% das ações da TAP, por parte dos seus trabalhadores, tendo sido disponibilizado para venda um total de 75 mil ações, ao preço nominal de cerca de EUR 10 por ação. Foi comunicado pela entidade envolvida no processo (BPI, em comunicado à CMVM) que a procura foi 17,5 vezes superior à oferta, refletindo bem o nível de compromisso dos trabalhadores para com a Empresa, bem como a convicção detida sobre a sua potencial valorização na sequência da estratégia definida pelos atuais acionistas, para o Grupo, e vindo os trabalhadores a participar, enquanto acionistas da Companhia, da repartição do lucro gerado.

De sublinhar, ainda, o desenvolvimento em curso do desenho de um novo programa de avaliação dos trabalhadores, aguardando-se, para breve, a respetiva implementação, e posterior lançamento de um sistema de incentivos associado

5. Melhoria da rentabilidade

Como resultado da concretização das ações previstas no âmbito do Projeto Estratégico, designadamente, a capitalização e renegociação da dívida, os investimentos estratégicos e crescimento da frota, a nova estratégia operacional – passando pela

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

reestruturação da rede e por acrescido enfoque na América do Norte, com aumento significativo da receita por incremento de *load factor* e de *yield*, e pelo início de um processo de revisão da matriz de custos e processos da Empresa (a ser continuado em anos seguintes) –, e, ainda, uma maior atenção relativa aos seus colaboradores, a TAP garantiu, em 2017, um resultado e uma margem significativamente superiores aos níveis verificados no ano anterior.

A estratégia para o Grupo TAP considera, também, a possibilidade de valorizar empresarialmente as unidades operacionais, participações em subsidiárias e outros ativos, podendo estas operações abranger, a título exemplificativo, a obtenção de recursos financeiros com base numa eficiente gestão patrimonial.

De sublinhar, ainda, o processo de *turnaround* global em curso na operação da M&E Brasil, com incidência na reestruturação organizacional, no reforço das políticas e das equipas de vendas e de *marketing*, na entrada em produção de um novo processo de planeamento e redesenho da organização do hangar, bem como na capacitação transversal da mão-de-obra.

Prioridades para 2018

Para 2018, a Companhia estabeleceu como prioridades:

- ⇒ **Aumentar a satisfação dos colaboradores**, através de uma gestão centrada na proximidade, na melhoria das condições de trabalho e numa política de comunicação mais intensa e aberta com o colaborador;
- ⇒ **Melhorar o serviço ao cliente**, concentrando-se no aumento da pontualidade, no investimento no produto e na consistência da experiência do passageiro;
- ⇒ **Incrementar a rentabilidade da Companhia**, aumentando a receita, otimizando a eficiência e reduzindo o desperdício, a par de uma revisão sistemática dos processos.

De relevar, como meio para melhorar a rentabilidade da Empresa, o processo de revisão global dos custos e processos da Companhia, atualmente em curso, sendo expectável que o mesmo possa continuar a melhorar os resultados do próximo ano. Adicionalmente, é previsível que a entrada ao serviço das novas aeronaves, cuja operação significativamente mais eficiente e com consumos inferiores em cerca de 15% relativamente à frota atual, possa, igualmente, reforçar os resultados da Empresa, já em 2018.

Por último, prevê-se ainda a continuação do esforço dos investimentos estratégicos previstos no Projeto Estratégico do Grupo, nomeadamente no que se relaciona com o aumento da frota, decorrente de uma significativa entrada ao serviço de novos aviões, incluindo a chegada dos primeiros Airbus neo, assim como com a conclusão do projeto de *retrofit* de aeronaves. Estes novos investimentos irão permitir à Empresa concretizar a abertura de novos destinos e frequências, assim como garantir o reforço na captação de receitas *ancillary* e em novos serviços de carga.

Restantes Empresas do Grupo

Relativamente às restantes participações detidas pela TAP, SGPS, S.A., refira-se o desenvolvimento de atividade em áreas ligadas aos negócios principais do Grupo – o Transporte Aéreo e a Manutenção e Engenharia. O critério para a seleção destes investimentos assentou no pressuposto de que o desenvolvimento das respetivas atividades contribui para o fortalecimento daqueles negócios, quer através da rentabilização do capital investido, quer pelo acréscimo das vantagens competitivas promovido por efeito sinérgico. A TAP possui uma empresa que funciona como *holding* de algumas das suas subsidiárias desenvolvendo atividades complementares ou colaterais aos seus negócios principais de transporte aéreo e manutenção, a TAPGER–Sociedade de Gestão e Serviços, S.A., cujo objetivo fundamental consiste em efetuar, de forma direta e participada, o acompanhamento da gestão daquelas empresas.

À semelhança da tendência na Indústria, a TAP detém os seus investimentos financeiros nas áreas de *Catering*, Sistemas de Informação, Serviços de Saúde e Assistência em Escala e, também, em Lojas de Vendas em Aeroportos e a Bordo tendo, neste caso, efetuado, em julho de 2017, a alienação da participação de que era detentora na empresa L.F.P.–Lojas Francas de Portugal, S.A., a qual tem por objeto aquela atividade.

Análise do Desempenho

TAPGER–Sociedade de Gestão e Serviços, S.A.

A TAPGER é uma Sociedade Anónima com sede em Lisboa, criada pela TAP em Setembro de 1997, com o objetivo de conseguir uma gestão mais direta e participada nas diversas atividades complementares ou colaterais aos seus negócios principais de transporte aéreo e de manutenção, numa perspetiva do seu desenvolvimento. A empresa tem por objeto o acompanhamento da gestão das suas empresas participadas, com incidência na respetiva performance económica e financeira, bem como a prestação de assistência e apoio às empresas, Lojas Francas de Portugal, S.A. até julho de 2017, e Cateringpor–Catering de Portugal, S.A., em determinadas áreas, no âmbito estabelecido no *Joint Venture Agreement* e do *Technical Service Agreement*, respetivamente. Para assegurar, de forma mais satisfatória, esta assistência, bem como todo o processo administrativo, a TAPGER mantém um contrato de prestação de serviços partilhados com a TAP, S.A..

Durante o exercício de 2017, a TAPGER acompanhou a atividade desenvolvida pelas empresas suas participadas e realizou as assembleias gerais necessárias à aprovação das respetivas contas relativas ao exercício de 2016.

O resultado líquido do exercício de 2017 registou uma diminuição de 13,0% relativamente ao de 2016 (menos EUR 718,2 milhares).

Outras participações do Grupo TAP, em 31 dezembro 2017

EUR milhares

		Participação da TAP	Montante do Capital Social da TAP	Resultado Líquido
Portugália, S.A.		100%	15.000,0	(707)
Aeropar Participações, Lda. (Brasil)		100%	0,2	(24.569)
	TAP–Manutenção e Engenharia Brasil, S.A.	98,64%	207.057,7	(50.138)
TAPGER–Sociedade de Gestão e Serviços, S.A.		100%	2.500,0	4.799
	Catering Cateringpor–Catering de Portugal, S.A.	51%	1.785,0	1.689
	Sistemas de Informação Megasis–So c. de Serv. e Eng. Inf., S.A.	100%	500,0	125
	Serviços de Saúde UCS–Cuidados Integrados de Saúde, S.A.	100%	500,0	126

Perspetivas para 2018

Conjuntura macro e do sector

Após um crescimento na ordem dos 3,7% em 2017, espera-se que a atividade económica mundial continue a ganhar ímpeto, prevendo-se, para 2018, uma evolução ligeiramente superior, da ordem dos 3,9%, sendo ainda inferior ao ritmo observado antes da crise de 2007/2008.

Nesta evolução da economia mundial, destaca-se o impacto das alterações, recentemente aprovadas, no âmbito da política fiscal norte-americana, sendo de referir sinais crescentes de sincronização. Assim, as perspetivas entre as economias avançadas apontam para uma expansão moderada, na ordem dos 2,3%, enquanto, por seu turno, no contexto das economias dos mercados emergentes e em desenvolvimento, as expectativas situam uma evolução na ordem dos 4,9%, suportadas pela recuperação dos países exportadores de matérias-primas.

Assim, nos Estados Unidos, espera-se uma aceleração na evolução da economia para 2,7%, de 2,3% em 2017, suportada por uma procura interna sólida, e pela expectativa do impacto macroeconómico proporcionado pela reforma fiscal, em particular, pela redução das taxas de imposto sobre as empresas, e pelo subsídio temporário sobre a despesa total de investimento. No Japão, o ritmo de expansão manter-se-á moderado, na ordem dos 1,2%, enquanto no Reino Unido se prevê que a incerteza sobre as negociações relativas ao Brexit possa penalizar o crescimento, que deverá situar-se, apenas, em 1,2% em 2018. Por outro lado, nas economias emergentes, perspetiva-se um aumento do crescimento, principalmente na China, onde se prevê um valor da ordem dos 6,6%, por via de novos investimentos em infraestruturas. Igualmente, se espera uma recuperação em diversos países exportadores de matérias-primas, onde se destacam o Brasil e a Rússia, ambos os países a sair de uma fase recessiva, em 2017, enquanto a Índia se continuará a destacar como um dos países emergentes com maior crescimento, que deverá situar-se em 2018, na ordem dos 7,4%.

Na vertente dos preços, a extensão do acordo da OPEP+ para limitar a produção de petróleo, bem como as tensões geopolíticas no Oriente Médio têm suportado os preços do petróleo bruto, que evidenciam uma trajetória de subida, também a refletir o crescimento da economia mundial.

Na zona euro, projeta-se que a expansão económica permaneça robusta, com o consumo privado e o investimento apoiados pelas condições de financiamento favoráveis, pela melhoria do mercado de trabalho e pela prossecução da recuperação mundial, prosseguindo a transmissão da orientação acomodatória da política monetária do BCE à economia europeia, bem como o continuado crescimento do crédito ao setor privado, impelido pelas baixas taxas de juro e pelas condições favoráveis de financiamento bancário. O consumo privado e o crescimento do investimento residencial deverão beneficiar de novas melhorias das condições no mercado de trabalho e, paralelamente, o investimento empresarial continuará a recuperar, refletindo, também, um incremento das margens de lucro, face às pressões da procura. Prevê-se, ainda, que as exportações da área do euro permaneçam robustas, beneficiando da presente expansão da atividade económica mundial e do correspondente crescimento da procura externa. Espera-se, assim, um crescimento no Produto Interno Bruto (PIB) na ordem de 2,3%, valor que reflete, no entanto, um abrandamento face aos 2,4% em 2017, determinado por um lento desvanecimento dos efeitos de uma série de fatores que têm apoiado o crescimento verificado. De referir, em particular, o impacto de anteriores medidas de política monetária, devendo, por seu turno, a apreciação do euro desde abril 2017, e uma desaceleração da taxa de crescimento da procura externa da área do euro atenuar, em certa medida, o crescimento das exportações.

Relativamente à economia portuguesa, após um crescimento de 2,7% em 2017, as projeções apontam para um abrandamento na trajetória de recuperação que se tem verificado nos últimos dois anos, e que deverá traduzir-se numa evolução do PIB, na ordem dos 2,3%, em 2018. Esta evolução tem subjacente uma recomposição da procura global, orientada para um crescimento mais sustentável, assente no dinamismo das exportações e do investimento e no quadro de um cenário internacional favorável. Neste sentido, de destacar uma melhoria da atividade em todos os países da zona euro onde se situam os principais parceiros comerciais de Portugal, sendo igualmente expectável, fora daquela área, uma expansão sustentada da atividade económica, enquanto as condições monetárias e financeiras deverão, por seu turno, permanecer em terreno favorável. De assinalar, o crescimento robusto das exportações, na ordem dos 6,5%, refletindo aumentos da procura externa e ganhos de quota de mercado, onde se destaca o contributo das exportações relativas à atividade do sector do Turismo, que deverá manter um crescimento superior à evolução do valor total exportado e à evolução da procura externa agregada de bens e serviços. A evolução esperada para a economia portuguesa será, ainda, sustentada pelo comportamento da componente mais dinâmica da procura global, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), refletindo em particular a evolução

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

do investimento empresarial a beneficiar de um enquadramento macroeconómico favorável. Por seu turno, o consumo privado deverá manter um crescimento inferior ao da atividade, numa evolução em linha com a do rendimento disponível real, englobando uma recomposição no sentido do abrandamento do consumo de bens duradouros, associado ao desvanecer do efeito de procura latente acumulada que se seguiu ao fim do período recessivo. A evolução da atividade deverá ser acompanhada pela continuação da recuperação gradual da situação no mercado de trabalho, projetando-se a continuação do crescimento do emprego, embora numa trajetória de evolução inferior à da atividade económica. A inflação, medida pelo Índice Harmonizado dos Preços no Consumidor (IHPC), após uma aceleração em 2017, deverá reduzir-se, ligeiramente para 1,5% em 2018, situando-se, no entanto, em níveis próximos dos projetados para a média da área do euro. Permanecem, contudo, fragilidades estruturais refletidas no ritmo lento projetado para o processo de convergência real da economia portuguesa, sendo de referir, de entre os significativos desequilíbrios macroeconómicos, nomeadamente, a necessidade de redução do endividamento público e privado, e de acréscimo da inovação e da modernização do aparelho produtivo.

Relativamente ao Setor do Transporte Aéreo, após ter atingido, em 2017, o maior resultado de sempre, e embora perante uma perspetiva de um certo agravamento nas condições da envolvente, em particular associado à subida nos preços do petróleo, a Indústria espera atingir globalmente, ainda em 2018, um resultado importante, que deverá situar-se na ordem dos USD 38,4 mil milhões, um valor que compara com os USD 34,5 mil milhões estimados para 2017. Espera-se, assim, que 2018 venha a representar o quarto ano consecutivo de lucros sustentáveis, suportado por uma procura ainda robusta, por níveis superiores de eficiência e reduzido nível de encargos financeiros, apesar de um cenário de subida nos custos de operação, designadamente, nos encargos com pessoal e no custo com o *fuel*, neste caso mais penalizador para companhias com inferiores níveis de *hedging*.

Prevê-se, assim, um certo abrandamento do estímulo sobre a procura que se encontra associado a inferiores preços do petróleo, motivando um certo abrandamento no crescimento global, que deverá vir a situar-se, para o transporte aéreo de passageiros na ordem dos 6,0% (+7,6% em 2017), expresso em passageiros ponderados pela distância (PKU), e para o transporte aéreo de carga cerca dos 4,5% (+9,0% em 2017), expresso em toneladas ponderadas pela distância (TKU).

Na sequência de algum controlo na expansão da capacidade (de cerca de 5,7%), que se prevê inferior ao crescimento da procura, espera-se a manutenção em nível elevado do *load factor* global de passageiros (na ordem de 81,4%) que, a par de uma procura por parte do segmento *business*, que se perspetiva robusta suportada pela continuidade da retoma das condições económicas, contribuirá para uma subida, ainda que moderada, nos valores dos *yields*.

Este comportamento prevê-se extensivo à globalidade das regiões, sendo de destacar, no entanto, as companhias aéreas norte-americanas que se espera venham a deter o melhor desempenho financeiro. Na Europa, perspetiva-se, igualmente, o fortalecimento do desempenho da região, beneficiando as companhias aéreas europeias de uma forte retoma económica nos mercados domésticos, incluindo a Rússia, da recuperação dos eventos de terrorismo ocorridos em 2016, bem como de alguma consolidação no setor. Por seu turno, prevê-se a melhoria do desempenho na América Latina, sob o efeito do impulso de uma recuperação moderada da economia brasileira e da desvalorização do dólar americano, enquanto na região de África se prevê uma procura suportada pela melhoria das condições económicas, embora esta, de forma abrangente na região, se afigure morosa.

Relativamente às perspetivas para o negócio de transporte aéreo de carga em 2018, de assinalar um certo otimismo, assistindo-se ao crescente reforço do comércio eletrónico internacional e do transporte de produtos sensíveis a temperatura e ao tempo consumido na viagem, como os produtos farmacêuticos. Globalmente, espera-se que o ritmo de crescimento da procura diminua, face ao valor excepcional de 9,0% alcançado em 2017, devendo situar-se, ainda, num patamar muito satisfatório, da ordem dos 4,5%. Permanecem, contudo, fortes desafios, designadamente, a necessidade de uma evolução, em toda a Indústria, para processos mais eficientes, viabilizando a melhoria da satisfação do cliente, bem como a captura de mercado, face às crescentes exigências nas expectativas de expedidores e consumidores.

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

Perspetivas para a TAP em 2018

No âmbito da reprivatização concluída em 12 de novembro de 2015, foram perspetivadas diversas alterações, incluindo um Plano de Capitalização já inteiramente concretizado, com incidência na TAP, SGPS, S.A., na TAP, S.A. e outras subsidiárias. Designadamente, este Plano de Capitalização reforça indiretamente a estrutura acionista da TAP, S.A. e posiciona-a de forma positiva, ao seu crescimento no futuro, sendo a seguir referidos os detalhes desta estratégia enquadráveis no ano de 2018, designadamente, nas vertentes Frota, Rede e Produto.

Transporte Aéreo

Alterações na Frota

O ano de 2018 será um ano de grande transformação na frota da TAP, com a entrada em operação de diversas novas aeronaves. No final do primeiro trimestre, encontra-se prevista a entrega do primeiro A320neo, seguindo-se as entregas de quatro aparelhos A321neo destinados, igualmente, a operações de médio curso, iniciando-se, desta forma, o processo de substituição das aeronaves da frota de médio curso, por novos aviões, significativamente mais eficientes. Ainda, no equipamento de médio curso, por forma a permitir o crescimento antes do início do período de verão de 2018, está previsto o acréscimo de duas aeronaves (um A319 e um A320) em regime de aluguer operacional de curta duração, até ao início do ano 2019, data em que estas aeronaves serão substituídas por aviões do modelo A320neo que se prevê virem a integrar a frota da Empresa.

Ainda, durante o ano de 2018, serão entregues e entrarão em operação as primeiras unidades de A321neo LR (*Long Range*), sendo expectável que, no final de 2018, existam duas aeronaves deste modelo em operação e que, em 2019, sejam integradas, na frota da TAP, quatro aparelhos adicionais deste tipo. Estas aeronaves, com um peso máximo à descolagem (MTOW) superior e com tanques adicionais de combustível, permitirão a realização de voos transatlânticos até ao Brasil, à costa este dos Estados Unidos da América e Canadá, bem como até África. No âmbito do produto para o passageiro, estes aparelhos foram concebidos para disponibilizar ao cliente uma experiência equivalente à que existirá nos novos A330neo. Deste modo, estes aviões irão estar apetrechados com cadeiras de executiva modelo *full-flat*, com tomadas elétricas em todos os lugares na cabine, e com sistemas de entretenimento e internet idênticos aos sistemas dos novos A330neo.

Igualmente, encontra-se prevista a entrega e entrada em operação, no ano 2018, dos aparelhos A330neo, que substituirão, progressivamente, os aviões A330 e A340 mais antigos, bem como os A330-300, um processo que irá decorrer até final de 2019. De referir, a integração, na frota da TAP, de sete aviões A330neo durante o ano de 2018, e de dez aeronaves adicionais deste modelo, em 2019. Trata-se de uma decisão relevante no sentido da renovação da frota, a qual permitirá melhorar, com significado, a oferta ao passageiro, bem como disponibilizar um produto consistente em todo o equipamento de longo curso. As novas cabines terão cadeiras *state-of-the-art*, de classe executiva e de classe económica, possibilitando incrementar, de forma assinalável, o conforto dos passageiros, que passarão a dispor de tomadas elétricas em todos os lugares. De referir, ainda, a disponibilidade de sistemas de entretenimento, com monitores de maior dimensão e com melhor definição, bem como a existência de internet a bordo, e a distribuição de conteúdos digitais para os equipamentos portáteis dos passageiros. De assinalar, igualmente, que os aparelhos A330neo da TAP deverão ser as primeiras aeronaves a operar com o novo conceito de cabine *Airspace*, lançado pela Airbus.

Entretanto, na frota regional não se encontra previsto quaisquer alterações durante o ano de 2018.

Alterações chave da Rede

A TAP mantém, em 2018, o seu compromisso de desenvolver uma rede de linhas orientada para a rentabilidade, visando garantir um crescimento sustentável.

Neste sentido, serão exploradas novas oportunidades no Brasil, sem comprometer, contudo, a posição da Companhia no mercado norte-americano. Refira-se, designadamente:

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

- ⇒ Uma terceira frequência para São Paulo (Guarulhos) a ser lançada a partir de junho. As rotas Lisboa-Belo Horizonte e Lisboa-Brasília terão frequência diária, e a rota Lisboa-Recife intensificará para dez frequências semanais;
- ⇒ No Brasil, a TAP irá explorar os acordos de *code-share* com companhias aéreas parceiras, com vista a reforçar a sua posição como a companhia aérea europeia líder na operação para este país;
- ⇒ A operação para Toronto será reforçada, visando servir melhor a comunidade portuguesa e promover a consolidação da presença da TAP no Canadá;
- ⇒ Nos Estados Unidos, a TAP utilizará os atuais acordos de *code-share* com companhias aéreas parceiras para aprofundar a penetração nos destinos *offline* e fortalecer a posição da Companhia na América do Norte.

Na Europa, a TAP continuará a expandir o portfólio de destinos, com o lançamento da rota Lisboa-Florença, em junho de 2018.

De referir, contudo, que o investimento mais significativo da TAP, no ano 2018, será no Porto, com a atribuição de dois aviões *narrow-body* à operação de quatro rotas novas a partir do Porto: Porto-Milão, Porto-Barcelona, Porto-London City e Porto-Ponta Delgada.

O compromisso da TAP, S.A. com Portugal

A TAP prosseguirá, em 2018, num reforço adicional do seu compromisso estratégico no sentido de promover o estabelecimento de ligações entre a Europa e as regiões de África, e da América do Norte e do Sul, contribuindo para o crescimento do turismo em Portugal e atuando, concomitantemente, como agente facilitador no estabelecimento de relações comerciais e na criação de novas oportunidades de negócio.

De igual modo, de registar o contributo da TAP para o desenvolvimento dos fluxos de tráfego, quer de lazer, quer de negócios, dirigidos à região norte de Portugal, conectando o Porto a vários destinos europeus, em esquema de operação com mínimo de frequência diária, bem como o seu contributo na promoção da conectividade das Regiões Autónomas à cidade do Porto, e à Europa através das cidades do Porto e de Lisboa.

Por fim, refira-se, numa manifestação do compromisso da Empresa com Portugal, a intensificação da presença da TAP entre as comunidades portuguesas e outras comunidades de migrantes relevantes.

Alterações adicionais ao tipo de serviço

Durante o ano de 2017, a grande maioria das aeronaves de médio e longo curso foram objeto de trabalhos de beneficiação das cabines, decorrendo, destas intervenções, uma melhoria significativa do produto para o passageiro. Em 2018, aquele programa ficará concluído com as intervenções no número residual de aeronaves que não foram objeto de intervenção em 2017, possibilitando, desta forma, uma uniformização quase completa do produto. De referir, que a conclusão integral deste processo de uniformização se prevê vir a ocorrer entre os anos de 2018 e 2019, com a chegada dos A330neo, A320neo e A321LR.

De assinalar que, no final de 2019, a totalidade das aeronaves de operação de longo curso da TAP ficará apetrechada com cadeiras de executiva de tipo *full flat*, permitindo, assim, um nível de conforto significativamente superior ao atualmente existente.

Ainda, durante o ano 2018, prevê-se vir a decorrer um processo para a escolha de uma solução, bem como de um fornecedor de sistemas de entretenimento e internet para as aeronaves de médio curso da TAP. Esta medida enquadra-se no conjunto de iniciativas de melhoria de produto e deverá possibilitar a disponibilização das primeiras aeronaves modificadas em 2019.

Manutenção e Engenharia

Relativamente à TAP–Manutenção e Engenharia Portugal, no contexto comercial, as perspetivas para 2018 são de consolidação face ao relevante crescimento em 2017. O foco prossegue na fidelização dos atuais Clientes, bem como no alargamento da base dos mesmos, principalmente no que respeita ao negócio de motores e para o qual o contrato assinado com a Lufthansa, embora modesto em termos de volume de negócio, apresenta-se de grande importância pelo reconhecimento da capacidade e pelo reforço da posição da TAP–Manutenção e Engenharia Portugal como alternativa para as grandes oficinas de motores em momentos de pico. Ao nível do *airframe*, a expansão do negócio está limitada pelo espaço

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

de hangar disponível, contudo a qualidade e competência demonstradas pela Manutenção e Engenharia ao longo dos anos tem sido garante da continuidade desta atividade, que se tem centrado nas frotas *widebody*, por razões de competitividade e valor para o negócio. Irá efetuar-se mais uma modificação de *sharklets* para um Airbus executivo, sendo esta uma atividade em que a Manutenção e Engenharia pretende consolidar-se, como referência mundial. A atividade na manutenção de componentes para terceiros resultará, principalmente, dos contratos de gestão de frota que a TAP–Manutenção e Engenharia Portugal mantém com a Força Aérea Francesa e com a SATA e em consequência do volume de negócio de motores.

Na perspetiva operacional, prossegue o forte envolvimento de toda a Manutenção e Engenharia, na preparação dos *phase-out* e *phase-in* dos aparelhos, no decurso de 2018 e nos anos seguintes, com o natural enfoque na preparação para a introdução dos A330neo e A320/321neo, de modo a que esta possa ocorrer sem afetar a operação do Transporte Aéreo da TAP. Sempre com o objetivo de servir melhor os nossos passageiros, irá ser implementado um grupo de manutenção exclusivamente dedicado aos interiores de cabina, com a finalidade de os manter totalmente operacionais, bem como o *look and feel* dos novos interiores, assim como a proposição de políticas que garantam o melhor que a TAP tem para oferecer aos seus passageiros, neste domínio.

Continuará a ser dada prioridade às condições de trabalho, redução do absentismo e de acidentes de trabalho, bem como à melhoria dos processos, na procura de maiores níveis de eficiência e de produtividade. A inovação e o seu impacto nas operações, designadamente, em termos tecnológicos e digitais, continuarão a ser uma prioridade.

Finalmente, de destacar o início da capacitação para manter o motor LEAP que equipará a família A320neo e que permitirá, no futuro, à TAP–Manutenção e Engenharia Portugal, não só continuar a suportar a frota da TAP mas, igualmente, prestar serviços a terceiros.

No âmbito da Organização, continuará a trabalhar-se para reforçar uma cultura de compromisso e foco nos resultados e nas metas acordadas.

No negócio de Manutenção e Engenharia no Brasil, o ano de 2018 prosseguirá com enfoque nos seguintes objetivos: i) melhoria da capacidade e eficiência produtiva, principalmente, no que refere a qualidade, preço e TATs (*Turn-Around-Time*); ii) melhoria do desempenho comercial; iii) sanitização económica / financeira; iv) prosseguir com o processo de *right sizing* no sentido de adequar a oferta à procura, reduzir a ociosidade e, consequentemente, os custos; v) continuar a avaliar o interesse de potenciais parceiros.

De referir, que a TAP, SGPS, S.A. tem uma visão estratégica para o futuro, traduzindo-se um dos seus importantes objetivos na criação de uma companhia aérea financeiramente sustentável, onde se destaca, como uma das suas principais linhas estratégicas, em termos de frota, um posicionamento entre as melhores companhias do mundo, garantindo-lhe um papel cada vez mais decisivo nas ligações entre a Europa e as regiões de África, Brasil e América do Norte.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EXERCÍCIO DE 2017

TAP – TRANSPORTES AÉREOS PORTUGUESES, SGPS, S.A.

ÍNDICE

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA	4
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS	5
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL	6
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS	7
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA	8
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017	9
1 - Atividade económica do Grupo TAP	9
2 - Políticas contabilísticas e critérios valorimétricos	13
2.1. Bases de preparação	13
2.2. Comparabilidade	15
2.3. Bases de consolidação	15
2.3.1. Subsidiárias	15
2.3.2. Associadas	18
2.4. Relato por segmentos	18
2.5. Conversão cambial	19
2.5.1. Moeda funcional e de relato	19
2.5.2. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira	19
2.5.3. Empresas do Grupo	19
2.6. Ativos fixos tangíveis	20
2.7. Propriedades de investimento	22
2.8. Ativos intangíveis	22
2.9. <i>Goodwill</i>	22
2.10. Imparidade de ativos não financeiros	22
2.11. Ativos financeiros	23
2.12. Instrumentos financeiros derivados	26
2.13. Justo valor de ativos e passivos	27
2.14. Imposto sobre o rendimento	27
2.15. Inventários	28
2.16. Valores a receber correntes	28
2.17. Caixa e seus equivalentes	29
2.18. Capital social e ações próprias	29
2.19. Passivos remunerados	29
2.20. Encargos financeiros com empréstimos	30
2.21. Provisões	30
2.22. Benefícios pós-emprego	30
2.23. Valores a pagar correntes	31
2.24. Subsídios	31
2.25. Locações	32
2.26. Distribuição de dividendos	32
2.27. Rédito e especialização dos exercícios	32
2.28. Ativos e passivos contingentes	33
2.29. Ativos e passivos não correntes detidos para venda e unidade operacional descontinuada	34
2.30. Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	34
2.31. Eventos subsequentes	35
2.32. Estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes	35
3 - Políticas de gestão do risco financeiro	37
4 - Ativos fixos tangíveis	48
5 - Propriedades de investimento	51
6 - <i>Goodwill</i>	52

7 - Ativos intangíveis	54
8 - Participações financeiras	54
9 - Outros ativos financeiros.....	57
10 - Ativos e passivos por impostos diferidos.....	58
11 – Outras contas a receber	60
12 - Inventários	64
13 – Imposto sobre o rendimento a receber/ pagar	65
14 - Caixa e seus equivalentes	66
15 – Ativos e passivos não correntes detidos para venda e unidade operacional descontinuada	66
16 - Capital próprio.....	69
17 - Interesses não controlados	72
18 - Provisões	73
19 – Passivos Remunerados	75
20 – Pensões e outros benefícios pós-emprego	79
21 – Outras contas a pagar.....	88
22 - Documentos pendentes de voo.....	91
23 - Vendas e serviços prestados	92
24 - Ganhos e perdas em associadas.....	93
25 - Outros rendimentos e ganhos operacionais	93
26 – Inventários consumidos e vendidos.....	94
27 - Variação da produção	94
28 – Materiais e serviços consumidos.....	95
29 - Gastos com o pessoal.....	96
30 – Imparidades de inventários e contas a receber	97
31 - Aumentos/reduções de justo valor	97
32 - Outros gastos e perdas operacionais.....	97
33 – Depreciações, amortizações e perdas por imparidade	98
34 - Juros e rendimentos e gastos similares obtidos/suportados.....	98
35 - Imposto sobre o rendimento.....	99
36 - Relato por segmentos	100
37 - Entidades relacionadas	101
38 - Contingências	103
39 - Detalhe dos ativos e passivos financeiros.....	106
40 – Compromissos	108
41 - Eventos subsequentes.....	110

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Valores em milhares de Euros	Nota	2017	2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	607.212	718.963
Propriedades de investimento	5	2.126	2.248
<i>Goodwill</i>	6	135.184	172.060
Ativos intangíveis	7	3.056	1.504
Participações financeiras	8	5.706	-
Outros ativos financeiros	9	46.805	40.560
Ativos por impostos diferidos	10	57.067	67.571
Outras contas a receber	11	95.245	80.269
		952.401	1.083.175
Ativo corrente			
Inventários	12	97.058	85.839
Outras contas a receber	11	426.977	290.238
Imposto sobre o rendimento a receber	13	1.411	10.473
Outros ativos financeiros	9	34.853	-
Depósitos bancários restritos	14	83	538
Caixa e seus equivalentes	14	167.734	150.468
		728.116	537.556
Ativos não correntes detidos para venda	15	-	36.355
		728.116	573.911
Total do ativo		1.680.517	1.657.086
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital	16	15.000	15.000
Prestações suplementares	16	224.093	224.093
Reservas legais	16	3.000	3.000
Reservas de conversão cambial	16	(58.649)	(36.869)
Reservas de justo valor	16	-	(461)
Ajustamentos em partes de capital		(2.260)	(2.260)
Resultados transitados	16	(676.459)	(647.884)
Resultado líquido do exercício	16	21.224	(27.731)
Total do capital próprio do grupo		(474.051)	(473.112)
Interesses não controlados	17	(1.870)	3.475
Total do capital próprio		(475.921)	(469.637)
Passivo não corrente			
Provisões	18	20.645	26.441
Passivos remunerados	19	756.122	666.841
Pensões e outros benefícios pós-emprego	20	61.422	67.688
Passivos por impostos diferidos	10	19.942	19.422
Outras contas a pagar	21	112.813	105.479
		970.944	885.871
Passivo corrente			
Passivos remunerados	19	114.752	328.274
Outras contas a pagar	21	648.532	571.448
Imposto sobre o rendimento a pagar	13	10.479	-
Documentos pendentes de voo	22	411.731	317.867
		1.185.494	1.217.589
Passivos não correntes de ativos detidos para venda	15	-	23.263
		1.185.494	1.240.852
Total do passivo		2.156.438	2.126.723
Total do capital próprio e do passivo		1.680.517	1.657.086

O anexo faz parte integrante da demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2017.

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS
DOS EXERCÍCIOS DE 2017 E 2016**

Valores em milhares de Euros	Nota	2017	2016
Rendimentos e ganhos operacionais			
Vendas e serviços prestados	23	2.934.894	2.289.638
Ganhos e perdas em associadas	24	3.250	1.743
Outros rendimentos e ganhos operacionais	25	39.457	46.897
		2.977.601	2.338.278
Gastos e perdas operacionais			
Inventários consumidos e vendidos	26	(188.293)	(146.395)
Varição da produção	27	2.090	2.320
Materiais e serviços consumidos	28	(1.946.288)	(1.511.112)
Gastos com o pessoal	29	(624.557)	(585.831)
Imparidades de inventários e contas a receber	30	(2.791)	(3.941)
Provisões (aumentos/reduções)	18	3.527	1.442
Aumentos/reduções de justo valor	31	(122)	32
Outros gastos e perdas operacionais	32	(26.271)	(24.553)
		194.896	70.240
Depreciações, amortizações e perdas por imparidade	33	(66.057)	(57.196)
Imparidade de ativos não depreciáveis/amortizáveis	6	(22.000)	-
Resultados operacionais		106.839	13.044
Juros e rendimentos similares obtidos	34	6.654	2.877
Juros e gastos similares suportados	34	(75.054)	(44.190)
Resultado antes de impostos		38.439	(28.269)
Imposto sobre o rendimento	35	(26.867)	(3.688)
Resultado do exercício das atividades em continuação		11.572	(31.957)
Resultados atribuíveis a unidades operacionais descontinuadas	15	11.706	8.944
Resultado líquido do exercício		23.278	(23.013)
Resultado líquido atribuível aos acionistas da TAP SGPS		21.224	(27.731)
Resultado líquido atribuível aos interesses não controlados	17	2.054	4.718
Resultado básico por ação das atividades em continuação (Euros)	16	7,7	(21,3)
Resultado diluído por ação das atividades em continuação (Euros)	16	7,1	(21,3)
Resultado básico por ação (Euros)	16	14,1	(18,5)
Resultado diluído por ação (Euros)	16	13,0	(18,5)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos resultados em 31 de dezembro de 2017.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL DOS EXERCÍCIOS DE 2017 E 2016

Valores em milhares de Euros	Nota	2017	2016
Resultado líquido		23.278	(23.013)
Elementos que poderão vir a ser reclassificados subsequentemente por resultados:			
Ganhos e perdas com conversão cambial	16	(21.010)	32.569
Ganhos e perdas em instrumentos financeiros derivados de cobertura de fluxos de caixa	16	636	402
Imposto diferido de instrumentos financeiros derivados de cobertura de fluxos de caixa	10	(175)	(111)
Elementos que não serão reclassificados por resultados:			
Remensurações de planos de benefícios definidos	20	(2.885)	(16.109)
Imposto diferido de remensurações	10	2.061	2.172
Outros rendimentos integrais líquidos de imposto		(21.373)	18.923
Rendimento integral		1.905	(4.090)
Atribuível a:			
Acionistas da TAP SGPS		(939)	(7.730)
Interesses não controlados	17	2.844	3.640
		1.905	(4.090)
Rendimento integral atribuível aos acionistas da TAP SGPS decorre de:			
Atividades em continuação		(10.793)	(12.291)
Unidades operacionais descontinuadas		9.854	4.561
		(939)	(7.730)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada do rendimento integral em 31 de dezembro de 2017.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS DE 1 DE JANEIRO DE 2016 A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Valores em milhares de Euros	Capital	Prestações Suplementares (Nota 16)	Reservas legais	Reservas de conversão cambial (Nota 16)	Reservas de justo valor (Nota 16)	Ajustamentos em partes de capital	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Subtotal	Interesses não controlados (Notas 17)	Total
Capital Próprio em 1 de janeiro de 2016	15.000	154.353	3.000	(70.406)	(752)	(2.260)	(478.015)	(156.042)	(535.122)	4.807	(530.315)
Transações com proprietários de capital em 2016	-	69.740	-	-	-	-	(156.042)	156.042	69.740	(4.972)	64.768
Aplicação de resultados e distribuição de lucros e reservas	-	-	-	-	-	-	(156.042)	156.042	-	-	-
Prestações suplementares	-	69.740	-	-	-	-	-	-	69.740	-	69.740
Distribuição de dividendos aos interesses não controlados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.972)	(4.972)
Rendimento integral em 2016	-	-	-	33.537	291	-	(13.827)	(27.731)	(7.730)	3.640	(4.090)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(27.731)	(27.731)	4.718	(23.013)
Outro rendimento integral	-	-	-	33.537	291	-	(13.827)	-	20.001	(1.078)	18.923
Capital Próprio em 31 de dezembro de 2016	15.000	224.093	3.000	(36.869)	(461)	(2.260)	(647.884)	(27.731)	(473.112)	3.475	(469.637)
Transações com proprietários de capital em 2017	-	-	-	-	-	-	(27.731)	27.731	-	(8.189)	(8.189)
Aplicação de resultados e distribuição de lucros e reservas	-	-	-	-	-	-	(27.731)	27.731	-	-	-
Prestações suplementares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alteração de perímetro (Notas 15 e 17)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.373)	(7.373)
Distribuição de dividendos aos interesses não controlados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(816)	(816)
Rendimento integral em 2017	-	-	-	(21.780)	461	-	(844)	21.224	(939)	2.844	1.905
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	21.224	21.224	2.054	23.278
Outro rendimento integral	-	-	-	(21.780)	461	-	(844)	-	(22.163)	790	(21.373)
Capital Próprio em 31 de dezembro de 2017	15.000	224.093	3.000	(58.649)	-	(2.260)	(676.459)	21.224	(474.051)	(1.870)	(475.921)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada das alterações no capital próprio em 31 de dezembro de 2017.

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS DE 2017 E 2016**

Valores em milhares de Euros	Nota	2017	2016
Atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		3.048.710	2.363.288
Pagamentos a fornecedores		(2.398.343)	(2.079.817)
Pagamentos ao pessoal		(499.703)	(446.454)
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento		5.573	(5.032)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		(29.713)	225.385
Fluxos de caixa das atividades operacionais		126.524	57.370
Atividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		219.039	64.666
Investimentos financeiros		15.600	116
Juros e rendimentos similares		5.491	2.665
Prestações acessórias de capital		1.000	-
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(120.374)	(143.409)
Ativos intangíveis		-	(42)
Outros ativos financeiros		(47.133)	(39.276)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		73.623	(115.280)
Atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		55.429	227.650
Prestações suplementares	16	-	69.740
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(55.567)	(81.010)
Contratos de locação financeira		(128.100)	(89.816)
Juros e gastos similares		(40.613)	(42.909)
Dividendos (interesses não controlados)		-	(5.622)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		(168.851)	78.033
Variações de caixa e seus equivalentes		31.296	20.123
Efeito das diferenças de câmbio		(14.205)	(7.597)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		150.726	140.991
Ativos não correntes detidos para venda	15	-	(2.791)
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	14	167.817	150.726

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2017.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017

1 - Atividade económica do Grupo TAP

O Grupo TAP, constituído pela TAP – Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (“TAP SGPS”) e suas subsidiárias (o “Grupo TAP” ou o “Grupo”) tem a sua sede no Aeroporto de Lisboa e dedica-se à exploração do setor de transporte aéreo de passageiros, carga e correio, execução de trabalhos de manutenção e engenharia para a sua frota e para terceiros, prestação de serviços de assistência em escala ao transporte aéreo e *catering* para aviação.

A principal atividade do Grupo TAP consiste no transporte aéreo de passageiros, carga e correio, operando regularmente em Portugal Continental e Regiões Autónomas, Europa, África, Atlântico Norte, Atlântico Médio e Atlântico Sul. Tem 24 representações em países estrangeiros e 4 em Portugal.

Sede Social Aeroporto de Lisboa, Edifício 25

Capital Social Euros 15.000.000

N.I.P.C. 506 623 602

A TAP – Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. foi constituída ao abrigo do Decreto-Lei nº 87/2003, de 26 de abril e posteriormente matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, em 25 de junho de 2003. O seu capital foi integralmente realizado em espécie pela Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A. (“Parpública”), por entrada das ações representativas da totalidade do capital social da sociedade Transportes Aéreos Portugueses, S.A. (“TAP S.A.”).

No âmbito do processo de reprivatização do Grupo TAP (“Processo de Reprivatização”), foi celebrado no dia 24 de junho de 2015, entre a Parpública (como vendedora), a DGN Corporation (“DGN”) e a HPGB, SGPS, S.A. (“HPGB”) (como proponentes) e a Atlantic Gateway, SGPS, S.A. (“Atlantic Gateway”, que atualmente adotou o tipo de sociedade por quotas) (como compradora), o “Acordo de Venda Direta” da TAP SGPS, o qual ficou concluído em 12 de novembro de 2015, com a transmissão, pela Parpública a favor da Atlantic Gateway, de 915.000 ações escriturais, nominativas, representativas de 61% do capital social da TAP SGPS permanecendo a Parpública com os restantes 39%.

Para além do “Acordo de Venda Direta” já referido, importa ainda destacar, de entre os vários instrumentos contratuais também assinados em 24 de junho de 2015, o “Acordo de Compromissos Estratégicos” celebrado entre o Estado Português, a Parpública, a TAP SGPS, a TAP S.A., a DGN, a HPGB e a Atlantic Gateway, nos termos do qual as partes estabelecem os termos e condições gerais para a implementação do projeto estratégico, apresentado no âmbito do Processo de Reprivatização e a Atlantic Gateway, a HPGB, a DGN e a TAP S.A. assumem, perante o Estado e a Parpública, determinados compromissos estratégicos, entre os quais a promoção do *hub* nacional e a manutenção da sede da TAP S.A. e da Portugalia – Companhia Portuguesa de Transportes Aéreos, S.A. (“Portugalia”) em Portugal.

Em 12 de novembro de 2015, com a aquisição pela Atlantic Gateway das ações representativas de 61% do capital social da TAP SGPS, entre outros instrumentos contratuais celebrados, importa destacar o “Acordo Relativo à Estabilidade Económico-Financeira da TAP”, entre a Parpública, a Atlantic Gateway, a TAP SGPS, a TAP S.A. e a Portugalá, pelo qual a Atlantic Gateway, como compradora, e a TAP S.A. e a Portugalá, como mutuárias, assumiram determinado tipo de obrigações relativas à dívida financeira e ao serviço da dívida do Grupo TAP.

No âmbito do processo de notificação à Autoridade Nacional da Aviação Civil (“ANAC”) da transação concluída em 12 de novembro de 2015, que conduziu à aquisição, pela Atlantic Gateway, de ações representativas de 61% do capital social da TAP SGPS, importa destacar que, por deliberação de 19 de fevereiro de 2016, o Conselho de Administração da ANAC impôs um conjunto de medidas cautelares ao Grupo TAP. Este processo junto da ANAC ficou, no entanto, concluído de modo favorável em 23 de dezembro de 2016, tendo nessa data o Conselho de Administração da ANAC deliberado que a TAP S.A. preenchia as condições previstas no artigo 4º do Regulamento (CE) nº 1008/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de setembro de 2008, relativo a regras comuns de exploração dos serviços aéreos na Comunidade.

Adicionalmente, em dezembro de 2015, o Estado Português deu a conhecer à Atlantic Gateway o seu propósito de reconfigurar, por via negocial, os termos e condições da sua participação na TAP SGPS, designadamente através de um aumento da sua participação no capital social da TAP SGPS, tendo a Atlantic Gateway e as suas sócias, a HPGB e a DGN, manifestado disponibilidade para participar no processo negocial proposto pelo Estado Português.

Nesse sentido, em 6 de fevereiro de 2016, o Estado Português e a Atlantic Gateway celebraram um “Memorando de Entendimento”, posteriormente alterado em 26 de abril de 2016, tendo como objeto estabelecer os princípios, regras e condições a que deveria obedecer a reconfiguração da participação do Estado Português, através da Parpública, na TAP SGPS.

Em conformidade com o disposto no Memorando de Entendimento, a Parpública, a HPGB, a DGN e a Atlantic Gateway celebraram um acordo de compra e venda de ações em 19 de maio de 2016, nos termos do qual, desde que verificadas determinadas condições prévias, a Atlantic Gateway se obrigou a vender ações representativas do capital social da TAP SGPS à Parpública, de modo a que a Parpública passe a ser titular de 50% do capital social da TAP SGPS (o “Acordo de Compra e Venda de Ações”). De entre as condições prévias a que ficou sujeita a conclusão deste Acordo, destacamos a conclusão da oferta de venda aos trabalhadores do Grupo TAP de ações representativas de até 5% do capital social da TAP SGPS, as necessárias autorizações de terceiros e a reestruturação financeira do Grupo TAP. Ficou anexa a este Acordo de Compra e Venda de Ações, a minuta do Acordo Parassocial e de Compromissos Estratégicos da TAP SGPS a ser celebrado entre a Parpública e a Atlantic Gateway na data da conclusão do Acordo de Compra e Venda de Ações (“Acordo Parassocial e de Compromissos Estratégicos da TAP SGPS”).

A Resolução do Conselho de Ministros nº 30/2016, de 19 de maio, que aprovou as minutas do Acordo de Compra e Venda de Ações e do Acordo Parassocial e de Compromissos Estratégicos da TAP SGPS, também determinou, entre outros, (i) a cessação imediata dos efeitos do Acordo de Compromissos Estratégicos

celebrado em 24 de junho de 2015, acima referido, na data de produção de efeitos do Acordo Parassocial e de Compromissos Estratégicos da TAP SGPS, sendo aquele substituído por este último Acordo, bem como (ii) a caducidade do regime de indisponibilidade previsto no caderno de encargos do Processo de Reprivatização – no que se refere ao número de ações da TAP SGPS e da TAP S.A. que sejam necessárias para assegurar a maioria dos direitos de voto e o controlo efetivo das referidas sociedades – na data de produção de efeitos da transmissão de ações representativas do capital social da TAP SGPS a favor da Parpública.

Dando cumprimento ao plano de capitalização do Grupo TAP definido no âmbito do Processo de Reprivatização, em 8 de março de 2016, foi deliberado em Assembleia Geral da TAP SGPS, previamente autorizado pela ANAC, a emissão pela TAP SGPS, de um empréstimo obrigacionista, a 10 anos, convertível em até 130.800 ações especiais de conteúdo patrimonial da Empresa no montante de 120 milhões de Euros. A referida emissão é composta por duas séries: a primeira (série A), no valor de 90 milhões de Euros, subscrita pela Azul Linhas Aéreas Brasileiras, S.A. (“Azul S.A.”) em 16 de março de 2016, e a segunda (série B), no valor de 30 milhões de Euros, subscrita pela Parpública em 14 de junho de 2016. A conversão das referidas obrigações em ações da TAP SGPS e a constituição de garantias no âmbito desta emissão ficaram condicionadas a aprovação expressa da ANAC, a qual se materializou em 23 de dezembro de 2016.

Na sequência da referida deliberação do Conselho de Administração da ANAC de 23 de dezembro de 2016, em 12 de janeiro de 2017, a Assembleia Geral da TAP SGPS deliberou, entre outros, reconhecer a produção plena dos efeitos da emissão de obrigações pela TAP SGPS, que foi deliberada pela Assembleia Geral da TAP SGPS em 8 de março de 2016, bem como a produção de efeitos do contrato de prestação de garantias, celebrado no âmbito da referida emissão obrigacionista, entre a TAP SGPS, a TAP S.A., a Megasis – Sociedade de Serviços de Engenharia e Informática, S.A., a Azul S.A. e a Bondholders, S.L. De referir que o pacote de garantias acordado, nos termos da documentação da emissão, não foi ainda constituído, tendo sido acordado com os subscritores das obrigações uma extensão do prazo para a constituição dessas mesmas garantias.

No âmbito da privatização da TAP SGPS foi determinada a realização e conclusão de uma oferta pública de venda destinada a trabalhadores do Grupo TAP, consistindo na venda, pela Parpública a trabalhadores da TAP SGPS e de outras sociedades do Grupo TAP, identificados no anexo II da Resolução do Conselho de Ministros n.º 4-A/2015, de 20 de janeiro, alterada pelo n.º 7 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 42-A/2017, de 23 de março, de ações representativas de até 5% do capital social da TAP SGPS. Esta oferta pública de venda aos trabalhadores foi lançada em 10 de abril de 2017, de acordo com o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 42-A/2017, de 23 de março, e na sequência da mesma, os trabalhadores do Grupo TAP adquiriram um total de 75.000 ações representativas de 5% do capital social e dos direitos de voto da TAP SGPS.

Em conformidade com o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 95/2017, de 4 de julho, aprovada em 29 de junho de 2017, e com efeitos a contar dessa mesma data, a Parpública e a Atlantic Gateway concluíram no dia 30 de junho de 2017 a transmissão de ações prevista no Acordo de Compra e Venda de

Ações, a qual foi notificada à ANAC, nos termos legalmente previstos, aguardando-se ainda uma pronúncia formal desta entidade sobre a mesma.

Nesse mesmo dia, 30 de junho de 2017, também teve lugar uma reunião da Assembleia Geral da TAP SGPS para deliberar, entre outros, sobre a eleição de novos membros do Conselho de Administração da TAP SGPS e sobre a alteração aos estatutos da TAP SGPS, em conformidade com o previsto no Acordo de Compra e Venda de Ações.

Na sequência desta transmissão de ações, o capital social da TAP SGPS passou a ter a seguinte composição:

- Os trabalhadores detêm, em conjunto, um total de 75.000 ações ordinárias, representativas de 5% do capital social, dos direitos de voto e dos direitos económicos da TAP SGPS;
- A Párpública detém 750.000 ações da categoria B, representativas de 50% do capital social e dos direitos de voto e 5% dos direitos económicos da TAP SGPS; e
- A Atlantic Gateway detém 675.000 ações da categoria A, representativas de 45% do capital social e dos direitos de voto e 90% dos direitos económicos da TAP SGPS.

Nos termos das alterações verificadas, o Grupo TAP continua a não se qualificar como empresa pública do setor público empresarial do Estado, nos termos e para os efeitos do disposto no Decreto-Lei nº 133/2013.

Ainda no dia 30 de junho de 2017, foi assinado o “Acordo de Adaptação e Monitorização de Passivo Financeiro Relativo ao Grupo TAP” entre diversas entidades bancárias, a TAP SGPS, a TAP S.A. e a Portugalia, como mutuárias e a Párpública e a Atlantic Gateway, como acionistas, tendo o Grupo TAP acordado com as entidades bancárias signatárias a alteração de determinadas condições dos respetivos contratos de financiamento, bem como das disposições relativas à dívida financeira e ao serviço da dívida do Grupo. Este acordo veio substituir o “Acordo Relativo à Estabilidade Económico-Financeira da TAP”, assinado em 12 de novembro de 2015, que foi, por sua vez, expressamente revogado.

Estas demonstrações financeiras consolidadas, que incluem os ativos, os passivos, os gastos e rendimentos das empresas do Grupo TAP, conforme listadas na Nota 2.3.1., foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 8 de março de 2018. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor.

Os membros do Conselho de Administração, que assinam o presente relatório, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados das empresas incluídas no perímetro de consolidação do Grupo.

2 - Políticas contabilísticas e critérios valorimétricos

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo.

2.1. Bases de preparação

As presentes demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adotadas pela União Europeia (“IFRS” – anteriormente designadas Normas Internacionais de Contabilidade – “IAS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e com as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (“IFRIC”) ou pelo anterior *Standing Interpretations Committee* (“SIC”), em vigor à data da preparação das referidas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 2.3.1.), e tomando por base o custo histórico, exceto os instrumentos financeiros derivados, propriedades de investimento e os programas de fidelização de clientes, que se encontram registados ao justo valor.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com as IFRS, o Conselho de Administração recorreu ao uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos com impacto no valor de ativos e passivos e no reconhecimento de rendimentos e gastos de cada período de reporte. Apesar de estas estimativas terem por base a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As principais asserções que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou os pressupostos e estimativas mais significativas para a preparação das referidas demonstrações financeiras, estão divulgados na Nota 2.32.

O Grupo TAP, na elaboração e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, declara estar em cumprimento, de forma explícita e sem reservas, com as normas IAS/IFRS e suas interpretações SIC/IFRIC, aprovadas pela União Europeia.

→ Novas normas e interpretações de aplicação mandatária em 31 de dezembro de 2017

As interpretações e alterações a normas existentes identificadas abaixo, são de aplicação obrigatória pelo IASB, para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017:

Descrição	Alteração	Data efetiva*
IAS 7 – Demonstração dos fluxos de caixa	Reconciliação das alterações no passivo de financiamento com os fluxos de caixa das atividades de financiamento.	1 de janeiro de 2017
IAS 12 – Imposto sobre o rendimento	Registo de impostos diferidos ativos sobre os ativos mensurados ao justo valor, o impacto das diferenças temporárias dedutíveis na estimativa dos lucros tributáveis futuros e o impacto das restrições sobre a capacidade de recuperação dos impostos diferidos ativos.	1 de janeiro de 2017

* Exercícios iniciados em ou após

A introdução destas interpretações e a alteração das normas referidas anteriormente não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

→ **Novas normas e interpretações de aplicação não mandatária em 31 de dezembro de 2017**

Existem novas normas, alterações e interpretações efetuadas a normas existentes, que apesar de já estarem publicadas, a sua aplicação apenas é obrigatória para exercícios anuais, que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018, que o Grupo decidiu não adotar antecipadamente neste exercício, como segue:

Normas (novas e alterações) que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2018, já endossadas pela EU:

Descrição	Alteração	Data efetiva*
IFRS 9 – Instrumentos financeiros	Nova norma para o tratamento contábilístico de instrumentos financeiros.	1 de janeiro de 2018
IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes	Reconhecimento do rédito relacionado com a entrega de ativos e prestação de serviços, pela aplicação o método das 5 etapas.	1 de janeiro de 2018
IFRS 16 - Locações	Nova definição de locação. Nova contabilização dos contratos de locação para os locatários. Não existem alterações à contabilização das locações pelos locadores.	1 de janeiro de 2019
IFRS 4 – Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9)	Isenção temporária da aplicação da IFRS 9 para as seguradoras para os exercícios que se iniciem antes de 1 de janeiro de 2021. Regime específico para os ativos no âmbito da IFRS 4 que qualificam como ativos financeiros ao justo valor por via dos resultados na IFRS 9 e como ativos financeiros ao custo amortizado na IAS 39, sendo permitida a classificação da diferença de mensuração em outro rendimento integral.	1 de janeiro de 2018
Alterações à IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes	Identificação das obrigações de desempenho, momento do reconhecimento do rédito de licenças Pl, revisão dos indicadores para a classificação da relação principal <i>versus</i> agente, e novos regimes para a simplificação da transição.	1 de janeiro de 2018

* Exercícios iniciados em ou após

Normas (novas e alterações) que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2018, ainda não endossadas pela EU:

Descrição	Alteração	Data efetiva*
Melhorias às normas 2014 - 2016	Clarificações várias: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28.	1 de janeiro de 2017 e 1 de janeiro de 2018
IAS 40 – Propriedades de investimento	Clarificação de que é exigida evidência de alteração de uso para efetuar a transferências de ativos de e para a categoria de propriedades de investimento.	1 de janeiro de 2018
IFRS 2 – Pagamentos baseados em ações	Mensuração de planos de pagamentos baseados em ações liquidados financeiramente, contabilização de modificações, e a classificação dos planos de pagamentos baseados em ações como liquidados em capital próprio, quando o empregador tem a obrigação de reter imposto.	1 de janeiro de 2018
IFRS 9 – Instrumentos financeiros	Opções de tratamento contábilístico de ativos financeiros com compensação negativa.	1 de janeiro de 2019
IAS 28 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	Clarificação quanto aos investimentos de longo prazo em associadas e empreendimentos conjuntos que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial.	1 de janeiro de 2019
Melhorias às normas 2015 – 2017	Clarificações várias: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11.	1 de janeiro de 2019
IFRS 17 – Contratos de seguro	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária.	1 de janeiro de 2021

* Exercícios iniciados em ou após

Interpretações que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2018, ainda não endossadas pela EU:

Descrição	Alteração	Data efetiva*
IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e contraprestação adiantada	Taxa de câmbio a aplicar quando a contraprestação é recebida ou paga antecipadamente.	1 de janeiro de 2018
IFRIC 23 – Incertezas sobre o tratamento de imposto sobre o rendimento	Clarificação relativa à aplicação dos princípios de reconhecimento e mensuração da IAS 12 quando há incerteza sobre o tratamento fiscal de uma transação, em sede de imposto sobre o rendimento.	1 de janeiro de 2019

* Exercícios iniciados em ou após

A adoção da IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes e da IFRS 9 - Instrumentos financeiros, não irá produzir efeitos materialmente relevantes na posição patrimonial e resultados do Grupo.

Relativamente à IFRS 16 - Locações, o Grupo não concluiu, ainda, o apuramento de todos os impactos decorrentes da sua aplicação, contudo, espera que estes venham a produzir efeitos materialmente relevantes sobre a sua posição patrimonial e resultados.

2.2. Comparabilidade

Os valores constantes das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 são comparáveis, em todos os aspetos significativos, com os valores do exercício de 2016.

Sem prejuízo do acima exposto, decorrente da reanálise das políticas de gestão financeira do Grupo e da respetiva natureza e magnitude das transações cambiais específicas do negócio do transporte aéreo, foi decidido alterar a classificação contabilística das diferenças de câmbio realizadas e não realizadas na demonstração consolidada de resultados, resultantes de saldos em moeda estrangeira das rubricas de disponibilidades e de outros ativos e passivos. Deste modo, a partir de 2017 as diferenças de câmbio geradas pelos saldos em moeda estrangeira acima referidos são apresentadas nos resultados financeiros na demonstração consolidada dos resultados.

O Grupo considera que esta alteração de classificação contabilística reflete, atualmente, de uma forma mais adequada ao seu negócio os seus eventos operacionais e financeiros. Atendendo à sua imaterialidade no contexto das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (3.836 milhares de Euros conforme Nota 25), as mesmas não foram reexpressas.

2.3. Bases de consolidação

2.3.1. Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais o Grupo considera existir controlo.

O Grupo considera existir controlo sobre uma entidade quando o Grupo está exposto e ou tem direito, em resultado do seu envolvimento, ao retorno variável das atividades da entidade e tem capacidade de afetar esse retorno através do poder exercido sobre aquela, nomeadamente, quando detém direta ou indiretamente mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito dos direitos de voto potenciais, que sejam

correntemente exercíveis ou convertíveis, são considerados quando se avalia se o Grupo detém o controlo sobre outra entidade.

A participação de terceiros no capital próprio e no resultado líquido daquelas empresas é apresentada, separadamente, na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração consolidada dos resultados, respetivamente, na rubrica de “Interesses não controlados” (Nota 17).

As empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas abaixo:

Firma	Sede	Atividade principal	Detentores de capital	% do capital detido	
				2017	2016
TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A.	Lisboa	Gestão e administração de participações sociais	Parpública	50,00%	39,00%
			Atlantic Gateway	45,00%	61,00%
			Trabalhadores do Grupo TAP	5,00%	-
Transportes Aéreos Portugueses, S.A.	Lisboa	Atividades aeronáuticas	TAP SGPS	100,00%	100,00%
TAPGER - Sociedade de Gestão e Serviços, S.A. ("TAPGER")	Lisboa	Prestação de serviços de gestão	TAP SGPS	100,00%	100,00%
Portugália - Companhia Portuguesa de Transportes Aéreos, S.A. ("Portugália")	Lisboa	Atividades aeronáuticas	TAP SGPS	100,00%	100,00%
Cateringpor - Catering de Portugal, S.A. ("Cateringpor")	Lisboa	Catering	TAPGER	51,00%	51,00%
L.F.P. - Lojas Francas de Portugal, S.A. ("LFP")	Lisboa	Exploração de <i>free shop</i>	TAPGER	-	51,00%
Megasis - Soc. de Serviços de Engenharia e Informática, S.A. ("Megasis")	Lisboa	Engenharia e prestação de serviços informáticos	TAPGER	100,00%	100,00%
U.C.S. - Cuidados Integrados de Saúde, S.A. ("UCS")	Lisboa	Prestação de cuidados de saúde	TAPGER	100,00%	100,00%
Aeropar, Participações, S.A. ("Aeropar")	Brasil	Gestão e administração de participações sociais	TAP SGPS	99,83%	99,83%
			Portugália	0,17%	0,17%
TAP – Manutenção e Engenharia Brasil, S.A. (ex-VEM) ("TAP M&E Brasil")	Brasil	Manutenção e engenharia aeronáutica	TAP SGPS	51,00%	51,00%
			Aeropar	47,64%	47,64%

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 ocorreram alterações ao perímetro de consolidação do Grupo, com a venda de 51% do capital da subsidiária L.F.P. – Lojas Francas de Portugal, S.A., que havia sido classificada como ativo e passivo não corrente detido para venda em 2016.

É utilizado o método de compra para contabilizar a aquisição de subsidiárias. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, dos instrumentos de capital emitidos e dos passivos incorridos, ou assumidos na data de aquisição.

Os custos diretamente associados com aquisições (serviços de consultoria, aconselhamento legal, gastos administrativos, entre outros) são contabilizados, nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo TAP, como gastos do exercício em que a aquisição teve lugar, reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses não controlados. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela do Grupo, dos ativos e passivos identificáveis adquiridos, é registado como *goodwill* que se encontra detalhado na Nota 6.

As subsidiárias são consolidadas, pelo método integral, a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo, sendo excluídas da consolidação a partir da data em que esse controlo cessa.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida (*goodwill* negativo), a diferença é reconhecida diretamente na demonstração consolidada dos resultados na rubrica “Outros rendimentos e ganhos operacionais”.

As transações internas, saldos, ganhos não realizados em transações e dividendos distribuídos entre empresas do grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação revelar evidência de imparidade de um ativo transferido.

Quando, à data da aquisição do controlo, o Grupo TAP já detém uma participação previamente adquirida, o justo valor dessa participação concorre para a determinação do *goodwill* ou *goodwill* negativo.

Quando a aquisição do controlo é efetuada em percentagem inferior a 100%, na aplicação do método da compra, os interesses não controlados podem ser mensurados ao justo valor ou na proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos, sendo essa opção definida em cada transação.

Transações subsequentes de alienação ou de aquisição de participações a interesses não controlados, que não implicam alteração do controlo, não resultam no reconhecimento de ganhos, perdas ou *goodwill*, sendo qualquer diferença apurada entre o valor da transação e o valor contabilístico da participação transacionada reconhecida no capital próprio.

O capital próprio e o resultado líquido, correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias, são apresentados separadamente na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração dos resultados consolidados, respetivamente, na rubrica de interesses não controlados. Os prejuízos e ganhos aplicáveis aos interesses não controlados são imputados aos mesmos.

Preços contingentes de eventos futuros são considerados ao justo valor à data da aquisição, independentemente da probabilidade de ocorrência. As eventuais remensurações subsequentes não afetam os saldos de *goodwill*, exceto se efetuadas até 12 meses após a data de aquisição.

As políticas contabilísticas das subsidiárias foram alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

2.3.2. Associadas

Associadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo exerce influência significativa através da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas não detém controlo ou controlo conjunto, geralmente representando entre 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em associadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas, são reconhecidas como *goodwill* e mantidas na respetiva rubrica. Se essas diferenças forem negativas são registadas como ganho do exercício na rubrica “Ganhos e perdas em associadas”.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas, quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gasto as perdas por imparidade que se demonstrem existir, também naquela rubrica. Quando as perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, deixam de existir são objeto de reversão.

Os ganhos não realizados em transações entre o Grupo e as suas associadas são eliminados até ao grau da quota-parte do Grupo nas associadas. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação fornecer evidência de imparidade do ativo transferido.

Quando considerado necessário, as políticas contabilísticas das associadas são alteradas, para garantir a consistência com as práticas adotadas pelo Grupo.

A entidade que se qualifica como associada é a seguinte:

Firma	Sede	Atividade principal	Detentores de capital	% do capital detido	
				2017	2016
SPdH – Serviços Portugueses de Handling, S.A. ("SPdH")	Lisboa	Handling	TAP SGPS Portugália	43,90% 6,00%	43,90% 6,00%

Os investimentos em associadas encontram-se detalhados na Nota 8.

2.4. Relato por segmentos

Tal como preconizado na IFRS 8, o Grupo apresenta os segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente. De facto, os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com o modelo interno de informação de gestão, providenciado ao principal responsável pela tomada de decisões operacionais do Grupo, o qual é responsável pela alocação de recursos ao segmento e pela

avaliação do seu desempenho, assim como pela tomada de decisões estratégicas. O Grupo não apresenta ativos e passivos segmentais tendo em consideração que esta informação não é apresentada ao principal responsável pela tomada de decisões operacionais.

Foram identificados quatro segmentos operacionais: transporte aéreo, manutenção e engenharia, *catering* e outros. De referir que a atividade de *free shop* deixou de ser considerada como segmento operacional, tendo em consideração a sua classificação como uma unidade operacional descontinuada em 31 de dezembro de 2016 e a conclusão do processo de venda de 51% do capital da subsidiária LFP em 2017 (Nota 15).

As políticas contabilísticas do relato por segmentos são utilizadas de forma consistente no Grupo. Todos os réditos inter-segmentais são valorizados a preços de mercado e eliminados na consolidação. A informação relativa aos segmentos identificados encontra-se apresentada na Nota 36.

2.5. Conversão cambial

2.5.1. Moeda funcional e de relato

Os elementos incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das entidades do Grupo são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em **milhares de Euros**, sendo o Euro a moeda funcional e de relato do Grupo.

2.5.2. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

As transações em moedas diferentes do Euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações, bem como da conversão, pela taxa de câmbio, à data da posição financeira, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados, nos resultados financeiros.

2.5.3. Empresas do Grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo, que possuam uma moeda funcional diferente da sua moeda de relato, são convertidos para a moeda de relato como segue:

- (i) Os ativos e passivos de cada posição financeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data das demonstrações financeiras consolidadas. As diferenças de câmbio, resultantes desta conversão, são reconhecidas como componente separada no capital próprio, na rubrica “Reservas de conversão cambial”.

- (ii) Os rendimentos e os gastos são convertidos pela taxa de câmbio média do exercício de reporte, a não ser que a taxa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas em vigor nas datas das transações. Neste caso, os rendimentos e os gastos são convertidos pelas taxas de câmbio em vigor nas datas das transações.

Os ajustamentos ao *goodwill* e ao justo valor de uma aquisição de uma entidade estrangeira são tratados como ativos e passivos de uma entidade estrangeira, e são transpostos à taxa de câmbio de fecho à data de relato.

As diferenças de câmbio resultantes de um item monetário, que faça parte do investimento líquido numa unidade operacional estrangeira, são reconhecidas numa componente separada do capital próprio e, aquando da alienação do investimento líquido ou liquidação desses montantes, são reconhecidas nos resultados, como parte do ganho ou perda apurado na alienação.

As cotações de moeda estrangeira, utilizadas para conversão das demonstrações financeiras, expressas em moeda diferente do Euro ou para a atualização de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Moeda	2017	2016
BRL	3,9729	3,4305
USD	1,1993	1,0541
VEF	4.011,7	710,21
AOA	185,40	184,48

Relativamente às subsidiárias brasileiras, os resultados mensais foram convertidos à taxa do último dia de cada mês, conforme segue:

Mês	2017	2016
Janeiro	3,3535	4,4294
Fevereiro	3,2810	4,3394
Março	3,3800	4,1174
Abril	3,4718	3,9738
Mai	3,6485	3,9850
Junho	3,7600	3,5898
Julho	3,6764	3,6478
Agosto	3,7410	3,6016
Setembro	3,7635	3,6210
Outubro	3,8059	3,4836
Novembro	3,8668	3,6118
Dezembro	3,9729	3,4305

2.6. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, nomeadamente edifícios e terrenos, adquiridos até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registados ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Adicionalmente, à data da transição, a subsidiária TAP S.A. aplicou a exceção prevista na IFRS 1 - Primeira Aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro, pela qual se poderá considerar como custo considerado (*deemed cost*) o justo valor de algumas categorias de bens, reportado à data de transição (1 de janeiro de 2004).

Assim, com efeitos a 1 de janeiro de 2004, os bens pertencentes à categoria de edifícios da referida subsidiária, foram revalorizados para o correspondente justo valor a essa data. O justo valor desses *itens*, do ativo fixo tangível, foi determinado por um estudo de avaliação patrimonial efetuado por uma entidade especializada independente (Colliers P&I), a qual procedeu, igualmente, à determinação do período de vida útil remanescente desses bens, à data de transição.

Os ativos fixos tangíveis, adquiridos posteriormente à data de transição, são apresentados ao custo de aquisição deduzido de depreciações e perdas por imparidade. O custo de aquisição inclui todos os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes, nomeadamente com renovações de frota e manutenção estrutural, são incluídos no custo de aquisição do bem sempre que é provável que benefícios económicos futuros fluirão para o Grupo. Os demais encargos com manutenção corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição, sendo utilizado o método das quotas constantes por duodécimos, utilizando-se as taxas que melhor refletem a sua vida útil estimada, como segue:

	Anos de vida útil	Valor residual
Edifícios e outras construções	20-50	-
Equipamento básico:		
Equipamento de voo:		
Airbus		
Frota aérea	20	5%
Frota aérea em regime de locação financeira	20	5%
Reatores de reserva e sobressalentes	20	5%
Reatores de reserva em regime de locação financeira	20	5%
Restante equipamento de voo		
Frota aérea	16	10%
Frota aérea em regime de locação financeira	16	10%
Reatores de reserva e sobressalentes	16	10%
Reatores de reserva em regime de locação financeira	16	10%
Outro equipamento básico	7-20	0-10%
Equipamento de transporte	4-10	-
Ferramentas e utensílios	8-20	0-10%
Equipamento administrativo	5-16	-
Outros ativos fixos tangíveis	10	-

Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados prospetivamente, se necessário, na data de relato (Nota 4). Se a quantia escriturada é superior ao valor recuperável do ativo,

procede-se ao seu reajustamento para o valor recuperável estimado mediante o registo de perdas por imparidade (Nota 2.10.).

Os ganhos ou perdas, provenientes do abate ou alienação, são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações deduzidos dos custos de transação e a quantia escriturada dos ativos, e são reconhecidos na demonstração dos resultados, como rendimentos e ganhos ou gastos e perdas operacionais.

2.7. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são imóveis (terrenos, edifícios ou partes de edifícios) detidos com o objetivo de valorização do capital, obtenção de rendas, ou ambas. As propriedades de investimento foram valorizadas ao justo valor na data da transição para as IFRS, sendo valorizadas subsequentemente de acordo com o modelo do justo valor, o qual é aplicado a todos os ativos classificados como propriedades de investimento.

O justo valor das propriedades de investimento é determinado com base em avaliações efetuadas por avaliadores externos tendo em consideração as condições da sua utilização ou o melhor uso, consoante se encontre arrendado ou não.

2.8. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações e perdas por imparidade, pelo método das quotas constantes, durante um período que varia entre 3 e 10 anos.

2.9. Goodwill

O *goodwill* representa o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis nas subsidiárias na data de aquisição.

O *goodwill* encontra-se sujeito a testes de imparidade, numa base mínima anual. As perdas por imparidade relativas ao *goodwill* não podem ser revertidas. Ganhos ou perdas decorrentes da venda do controlo de uma entidade incluem o valor do *goodwill* correspondente.

Para efeitos de realização de testes de imparidade, o *goodwill* é associado às unidades geradoras de caixa mais baixas a que pertencem. As unidades geradoras de caixa representam o investimento do Grupo em cada uma das áreas de negócio em que o Grupo TAP opera.

2.10. Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros, que não têm uma vida útil definida, não estão sujeitos a depreciação ou amortização, mas são objeto de testes de imparidade anuais. Os ativos sujeitos a amortização/depreciação

são revistos quanto à imparidade sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, o Grupo avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e se sim regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo, deduzido dos gastos para venda, e o seu valor de uso.

Para a realização de testes de imparidade, os ativos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa a que pertence o ativo), quando não seja possível fazê-lo, individualmente, para cada ativo.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram (com exceção das perdas por imparidade do *goodwill* – ver Nota 2.9.).

A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados nas rubricas “Imparidade de ativos não depreciáveis/amortizáveis” e “Depreciação, amortização e perdas por imparidade”, a não ser que o ativo tenha sido reavaliado, situação em que a reversão corresponderá a um acréscimo da reavaliação. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada, até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores.

2.11. Ativos financeiros

O Grupo classifica os seus ativos financeiros nas seguintes categorias: empréstimos concedidos e contas a receber, ativos financeiros ao justo valor através de resultados, investimentos detidos até à maturidade e ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende do objetivo de aquisição do investimento. A classificação é determinada, no momento do reconhecimento inicial dos investimentos, e reavaliada em cada data de relato.

Os ativos e os passivos financeiros são compensados, sendo os seus valores líquidos reportados na demonstração da posição financeira consolidada apenas quando existe um direito legalmente exercível para compensar os referidos valores, e quando existe uma intenção para liquidar numa base líquida, ou quando o ativo seja realizado simultaneamente com a liquidação do passivo. O direito legal de compensar existe quando seja exercível a todo o momento, no decurso normal da atividade, não sendo contingente à ocorrência de eventos futuros ou de casos de *default*, insolvência ou falência da entidade.

Todas as aquisições e alienações destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os ativos são, inicialmente, registados pelo seu valor de aquisição, sendo o justo valor equivalente ao preço pago e a pagar, incluindo despesas de transação, exceto para os ativos financeiros ao justo valor através de resultados. A mensuração subsequente depende da categoria em que o investimento se insere, como segue:

→ **Empréstimos concedidos e contas a receber**

Os empréstimos concedidos e contas a receber são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados num mercado ativo. São originados quando o Grupo fornece dinheiro, bens ou serviços diretamente a um devedor, sem intenção de negociar a dívida.

São incluídos nos ativos correntes, exceto quando se tratam de ativos com maturidades superiores a 12 meses após a data da posição financeira, sendo nesse caso classificados como ativos não correntes.

Os empréstimos concedidos e contas a receber são mensurados, inicialmente, ao justo valor e posteriormente ao custo amortizado e são incluídos na demonstração da posição financeira consolidada na rubrica “Outras contas a receber”.

→ **Ativos financeiros ao justo valor através de resultados**

Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se adquirido, principalmente, com o objetivo de venda a curto prazo ou se assim designado pelos gestores. Os ativos desta categoria são classificados como correntes se forem detidos para negociação ou sejam realizáveis no período até 12 meses da data de relato. Estes ativos são mensurados ao justo valor através da demonstração dos resultados.

→ **Investimentos detidos até à maturidade**

Os investimentos detidos até à maturidade são ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que o Grupo tem intenção e capacidade para manter até à maturidade. Esta categoria de investimento está registada ao custo amortizado pelo método da taxa de juro efetiva.

→ **Ativos financeiros disponíveis para venda**

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que são designados nesta categoria ou que não são classificados em nenhuma das outras categorias. São incluídos em ativos não correntes, exceto se os gestores entenderem alienar o investimento num prazo até 12 meses após a data de relato. Estes investimentos financeiros são contabilizados ao justo valor, entendido como o respetivo valor de cotação, à data da posição financeira.

Se não existir mercado ativo, o Grupo determina o justo valor através da aplicação de técnicas de avaliação, que incluem o uso de transações comerciais recentes, a referência a outros instrumentos com características semelhantes, a análise de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções modificados para incorporar as características específicas do emitente.

As variações de justo valor resultantes são registadas diretamente na reserva de justo valor no capital próprio, exceto no caso de existência de imparidade, até que o investimento financeiro seja vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, momento em que o ganho ou perda acumulado, anteriormente reconhecido na reserva de justo valor, é incluído no resultado líquido do exercício.

Caso não exista um valor de mercado ou não o seja possível determinar, os investimentos em causa são mantidos ao custo de aquisição. São reconhecidas perdas por imparidade para a redução de valor nos casos que se justifiquem.

Imparidade de ativos financeiros

(i) Empréstimos concedidos, contas a receber e investimentos detidos até à maturidade

O Grupo avalia, em cada data de relato, se há uma evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros sofreram uma perda por imparidade (diferença entre o valor recuperável e o valor à data de relato do ativo financeiro). Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como:

- Análise de incumprimento;
- Incumprimento há mais de 6 meses;
- Dificuldades financeiras do devedor;
- Probabilidade de falência do devedor.

O ajustamento para perdas de imparidade é determinado pela diferença entre o valor presente dos fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juro do ativo original, e o valor à data de relato do ativo financeiro e é registado por contrapartida de resultados do exercício, na rubrica “Imparidades de inventários e contas a receber”.

(ii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Se existir uma diminuição no justo valor por um período prolongado dos ativos disponíveis para venda, a perda cumulativa – calculada pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor corrente, deduzida de qualquer perda por imparidade nesse ativo financeiro, que já tenha sido reconhecida em resultados – é anulada através do capital próprio e reconhecida no resultado do exercício.

Uma perda por imparidade reconhecida, relativamente a ativos financeiros disponíveis para venda, é revertida se a perda tiver sido causada por eventos externos específicos de natureza excecional que não se espera que se repitam, mas que acontecimentos externos posteriores tenham feito reverter, sendo que nestas circunstâncias, para um investimento num instrumento de capital próprio, classificado como disponível para venda, a reversão não afeta a demonstração consolidada dos resultados, enquanto a reversão de perda por imparidade de um instrumento de dívida, classificado como disponível para venda, deve ser reconhecida nos resultados do exercício.

Estas categorias de ativos são desreconhecidas quando i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou iii) não obstante, reter a parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os ativos.

2.12. Instrumentos financeiros derivados

O Grupo utiliza derivados com o objetivo de gerir os riscos financeiros e operacionais a que se encontra sujeito. Sempre que as expectativas de evolução de taxas de juro e do preço do *jet fuel* o justifiquem, o Grupo procura contratar operações de proteção contra movimentos adversos, através de instrumentos financeiros derivados, tais como *interest rate swaps* (“IRS”), *swaps* e opções.

Na seleção de instrumentos financeiros derivados são, essencialmente, valorizados os aspetos económicos dos mesmos. Os instrumentos financeiros derivados são registados na demonstração da posição financeira consolidada pelo seu justo valor.

Na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes (cobertura de fluxos de caixa), as variações no justo valor são, inicialmente, registadas em outros rendimentos integrais do período a que respeitam e posteriormente em resultados do exercício operacionais, para os instrumentos de *jet fuel*, e em resultados financeiros líquidos para os instrumentos de taxa de juro, na sua data de liquidação. A parte ineficaz da cobertura é registada em resultados no momento em que ocorre.

Desta forma, e em termos líquidos, os gastos associados aos financiamentos cobertos são periodizados à taxa inerente à operação de cobertura contratada. Os ganhos ou perdas, decorrentes de rescisão antecipada deste tipo de instrumento, são reconhecidos em resultados, quando a operação coberta também afetar resultados.

Sempre que possível, o justo valor dos derivados é estimado com base em instrumentos cotados. Na ausência de preços de mercado, o justo valor dos derivados é estimado através do método de fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de opções, de acordo com pressupostos geralmente utilizados no mercado. O justo valor dos instrumentos financeiros derivados encontra-se incluído, essencialmente, nas rubricas de outras contas a receber correntes e de outras contas a pagar correntes e não correntes.

Contabilidade de cobertura

A possibilidade de designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições da IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração.

Os instrumentos financeiros derivados, utilizados para fins de cobertura, podem ser designados contabilmente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- À data de início da transação, a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efetividade da cobertura;
- Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efetiva, à data de início da transação e ao longo da vida da operação;
- A eficácia da cobertura possa ser mensurada, com fiabilidade, à data de início da transação e ao longo da vida da operação;
- Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

2.13. Justo valor de ativos e passivos

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado líquido ativo, a cotação de mercado é aplicada à data de referência de relato. Este constitui o nível 1 da hierarquia do justo valor conforme definido pela IFRS 13.

No caso de não existir um mercado ativo, são utilizados modelos de avaliação, cujos principais *inputs* são observáveis no mercado. Este constitui o nível 2 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13.

Para alguns tipos de derivados mais complexos, são utilizados modelos de valorização mais avançados contendo pressupostos e dados que não são diretamente observáveis no mercado. Nestes casos, o Grupo utiliza estimativas e pressupostos internos. Este constitui o nível 3 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13.

2.14. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento inclui imposto corrente e imposto diferido. O imposto corrente sobre o rendimento é determinado com base nos resultados líquidos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal vigente à data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são, geralmente, reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, e os ativos por impostos diferidos apenas são reconhecidos quando exista razoável segurança de que estes poderão vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro, ou quando existam impostos

diferidos passivos cuja reversão seja expectável ocorrer no mesmo período em que os impostos diferidos ativos sejam revertidos. Na data de relato, é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Para determinação do imposto diferido é utilizada a taxa fiscal que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporárias serão revertidas. O montante de imposto a incluir, quer no imposto corrente, quer no imposto diferido, que resulte de transações ou eventos reconhecidos diretamente no capital próprio, é registado diretamente nestas mesmas rubricas. Deste modo, o impacto de alterações na taxa de imposto também é reconhecido no resultado líquido, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no capital próprio, caso em que esse impacto também é reconhecido diretamente no capital próprio.

2.15. Inventários

Os inventários encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

→ Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao mais baixo de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

Os inventários detidos referem-se, essencialmente, a peças de manutenção de motores e de componentes de aeronaves.

O material recuperado internamente encontra-se valorizado ao custo.

→ Produtos e trabalhos em curso

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao mais baixo de entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, tomando por base o nível normal de produção) e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido dos custos estimados de acabamento e de comercialização. As diferenças entre o custo e o valor realizável líquido, se inferior, são registadas na rubrica "Imparidades de inventários e contas a receber".

2.16. Valores a receber correntes

Os saldos de clientes e outros valores a receber correntes são, inicialmente, contabilizados ao justo valor sendo subsequentemente mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade, necessárias para os colocar ao seu valor realizável líquido esperado (Nota 11).

As perdas por imparidade são registadas quando existe uma evidência objetiva de que o Grupo não receberá os referidos montantes em dívida conforme as condições originais das contas a receber.

2.17. Caixa e seus equivalentes

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com maturidade inicial até 3 meses, que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, esta rubrica inclui também os descobertos bancários, os quais são apresentados na demonstração da posição financeira consolidada, no passivo corrente, na rubrica “Passivos remunerados”.

O Grupo regista na rubrica “Depósitos bancários restritos” em ativos correntes, as disponibilidades cujo repatriamento de fundos se encontra restrito.

2.18. Capital social e ações próprias

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio (Nota 16).

Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou outros instrumentos de capital próprio são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante da emissão.

Os gastos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções, para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição, como parte do valor da compra.

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição, como uma redução do capital próprio, na rubrica “Ações próprias” sendo os ganhos ou perdas, inerentes à sua alienação, registados em outras reservas. Em conformidade com a legislação comercial aplicável, enquanto as ações próprias se mantiverem na posse da sociedade, é indisponível uma reserva de montante igual ao seu custo de aquisição.

2.19. Passivos remunerados

Os passivos remunerados são, inicialmente, reconhecidos ao justo valor, líquidos dos custos de transação incorridos sendo, subsequentemente, apresentados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos dos custos de transação) e o valor de reembolso é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados ao longo do período da dívida, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

A dívida remunerada é classificada no passivo corrente, exceto se o Grupo possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data da posição financeira (Nota 19).

2.20. Encargos financeiros com empréstimos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos são, geralmente, reconhecidos como gastos financeiros, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos genéricos e específicos, diretamente relacionados com a aquisição, construção (caso o período de construção ou desenvolvimento exceda um ano) ou produção de ativos fixos, são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo.

A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou quando a execução do projeto em causa se encontre suspensa ou substancialmente concluída.

2.21. Provisões

São reconhecidas provisões sempre que o Grupo tenha uma obrigação legal, contratual ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, seja provável que uma saída de fluxos e/ou de recursos se torne necessária para liquidar a obrigação e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante da obrigação.

As provisões para processos judiciais em curso são constituídas de acordo com as avaliações de risco efetuadas pelo Grupo e pelos seus consultores legais, baseados em taxas de sucesso históricas, por natureza de processo e probabilidade de desfecho desfavorável para o Grupo.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. As provisões são revistas na data de relato e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data (Nota 18).

2.22. Benefícios pós-emprego

Algumas subsidiárias do Grupo assumiram o compromisso de pagar, aos seus empregados, prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma, prestações de pré-reforma, cuidados de saúde e prémios de jubilação.

Conforme referido na Nota 20, o Grupo constituiu fundos de pensões autónomos como forma de financiar uma parte das suas responsabilidades por aqueles pagamentos. A fim de estimar as suas responsabilidades com os planos de benefícios definidos acima, o Grupo obtém, periodicamente, cálculos atuariais das responsabilidades determinadas de acordo com o “Método da Unidade de Crédito Projetada”.

O Grupo regista as remensurações diretamente na demonstração consolidada do rendimento integral, nomeadamente, as resultantes de alterações nos pressupostos demográficos e de diferenças entre dados reais e esses mesmos pressupostos.

As responsabilidades, reconhecidas na demonstração da posição financeira consolidada, representam o valor atual das obrigações com os planos de benefícios definidos, deduzido do justo valor dos ativos dos fundos, na rubrica “Pensões e outros benefícios pós-emprego”.

Os planos que apresentam um excesso de financiamento são registados como um ativo, quando há uma autorização expressa para a sua compensação com as contribuições patronais futuras, ou se o reembolso desse excedente financeiro é expressamente autorizado ou permitido.

Os ganhos e perdas, gerados por um corte ou uma liquidação de um plano de pensões de benefícios definidos, são reconhecidos em resultados do exercício quando o corte ou a liquidação ocorrer. Um corte ocorre quando se verifica uma redução material no número de empregados ou o plano é alterado para que os benefícios atribuídos sejam reduzidos, com efeito material.

Os gastos por responsabilidades passadas, que resultem da implementação de um novo plano ou acréscimos dos benefícios atribuídos, são reconhecidos imediatamente nos resultados do Grupo.

As contribuições efetuadas, no âmbito dos planos de contribuição definida, são registadas como gastos na demonstração consolidada dos resultados na data em que as mesmas são devidas. De acordo com estes planos, no caso de o fundo não ter ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com os serviços prestados no ano corrente e em anos anteriores, o patrocinador não tem a obrigação legal ou construtiva de fazer contribuições adicionais.

2.23. Valores a pagar correntes

Os saldos de fornecedores e outros valores a pagar correntes são, inicialmente, registados ao justo valor sendo, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado (Nota 21).

2.24. Subsídios

Os subsídios estatais só são reconhecidos após existir segurança de que o Grupo cumprirá as condições inerentes aos mesmos e que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios à exploração, recebidos com o objetivo de compensar o Grupo por gastos incorridos, são registados na demonstração consolidada dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que aqueles subsídios visam compensar.

Os subsídios ao investimento, recebidos com o objetivo de compensar o Grupo por investimentos efetuados em ativos tangíveis/intangíveis, são incluídos na rubrica “Outras contas a pagar” e são reconhecidos em resultados, durante a vida útil estimada do respetivo ativo subsidiado, por dedução ao valor das depreciações/amortizações.

2.25. Locações

Os ativos fixos tangíveis, adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro.

De acordo com este método o custo do ativo é registado no ativo fixo tangível, a correspondente responsabilidade é registada no passivo na rubrica de passivos remunerados, os juros incluídos no valor das rendas e a depreciação do ativo, calculada conforme descrito na Nota 2.6., são registados como gastos na demonstração consolidada dos resultados do exercício a que respeitam.

As locações, em que uma parte significativa dos riscos e benefícios da propriedade é assumida pelo locador, sendo o Grupo, o locatário, são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos efetuados nas locações operacionais, líquidos de quaisquer incentivos recebidos do locador, são registados na demonstração consolidada dos resultados durante o período da locação.

2.26. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos detentores do capital é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo no exercício em que os dividendos são aprovados pelo acionista e até ao momento da sua liquidação.

2.27. Rédito e especialização dos exercícios

Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado.

O valor da venda do transporte de passageiros e carga é, no momento da venda, registado como um passivo na rubrica “Documentos pendentes de voo”. Quando o transporte é efetuado ou a venda é cancelada, o valor da venda é transferido desta rubrica para rendimentos do exercício ou para uma conta a pagar consoante o transporte tenha sido: i) efetuado pelo Grupo ou a venda cancelada sem direito a reembolso, ii) efetuado por outra transportadora aérea ou a venda cancelada com direito a reembolso, respetivamente, por um montante geralmente diferente do registado no momento da venda. São efetuadas análises periódicas ao saldo da rubrica “Documentos pendentes de voo”, de forma a corrigir os saldos dos bilhetes vendidos a fim de verificar os que já foram voados ou cujos cupões perderam a validade, não podendo, portanto, ser voados ou reembolsados.

As comissões, atribuídas pelo Grupo na venda de bilhetes, são diferidas e registadas como gastos do exercício, de acordo com a periodização entre exercícios das respetivas receitas de transporte.

No programa passageiro frequente “TAP Victoria”, o Grupo segue o procedimento de, em condições definidas e com base nos voos efetuados, atribuir milhas aos clientes aderentes ao referido programa de fidelização, as quais podem, posteriormente, ser utilizadas na realização de voos com condições preferenciais, nomeadamente tarifas reduzidas. Com base no número de milhas atribuídas e não utilizadas nem caducadas no final de cada exercício, ajustadas da estimativa de milhas a expirar sem utilização, e na valorização unitária atribuída ao justo valor, o Grupo procede ao diferimento do rédito correspondente à estimativa do valor percecionado pelo cliente na atribuição das milhas.

Para o reconhecimento dos rendimentos dos contratos de manutenção, foi adotado o método do lucro nulo. De acordo com este método, os rendimentos diretamente relacionados com as obras em curso, são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados, até ao ponto em que seja provável a recuperação dos gastos incorridos do contrato. De referir que os contratos de manutenção, genericamente, apresentam períodos temporais inferiores a 3 meses.

Os custos do contrato são reconhecidos como um gasto no exercício em que ocorrem. Quando for provável que os custos totais do contrato excedam o rédito total do contrato, a perda esperada é reconhecida como um gasto.

A faturação provisória de trabalhos de manutenção para terceiros, ainda em curso à data de 31 de dezembro de 2017, encontra-se contabilizada na rubrica de outras contas a pagar.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

As empresas do Grupo registam os seus rendimentos e gastos, à medida que são gerados, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas rubricas de outras contas a receber e outras contas a pagar correntes (Notas 11 e 21, respetivamente).

2.28. Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes, em que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja apenas possível, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo divulgados nas notas, a menos que a possibilidade de se concretizar a saída de fundos, afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

São reconhecidas provisões para passivos que satisfaçam as condições previstas na Nota 2.21.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas são divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.29. Ativos e passivos não correntes detidos para venda e unidade operacional descontinuada

Os ativos não correntes são classificados como ativos não correntes detidos para venda quando o seu valor contabilístico se destina a ser recuperado, principalmente, através de uma transação de venda em vez do uso continuado e existe uma decisão do Conselho de Administração com a consequente definição do preço e procura de comprador, que permite classificar a transação da venda, como de realização altamente provável, no período até 12 meses.

Estes ativos são mensurados ao menor entre o valor líquido contabilístico e o justo valor menos custos de venda, na data da classificação como detido para venda. Os ativos com vida útil definida deixam de ser depreciados/amortizados desde a data da classificação como detido para venda, até à data da venda.

Uma unidade operacional descontinuada é uma componente do Grupo TAP que ou foi alienada ou está classificada como detida para venda e:

- Representa uma importante linha de negócios ou área geográfica de operações separada;
- É parte integrante de um único plano coordenado para alienar uma importante linha de negócios ou área geográfica de operações separada; ou
- É uma subsidiária adquirida exclusivamente com vista à revenda.

2.30. Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método direto. O Grupo classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os investimentos vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes compreende também os descobertos bancários incluídos na demonstração da posição financeira consolidada, na rubrica “Passivos remunerados correntes”, assim como os “Depósitos bancários restritos”.

Os fluxos de caixa são classificados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em (1) atividades operacionais, (2) atividades de investimento e (3) atividades de financiamento.

As atividades operacionais englobam, essencialmente, os recebimentos de clientes e os pagamentos a fornecedores e ao pessoal. Englobam, ainda, os pagamentos de impostos indiretos líquidos, do imposto sobre o rendimento e os pagamentos relacionados com benefícios de reforma.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos financeiros, dividendos recebidos de empresas associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e venda de ativos intangíveis e tangíveis.

Os fluxos de caixa relacionados com as atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira, pagamentos relacionados com juros e despesas relacionadas, a aquisição de ações próprias e pagamento de dividendos.

2.31. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos, após a data de relato, que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam naquela data, são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os eventos ocorridos, após a data de relato, que proporcionem informação sobre condições que ocorram após aquela data, são divulgados, se materiais, nas notas às demonstrações financeiras consolidadas.

2.32. Estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas exige que a gestão do Grupo efetue julgamentos e estimativas que afetam os montantes de rendimentos, gastos, ativos, passivos e divulgações à data de relato.

Estas estimativas são determinadas pelos julgamentos da gestão do Grupo, baseados: (i) na melhor informação e conhecimento de eventos presentes e em alguns casos em relatos de peritos independentes e (ii) nas ações que o Grupo considera poder vir a desenvolver no futuro. Todavia, na data de concretização das operações, os seus resultados poderão ser diferentes destas estimativas. Conforme disposto na IAS 8, alterações a estas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, são corrigidas em resultados de forma prospetiva.

As estimativas e as premissas, que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos ativos e passivos no exercício seguinte, são apresentadas abaixo:

→ Imparidade do *goodwill*

O Grupo testa anualmente, para efeitos de análise de imparidade, o *goodwill* que regista na demonstração da posição financeira consolidada, de acordo com a política contabilística indicada na Nota 2.9. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa são determinados com base no cálculo de valores de uso. Esses cálculos exigem o uso de estimativas.

A estimativa do valor de uso implica um elevado grau de julgamento, por parte do Conselho de Administração, no que respeita à determinação dos fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis e taxas de crescimento na perpetuidade.

→ **Impostos diferidos**

O Grupo reconhece e liquida o imposto sobre o rendimento com base nos resultados das operações, apurados de acordo com a legislação societária local, considerando os preceitos da legislação fiscal, os quais são diferentes dos valores calculados de acordo com as IFRS. De acordo com a IAS 12, o Grupo reconhece os ativos e passivos por impostos diferidos com base na diferença existente entre o valor contabilístico e as bases fiscais dos ativos e passivos. O Grupo analisa periodicamente a recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos com base em informação histórica sobre o lucro tributável, na projeção do lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporais.

→ **Benefícios pós-emprego**

O valor presente das responsabilidades com benefícios de reforma é calculado com base em metodologias atuariais, as quais utilizam determinados pressupostos. Quaisquer alterações desses pressupostos terão impacto no valor contabilístico das responsabilidades. Os principais pressupostos demográficos utilizados no cálculo das responsabilidades com benefícios de reforma estão descritos na Nota 20. O Grupo tem como política rever periodicamente os principais pressupostos demográficos, caso o seu impacto seja material nas demonstrações financeiras consolidadas.

→ **Reconhecimento de provisões e imparidades**

O Grupo tem diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus consultores legais, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências.

As imparidades de contas a receber são calculadas, essencialmente, com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos.

As imparidades de inventários são calculadas com base em critérios que atendem à natureza, finalidade de utilização, antiguidade e rotação de materiais.

→ **Programa de fidelização de clientes**

O Grupo procede ao diferimento do rédito, no âmbito do programa de fidelização de clientes "TAP Victoria", com base no valor unitário da milha, ao justo valor percecionado pelo cliente. Alterações nos pressupostos utilizados pelo Grupo, no cálculo desta estimativa, podem ter um impacto significativo.

→ **Documentos pendentes de voo**

O Grupo procede a uma análise periódica do saldo da rubrica de "Documentos pendentes de voo" por forma a corrigir os valores de bilhetes vendidos cujos cupões já não são válidos. A estimativa do montante desses cupões, que não poderão ser trocados ou reembolsados, requer julgamento por parte do Conselho de

Administração, pelo que alterações nos pressupostos utilizados pelo Grupo, no cálculo desta estimativa, podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas.

→ **Vida útil e valor residual dos ativos fixos tangíveis**

A determinação das vidas úteis dos ativos e o seu valor residual, bem como o método de depreciação a aplicar, é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração consolidada dos resultados de cada exercício.

Estes parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional. Ver adicionalmente a Nota 4.

→ **Atualização cambial na Venezuela**

Na sequência da deterioração significativa da economia venezuelana, das sucessivas desvalorizações da moeda local e da atual limitação ao repatriamento de capitais, controlado pelas entidades governamentais locais, o Grupo TAP tem monitorizado periodicamente o *timing* de repatriamento das respetivas disponibilidades e taxas de câmbio aplicáveis, com vista à melhor estimativa possível com referência a 31 de dezembro de 2017.

As flutuações futuras da moeda, bem como a política futura de restrições ao repatriamento de capitais, não são controladas pelo Grupo, pelo que um desfecho distinto poderá vir a originar, no futuro, um impacto significativo, afetando o resultado das operações e a posição financeira do Grupo. Ver adicionalmente a Nota 14.

3 - Políticas de gestão do risco financeiro

A gestão de risco é conduzida a nível estratégico pelo Grupo e objeto de acompanhamento permanente por parte dos órgãos de gestão. As linhas de orientação definidas e decisões adotadas no domínio da gestão de risco são elementos fundamentais para o posicionamento do Grupo face às ameaças externas que os mercados e a envolvente económico-financeira colocam. Dada a multiplicidade de cenários e desenvolvimentos possíveis, a estratégia de gestão de risco do Grupo incorpora elementos de flexibilidade e discricionariedade que permitam adaptação em tempo útil às alterações do contexto geral.

As atividades do Grupo estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado, nomeadamente risco do preço do combustível, risco cambial, risco de taxa de juro, assim como risco de crédito e risco de liquidez.

A gestão de risco do Grupo é dirigida e acompanhada pelo Conselho de Administração sendo executada pelas áreas de gestão competentes do Grupo e, em particular, no respeitante a instrumentos financeiros de gestão de risco, incluindo operações de derivados de combustível, taxa de juro e cambiais, por parte do

departamento de finanças corporativas, seguindo as linhas de orientação e políticas definidas e divulgadas bem assim como instruções específicas emitidas.

→ Risco de mercado

A concorrência na aviação comercial tem-se intensificado nos últimos anos em resultado da crescente liberalização da regulamentação nos diversos países e mercados e como consequência do aumento do número de *players* no setor.

Na Europa o grau de competição tem sido muito elevado, na generalidade dos mercados, com os operadores de baixo custo a terem conquistado sucessivamente maior quota de mercado. Em Portugal, o grau de penetração das companhias *low cost* tem sido também elevado. No entanto, o crescimento da TAP S.A. em 2017 permitiu recuperar quota de mercado no aeroporto de Lisboa, após a perda de terreno dos últimos anos.

Igualmente, no longo curso se verifica uma concorrência crescente entre os operadores tendo em conta os diversos trajetos alternativos disponíveis para um mesmo destino. Madrid, por exemplo, pode facilmente concorrer com Lisboa na atração de tráfego originário do Brasil e com destino a múltiplas cidades europeias. Essa disputa tem vindo, efetivamente, a ocorrer nalgumas rotas do Brasil. Do mesmo modo, no Atlântico Norte, a TAP S.A. tenta desviar tráfego de outras rotas e atrair passageiros dos EUA, ou que se dirijam aos EUA, de forma a que passem pelo *hub* de Lisboa, onde a TAP S.A. tem uma forte participação de mercado e atende a grande maioria dos mercados relevantes da Europa. De facto, Lisboa, em comparação com outros *hubs* europeus, tem uma localização única para servir como *gateway* Atlântico, conectando Américas-África-Europa. À partida de Lisboa, a América do Norte é, em média, 431 Km mais perto representando cerca de 30 minutos a menos de voo, o mesmo se passando com a América do Sul, que, em média, é 1.250 Km mais perto, representando cerca de 90 minutos a menos de voo.

A concorrência, no dia-a-dia, é feita com base no fator preço, incluindo a estratificação da oferta em várias classes tarifárias num mesmo voo e num mesmo avião. Contudo, a médio e longo prazo, a competição e o risco de mercado são enfrentados, pelas companhias aéreas, através da construção de modelos de negócio, de redes de rotas, e de produtos que satisfaçam o cliente nas várias vertentes que este valoriza.

Este produto diferenciado incorpora elementos como a fiabilidade, regularidade, pontualidade, diversidade de horários, frequência de voos, conforto do equipamento, em suma, qualidade do produto, qualidade da experiência de voo. Muitos destes aspetos estão inevitavelmente ligados às características das aeronaves, que têm que ser confortáveis, modernas, avançadas tecnologicamente e também, para a companhia, economicamente eficiente, com baixo consumo, baixo ruído, baixas emissões e flexíveis em termos de autonomia de voo. Uma frota moderna e avançada é um trunfo fundamental para competir.

O crescimento da atividade de transporte de carga, que se iniciou já no final de 2016 e se manteve ao longo de 2017, tem-se revelado na maioria dos destinos de venda do Grupo, com maior enfoque no mercado brasileiro, português e norte-americano. A maior aposta nas rotas do continente norte-americano, em conjunto

com uma postura mais agressiva a nível tarifário, contribuíram sem dúvida para o respetivo crescimento. A utilização de Miami como *hub* de carga para o Centro e Sul da América também se revelou uma boa aposta, gerando receitas muito interessantes, com crescimentos elevados em todos os destinos *offline* da região. O mercado angolano estabilizou em 2017, prevendo-se para 2018 uma recuperação de receita.

Imediatamente após a reprivatização do Grupo TAP, em novembro de 2015, o Grupo deu início a um plano estratégico ambicioso de renovação global da sua frota, a ser implementado em diversas etapas. Esse ciclo de vultuosos investimentos e profunda renovação do Grupo durará vários anos, englobando a renovação da maior parte da atual frota mediante a sua substituição por 53 aviões novos encomendados à Airbus em 2015, a serem entregues de 2018 até 2025. Esta encomenda implicou em 2016 uma primeira fase de investimento, pela TAP S.A., em *pre-delivery payments* pagos ao fabricante e que obrigará a um esforço financeiro elevado, e contínuo, no futuro.

Dado que as entregas previstas das novas aeronaves ocorrem apenas a partir de 2018, o Grupo preparou, desde logo, um programa intercalar de renovação da frota existente, incluindo a melhoria do interior de cabine das aeronaves, de forma a proporcionar aos passageiros maior conforto e ao Grupo maior flexibilidade na gestão comercial do espaço a comercializar. Este programa de modificação de cabine (*retrofit*) planeado para 48 aviões iniciou-se em 2016 e prosseguiu em 2017, englobando uma parte substancial das aeronaves, quer da frota de médio-curso (41 *narrowbodies*) quer da de longo curso (7 *widebodies*), sendo que até 31 de dezembro de 2017, foram já intervencionadas praticamente todas as aeronaves, em número de 47. As intervenções de *retrofit* foram, maioritariamente, levadas a cabo quer na manutenção e engenharia em Portugal quer na unidade de manutenção do Grupo TAP no Brasil.

Para lá da modernização da frota existente e com vista a um reforço da capacidade disponível, nomeadamente para operar as novas rotas e frequências lançadas em 2017, entraram, neste ano, ao serviço, quatro aeronaves A330, um A321, um A320 e quatro Embraer 195, todas em regime de locação operacional.

→ **Risco do preço do combustível**

Além da relação de forças nos mercados da aviação comercial, as companhias aéreas estão particularmente sujeitas ao impacto de alterações nos mercados internacionais de energia que determinam os seus custos com combustíveis. Este custo é a componente com mais peso na estrutura de custos de exploração do Grupo. Por outro lado, trata-se de uma componente de custo com uma extrema volatilidade e que é determinante para o resultado de exploração, bem como para a definição das condições tarifárias e políticas de mercado, em cada ano.

O Grupo não tinha em vigor operações de fixação de preço de combustível para 2018 no final do exercício de 2017.

Em 31 de dezembro de 2017 uma variação (positiva ou negativa) de 10%, no preço do *jet fuel*, resultaria num impacto nos resultados do exercício de, aproximadamente, 58 milhões de Euros.

→ Risco cambial

A exposição do Grupo a alterações cambiais tem origem em diversos mercados, em diversas áreas de atividade, em múltiplas rubricas de custos relevantes, e em vários dos seus ativos e passivos. No conjunto dos mercados, onde o Grupo está presente, a exposição cambial é significativa em função da operação em mais de 100 rotas, em três continentes, e ainda dada a posição de relevo nas rotas entre a Europa e o continente americano, em termos de atividade de transporte aéreo, para além do seu envolvimento no Brasil em termos de investimento industrial na atividade de manutenção e engenharia de aeronaves. Aos riscos inerentes às flutuações cambiais de mercado e às decisões de política cambial das autoridades monetárias, de países com regimes de câmbios controlados, somam-se os riscos soberanos como aquele que se materializou, nos últimos anos, na Venezuela decorrente da situação de colapso económico-financeiro daquele país.

Apesar da forte diversificação geográfica da atividade comercial e da atividade operacional do Grupo, cerca de 50% das vendas são efetuadas em mercados cuja divisa oficial é o euro, ou cuja divisa está em regime de câmbio fixo com a zona euro, como é o caso de alguns países africanos para onde o Grupo voa.

A nível de proveitos, o Brasil tem vindo a recuperar peso no conjunto das vendas do Grupo. Ainda quanto ao mercado brasileiro, merecem referência as suas particularidades, com potencial impacto em tesouraria por via cambial, favorável ou desfavorável, como por exemplo a prática de vendas parceladas, bem assim como acordos, que são regularmente estabelecidos com as entidades *acquirers*, para antecipação, ao Grupo, das receitas angariadas.

O mercado americano representava, no final do ano de 2017, no conjunto de vendas de passagens do Grupo praticamente 10% do total. A exposição ao dólar, que daí advém, é importante para contrabalançar a exposição líquida adversa à divisa que o Grupo tem em parte substancial dos seus custos. As perspetivas continuam a ser de crescimento e expansão no mercado norte-americano, a expansão no Atlântico Norte constitui um elemento da estratégia comercial e uma fonte de diversificação relevante em termos económicos e também em termos cambiais.

Os diversos custos em divisas do Grupo são responsáveis pelo desequilíbrio significativo na sua balança cambial, sendo esta deficitária em relação ao dólar. Em termos genéricos, as rubricas de custos do Grupo são, na sua grande maioria, dependentes do euro e do dólar tendo as restantes divisas, à exceção do real brasileiro, uma expressão reduzida. O dólar, contudo, é a moeda de referência a nível da aviação e abrange *inputs* tão importantes e diversos como combustível, locação de aeronaves, materiais e serviços de manutenção, seguros de aviação, taxas de navegação e aeroportuárias em muitas das áreas geográficas. No caso concreto de combustíveis, mesmo em contratos objeto de faturação e liquidação em euros, designadamente no mercado português, o cálculo de valores a cobrar é indexado, e estabelecido por referência, à cotação do dólar face ao euro, constituindo o gasto com combustível uma exposição quase integral ao dólar, na qual se excetuam apenas determinadas taxas e comissões comerciais, com peso marginal na fatura global com combustíveis.

Também no caso de locações operacionais e *wet leases* o mercado funciona denominado em dólares desde as rendas mensais aos custos com reservas de manutenção ou aos depósitos de garantia. A manutenção de aeronaves é outra fonte de exposição ao dólar que nem sempre é repercutida no cliente final em termos de faturação nessa divisa. Os diversos materiais incorporados na frota TAP são também, normalmente, adquiridos em dólares. A nível estritamente financeiro, ainda, dado que alguns empréstimos do Grupo são, igualmente, denominados em dólares, também os respetivos juros e reembolsos de capital são responsabilidades e exposição adicional à divisa americana. Em final de 2017, 14% da dívida remunerada do Grupo estava denominada em dólares, contra 11% em final de 2016.

A exposição ao dólar tem também uma dimensão de longo prazo resultante das responsabilidades assumidas com a compra de aeronaves no quadro atual de investimentos contratualizados com a Airbus. A encomenda firmada com este fabricante, relativamente a 53 aeronaves, a serem entregues nos próximos anos, traduz-se numa exposição ao dólar, a médio e longo prazo, de um valor muito material referente ao preço final das aeronaves, mas significa, ainda, no curto prazo, um esforço de investimento anual de montantes elevados, em dólares, a título de adiantamentos pagos ao construtor por conta do fabrico em curso das aeronaves.

A empresa de manutenção e engenharia no Brasil constitui uma fonte adicional de risco cambial resultante da incorporação de diversos custos em reais, mormente custos com mão-de-obra. Dado que esta empresa integra a demonstração da posição financeira consolidada do Grupo, uma variação do real em final de cada exercício gera perdas ou ganhos no capital próprio do Grupo. Em função dessas variações, o capital próprio que tinha sido objeto de um ajustamento desfavorável em 2015, e de favorável em 2016 voltou a registar um ajustamento desfavorável em 2017.

A exposição do Grupo ao risco de taxa de câmbio, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, com base nos valores da posição financeira, dos ativos e passivos financeiros do Grupo, em divisas, convertidos para Euros aos câmbios em vigor à data de relato, apresenta-se como segue:

	2017					
	USD	BRL	AOA	VEF	OUTRAS	TOTAL
ATIVOS						
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 14)	92.273	2.270	33.670	-	15.678	143.891
Outros ativos financeiros (Nota 9)	81.277	-	-	-	-	81.277
Depósitos bancários restritos (Nota 14)	-	-	-	83	-	83
Contas a receber - clientes	23.199	167.158	1.464	7	19.235	211.063
Contas a receber - outros	92.563	51.293	3.742	-	4.157	151.755
	289.312	220.721	38.876	90	39.070	588.069
PASSIVOS						
Passivos remunerados (Nota 19)	121.266	-	-	-	-	121.266
Contas a pagar - fornecedores	31.895	11.503	392	521	7.482	51.793
Contas a pagar - outros	159.042	15.393	3.020	82	6.468	184.005
	312.203	26.896	3.412	603	13.950	357.064
	2016					
	USD	BRL	AOA	VEF	OUTRAS	TOTAL
ATIVOS						
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 14)	14.020	1.932	35.414	-	19.766	71.132
Outros ativos financeiros (Nota 9)	40.377	-	-	-	-	40.377
Depósitos bancários restritos (Nota 14)	-	-	-	538	-	538
Contas a receber - clientes	19.290	86.656	1.698	24	15.849	123.517
Contas a receber - outros	60.829	45.009	190	-	3.347	109.375
	134.516	133.597	37.302	562	38.962	344.939
PASSIVOS						
Passivos remunerados (Nota 19)	107.292	-	-	-	-	107.292
Contas a pagar - fornecedores	20.780	15.346	-	162	5.531	41.819
Contas a pagar - outros	150.001	22.404	1.804	214	6.522	180.945
	278.073	37.750	1.804	376	12.053	330.056

De referir que, em 31 de dezembro de 2017, a rubrica de outros ativos financeiros inclui o montante de 80.812 milhares de Euros (2016: 39.654 milhares de Euros), referentes às “Obrigações do Tesouro de Angola”, subscritas em 2017 e em 2016, indexadas ao risco de câmbio do dólar. Adicionalmente, na rubrica de caixa e equivalentes de caixa, também indexadas ao risco de câmbio do dólar, encontra-se incluído o montante de 7.928 milhares de Euros, igualmente depositado em Angola (2016: 448 milhares de Euros) (Notas 9 e 14).

Em 31 de dezembro de 2017, uma variação (positiva ou negativa) de 10%, de todas as taxas de câmbio com referência ao euro, resultaria num impacto nos resultados do exercício de, aproximadamente, 23 milhões de Euros (2016: 1,5 milhões de Euros).

→ Risco de taxa de juro

Em final de 2015, coincidente com a reprivatização do Grupo TAP, registaram-se alterações múltiplas nas operações financeiras em vigor, incluindo uma profunda reestruturação da dívida de curto prazo com entidades nacionais consistindo na conversão dessas linhas de curto prazo em operações a 7 anos.

Em 2016, por seu turno, foi celebrada uma operação de carácter estruturante, dado o seu prazo e natureza: a contração de um empréstimo, com instituição nacional, colateralizado por ativos imobiliários da TAP S.A. no valor de 75 milhões de Euros, com um prazo de 12 anos.

Em 30 de junho de 2017, foram formalizados acordos relativos aos financiamentos do Grupo TAP com 8 bancos credores, que haviam participado anteriormente na renegociação de 12 de novembro de 2015, que permitiram ao Grupo diferir prazos de reembolso referentes a montantes de amortizações programadas para final do ano em curso, bem como uniformizar e baixar genericamente as margens aplicadas ao conjunto de empréstimos concedidos pelas referidas instituições bancárias, abrangendo um total de 465 milhões de Euros de dívida.

O montante de financiamento a taxa fixa no conjunto da dívida do Grupo baixou de 36% do total em 2016 para 22% do total em 2017, em final do exercício. A generalidade dos financiamentos a taxa flutuante, correspondentes a cerca de 78% do total, vencem juros à Euribor, acrescida da margem contratual e, tendo estado este indexante em valores negativos, para todos os prazos, ao longo de 2017, o valor aplicado nas respetivas operações foi de zero, de acordo com o *floor* imposto pelas entidades financiadoras. Na prática todos os créditos em euros a taxa variável têm como custo apenas a margem contratual.

O risco de taxa de juro não se materializou nos anos recentes dado o prolongado período de taxas próximas de zero que se verificou na Europa e igualmente nos Estados Unidos. Contudo, ao longo de 2017 assistiu-se a uma gradual subida das taxas de juro em dólares, sendo que na parte final do ano as taxas de juro de curto e de longo prazo nesta divisa registaram uma subida ainda mais pronunciada. Os impactos futuros de uma subida do nível geral das taxas de juro, quer no dólar, quer no euro, serão relevantes para o Grupo, não apenas no referente à dívida existente, mas também no que se refere a valores de dívida a contratar no futuro por efeito dos investimentos programados. As taxas de juro são, ainda, um fator de agravamento de custo nas locações operacionais a contratar futuramente, transações em que, normalmente, o nível de taxas de juro de longo prazo é repercutido na renda da aeronave.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os passivos financeiros sujeitos ao risco de variação de taxa de juro, por tipo de taxa de juro, resumem-se do seguinte modo:

	2017					Total
	< 1 ano	1 - 2 anos	3 - 5 anos	6 - 10 anos	> 10 anos	
Taxa variável						
Empréstimos	9	121.434	368.489	37.092	7.500	534.524
Locações financeiras	102.907	30.339	8.075	11	-	141.332
	102.916	151.773	376.564	37.103	7.500	675.856
Taxa fixa						
Empréstimos	8.217	7.310	30.259	137.926	-	183.712
Locações financeiras	3.619	3.762	3.925	-	-	11.306
	11.836	11.072	34.184	137.926	-	195.018
Total	114.752	162.845	410.748	175.029	7.500	870.874
% taxa fixa	10%	7%	8%	79%	0%	22%

	2016					Total
	< 1 ano	1 - 2 anos	3 - 5 anos	6 - 10 anos	> 10 anos	
Taxa variável						
Empréstimos	140.143	-	266.622	142.077	15.000	563.842
Locações financeiras	34.343	27.213	6.261	137	-	67.954
	174.486	27.213	272.883	142.214	15.000	631.796
Taxa fixa						
Empréstimos	56.794	7.301	14.878	126.003	-	204.976
Locações financeiras	96.714	25.151	36.198	-	-	158.063
	153.508	32.452	51.076	126.003	-	363.039
Total	327.994	59.665	323.959	268.217	15.000	994.835
% taxa fixa	47%	54%	16%	47%	0%	36%

O Grupo TAP utiliza a técnica da análise de sensibilidade que mede as alterações estimadas nos resultados, de um aumento ou diminuição imediato das taxas de juros de mercado, com todas as outras variáveis constantes. Esta análise é apenas para fins ilustrativos, já que na prática, as taxas de mercado raramente se alteram isoladamente.

A análise de sensibilidade é baseada nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro de mercado afetam os rendimentos ou despesas de juros de instrumentos financeiros variáveis;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os rendimentos ou despesas de juros, em relação a instrumentos financeiros com taxas de juro fixas, se estes estiverem reconhecidos ao justo valor.

Sob estas premissas e considerando igualmente: (i) pressupostos teóricos de taxa de juro e de taxa de câmbio eurodólar e (ii) que o ritmo de amortização intra-anual é linear para efeito de cálculo dos juros futuros (pressuposto simplificador), um aumento ou diminuição de 0,5% em taxas de juro de mercado, para todas as moedas em que o Grupo tem empréstimos com taxa variável, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, resultaria numa diminuição ou aumento do montante dos juros vencidos de, aproximadamente, 10 milhões de Euros.

Na Nota 19 encontra-se apresentado o detalhe da dívida remunerada.

→ Risco de liquidez

O risco de liquidez do Grupo decorre, por conseguinte, de uma confluência dos fatores que resultam da exploração, do financiamento existente e respetivo serviço da dívida, das condições de negociação de novas operações, de perdas ou ganhos cambiais e de atividades de investimento, quando significativas. O Grupo tem que assegurar anualmente um serviço da dívida que, embora devidamente planeado e distribuído no tempo, tem peso na tesouraria e tem que ser regularmente avaliado face aos desenvolvimentos ocorridos no exercício. Eventuais disfuncionalidades verificadas nos mercados financeiros, como as que ocorreram aquando da crise das dívidas soberanas, ou eventuais choques de mercado a nível de gastos ou rendimentos correntes, condicionam, com maior ou menor intensidade, a tesouraria, a liquidez, o equilíbrio económico-financeiro e a prosperidade do Grupo.

No quadro abaixo, englobando capital e juros, assumiram-se pressupostos teóricos relativos a taxas de juro de mercado e câmbio do eurodólar. Os valores de passivo expressam os valores a pagar nos prazos indicados, incluindo a estimativa de todos os fluxos de caixa contratuais com amortização e juros, não descontados, até ao final da vida dos empréstimos. Considerou-se um pressuposto simplificador de ritmo de amortização intra-anual linear para efeito de cálculo dos juros futuros:

	2017						Total
	< 6 meses	6 meses - 1 ano	1 - 2 anos	3 - 5 anos	6 - 10 anos	> 10 anos	
Empréstimos	19.418	11.730	158.392	426.988	240.306	7.649	864.483
Locações financeiras	82.864	27.797	35.500	12.305	12	-	158.478
Total	102.282	39.527	193.892	439.293	240.318	7.649	1.022.961

	2016						Total
	< 6 meses	6 meses - 1 ano	1 - 2 anos	3 - 5 anos	6 - 10 anos	> 10 anos	
Empréstimos	42.480	174.217	34.348	321.754	347.363	15.594	935.756
Locações financeiras	42.382	94.604	54.994	43.712	141	-	235.833
Total	84.862	268.821	89.342	365.466	347.504	15.594	1.171.589

→ Risco de crédito

O quadro seguinte apresenta elementos relativos aos ativos do Grupo a 31 de dezembro de 2017 e 2016, bem como saldos de contas a receber, que refletem o risco máximo de crédito nessas mesmas datas:

	2017	2016
Ativos não correntes		
Depósitos judiciais - Brasil (Nota 11)	37.936	37.748
Outros ativos não correntes (Notas 9 e 11)	104.114	83.081
Ativos correntes		
Caixa e equivalentes de caixa	167.734	150.468
Depósitos bancários restritos	83	538
Contas a receber - clientes (Nota 11)	279.745	187.999
Outros ativos correntes (Notas 9 e 11)	145.396	72.431
	735.008	532.265

A qualidade de risco de crédito e liquidez do Grupo, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, face a ativos financeiros (caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros derivados), cujas contrapartes sejam instituições financeiras, detalha-se como segue:

Notação de rating	2017	2016
AAA	705	373
AA-	1.013	286
A+	74.294	26.077
A	2.452	2.325
A-	479	71
BBB+	1	166
BBB	801	245
BBB-	31.533	1
BB+	-	516
BB-	2.089	6.507
B+	1.236	1.424
B	31	538
B-	-	71.478
CCC+	-	1.274
CCC	5.412	-
Outros	47.653	39.652
	167.699	150.933
Depósitos bancários restritos (Nota 14)	83	538
Depósitos bancários (Nota 14)	167.616	150.395
	167.699	150.933

A rubrica “Outros”, no montante de 47.653 milhares de Euros, contém valores referentes a diversas instituições internacionais, para as quais não foi possível obter a notação de *rating*, entre os quais 41.640 milhares de Euros, que se encontram depositados em Angola (Nota 14).

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos a receber de clientes apresentavam a seguinte estrutura de antiguidade, considerando como referência a data de vencimento:

	2017	2016
Valores não vencidos	250.999	143.008
de 1 a 90 dias	14.423	19.608
de 91 a 180 dias	4.061	17.750
de 181 a 270 dias	6.179	2.788
de 271 a 365 dias	1.084	1.502
a mais de 366 dias	76.676	82.037
	353.422	266.693
Imparidades (Nota 11)	(73.677)	(78.694)
Clientes - Valor líquido (Nota 11)	279.745	187.999

Os valores apresentados correspondem aos montantes em dívida, após os prazos de vencimento contratados. Apesar de existirem atrasos na liquidação de alguns valores face a esses prazos, tal não resulta na identificação de situações de imparidade para além das consideradas através das correspondentes perdas. A imparidade reconhecida respeita, essencialmente, às dívidas com mais de 366 dias.

Do valor total de contas a receber de clientes, os saldos das companhias de aviação e de agências de viagens, conforme identificado na Nota 11, são regularizados, principalmente, através dos sistemas *IATA Billing and*

Settlement Plan (“BSP”) e *IATA Clearing House* (“ICH”), o que minimiza, substancialmente, o risco de crédito do Grupo TAP.

Além da gestão financeira, no curto e longo prazo, e da gestão de tesouraria, também no âmbito da gestão do ativo corrente foi sendo dado um acompanhamento rigoroso à monitorização das posições de clientes e à repercussão dos efeitos da crise económica na qualidade creditícia destes, tendo sido possível limitar o agravamento, por exemplo, dos ajustamentos a um valor pouco significativo para a dimensão da atividade.

→ **Gestão de capital**

O objetivo do Grupo em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração da posição financeira consolidada, é manter uma estrutura de capital equilibrada. A contratação de dívida é analisada periodicamente através da ponderação de fatores como o custo do financiamento e as necessidades de tesouraria.

Relativamente ao passivo remunerado, corrente e não corrente, verifica-se uma tendência de decréscimo. No entanto, a dívida do Grupo tem uma medida contabilística rigorosa, que pode ser analisada e medida de forma mais abrangente e substancial, englobando agregados cujo comportamento é, nalguns aspetos, similar a financiamentos, embora sob a forma de locação operacional, especialmente de aeronaves, à qual estão ligados também diversos fatores de risco similares aos dos financiamentos. O incremento do conjunto de encargos com aeronaves em locação operacional corresponde a um aumento de responsabilidades futuras significativas, na medida em que se trata de contratos de médio e longo prazo, que se assemelham ao pagamento faseado de dívida, embora sem risco de valor residual do bem no termo da respetiva locação. Para além da renovação e expansão de frota, em regime de locação, será relevante para a gestão de risco, e em termos de retorno do capital investido, o aumento futuro de dívida que venha a ocorrer, nos próximos anos, sob a forma de financiamento, ou sob a forma de locação operacional, associado ao ciclo de investimento na nova frota do Grupo.

4 - Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade, foi o seguinte:

2017										
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Outros ativos em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis	Total
Ativo Bruto										
Saldo inicial	41.804	348.148	1.798.618	6.255	35.729	64.177	11.848	23.139	166.792	2.496.510
Adições	-	1.501	69.373	144	2.431	2.378	845	32.849	126.558	236.079
Alienações	-	-	(349.817)	(155)	(40)	(370)	-	-	-	(350.382)
Outras transferências/abates	-	35	2.659	(60)	(91)	(136)	(50)	(6.196)	(112.500)	(116.339)
Diferenças de câmbio	(88)	(544)	(1.864)	(11)	(1.565)	(517)	-	(330)	-	(4.919)
Saldo final	41.716	349.140	1.518.969	6.173	36.464	65.532	12.643	49.462	180.850	2.260.949
Depreciações Acumuladas										
Saldo inicial	-	258.685	1.416.980	5.238	23.306	62.681	10.657	-	-	1.777.547
Dotações (Nota 33)	-	5.744	46.302	320	1.530	1.400	425	-	-	55.721
Perdas de imparidade reconhecidas (Nota 33)	-	-	9.910	-	-	-	-	-	-	9.910
Alienações	-	-	(183.528)	(155)	-	(361)	-	-	-	(184.044)
Outras transferências/abates	-	-	(1.717)	(60)	(111)	(134)	(50)	-	-	(2.072)
Diferenças de câmbio	-	(259)	(1.621)	(13)	(947)	(485)	-	-	-	(3.325)
Saldo final	-	264.170	1.286.326	5.330	23.778	63.101	11.032	-	-	1.653.737
Valor líquido	41.716	84.970	232.643	843	12.686	2.431	1.611	49.462	180.850	607.212
2016										
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Outros ativos em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis	Total
Ativo Bruto										
Saldo inicial	41.674	347.081	1.921.837	5.671	30.905	65.369	26.960	7.678	49.867	2.497.042
Adições	-	253	34.384	969	2.134	1.111	1.723	15.537	120.309	176.420
Alienações	-	-	(156.748)	(52)	(2)	(20)	-	-	-	(156.822)
Outras transferências/abates	-	-	(3.038)	(290)	582	(471)	(22)	(595)	(3.384)	(7.218)
Diferenças de câmbio	130	814	2.757	18	2.143	752	-	519	-	7.133
Transferência para ativos não correntes detidos para venda (Nota 15)	-	-	(574)	(61)	(33)	(2.564)	(16.813)	-	-	(20.045)
Saldo final	41.804	348.148	1.798.618	6.255	35.729	64.177	11.848	23.139	166.792	2.496.510
Depreciações Acumuladas										
Saldo inicial	-	252.634	1.495.358	5.318	21.173	63.045	18.513	-	-	1.856.041
Dotações (Nota 33)	-	5.689	46.513	296	887	1.079	210	-	-	54.674
Perdas de imparidade reconhecidas (Nota 33)	-	-	2.294	-	-	-	-	-	-	2.294
Alienações	-	-	(127.602)	(52)	(2)	(20)	-	-	-	(127.676)
Outras transferências/abates	-	-	(1.463)	(290)	(21)	(475)	19	-	-	(2.230)
Diferenças de câmbio	-	362	2.407	17	1.296	709	-	-	-	4.791
Transferência para ativos não correntes detidos para venda (Nota 15)	-	-	(527)	(51)	(27)	(1.657)	(8.085)	-	-	(10.347)
Saldo final	-	258.685	1.416.980	5.238	23.306	62.681	10.657	-	-	1.777.547
Valor líquido	41.804	89.463	381.638	1.017	12.423	1.496	1.191	23.139	166.792	718.963

Os terrenos e os edifícios e outras construções, da sede da TAP S.A., foram transferidos para a propriedade desta subsidiária ao abrigo do Decreto-Lei nº 351/89 de 13 de outubro.

Para garantia do pagamento dos montantes devidos ao abrigo de um contrato de mútuo, com instituição nacional, no montante de 75 milhões de Euros, foi constituída uma hipoteca sobre um prédio urbano do Grupo, composto por vinte e nove edifícios para escritório, oficinas de material de construção e outros, sito no Aeroporto de Lisboa (Nota 19).

As principais incidências ocorridas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 são conforme segue:

- As adições de equipamento básico no montante de 69.373 milhares de Euros respeitam, essencialmente, a: (i) projetos de investimento em equipamento de frota, nomeadamente a alteração das cabines (*Cabin Retrofit*), no montante de 28.942 milhares de Euros e o montante de 2.444 milhares de Euros relacionado com a extensão de vida das frotas A319/A320/A321 (*Extended Service Goal – ESG*) e (ii) capitalização de gastos com grandes manutenções das aeronaves próprias ou em regime de locação financeira no montante de 28.619 milhares de Euros.
- As alienações de equipamento básico, no montante líquido de 166.289 milhares Euros, respeitam, na sua maioria: (i) à alienação de cinco aeronaves A330 da TAP S.A., decorrente de uma operação de *sale and leaseback*, tendo originado uma mais-valia líquida de 17.856 milhares Euros (Nota 25); (ii) à alienação de duas aeronaves Fokker 100 da Portugalia, que originou um registo de perda por imparidade, no montante de 786 milhares de Euros e (iii) à realização de uma operação de locação financeira de uma aeronave Embraer 145 (Nota 11), com uma menos-valia líquida de 69 milhares de Euros.
- As transferências e abates de equipamento básico respeitam, essencialmente, a abates de sobressalentes por sucata e outros equipamentos diversos de manutenção.
- As adições de outros ativos em curso no montante de 32.849 milhares de Euros respeitam, essencialmente: (i) a equipamento para a futura frota NEO A330/A320F, no montante de 19.765 milhares de Euros; (ii) ao projeto de alteração das cabines (*Cabin Retrofit*), no montante de 5.336 milhares de Euros e (iii) à capitalização de gastos com grandes manutenções das aeronaves próprias ou em regime de locação financeira no montante de 4.797 milhares de Euros.
- O aumento verificado na rubrica “Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis” no montante de 126.558 milhares de Euros refere-se a adiantamentos efetuados (*predelivery payments*) para a aquisição futura de aeronaves (Nota 40).
- O montante de 112.500 milhares de Euros registado em outras transferências / abates de “Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis”, inclui o valor de 107.541 milhares de Euros relacionado com: (i) transferência da responsabilidade de *predelivery payments* de 8 aeronaves para entidades locadoras (97.491 milhares de Euros) e (ii) a alteração do tipo de equipamento de 2 aeronaves (10.050 milhares de Euros), no âmbito do processo de aquisição da nova frota, por conta de um crédito atribuído pela Airbus. A 31 de dezembro de 2017, encontra-se por utilizar o montante de 5.063 milhares de Euros, o qual está registado na rubrica “Outras contas a receber correntes” (Nota 11), que será utilizado em futuros *predelivery payments*.

As principais incidências ocorridas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 são conforme segue:

- As adições de equipamento básico no montante de 34.384 milhares de Euros, respeitam, essencialmente, a: (i) projetos de investimento em equipamento de frota, nomeadamente, introdução de tecnologia *sharklet*

nas aeronaves no montante de 4.806 milhares de Euros, alteração das cabines (*Cabin Retrofit*), no montante de 7.501 milhares de Euros e o montante de 6.500 milhares de Euros relacionado com a extensão de vida das frotas A319/A320/A321 (*Extended Service Goal – ESG*) e (ii) capitalização de gastos com grandes manutenções das aeronaves próprias ou em regime de locação financeira no montante de 10.339 milhares de Euros.

- As alienações de equipamento básico, no montante líquido de 29.146 milhares de Euros, respeitam, na sua maioria, à alienação de 3 aeronaves A330, decorrente de uma operação de *sale and leaseback*, tendo originado uma mais-valia líquida de 16.261 milhares de Euros (Nota 25).
- As adições de outros ativos em curso, no montante de 15.537 milhares de Euros, respeitam, essencialmente, à assessoria prestada no âmbito do processo de negociação dos contratos de aquisição futura de aeronaves (Nota 40), no montante de 4.595 milhares de Euros e ao projeto de alteração das cabines (*Cabin Retrofit*), no montante de 7.686 milhares de Euros.
- O aumento verificado na rubrica “Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis”, no montante de 120.309 milhares de Euros refere-se, na sua maioria, aos adiantamentos efetuados para a aquisição futura de aeronaves (Nota 40).
- As transferências para ativos não correntes detidos para venda dizem respeito aos ativos fixos tangíveis da subsidiária LFP.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica “Depreciações, amortizações e perdas por imparidade” da demonstração consolidada dos resultados pela sua totalidade (Nota 33).

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a rubrica “Equipamento básico” tem a seguinte composição:

	2017			2016		
	Valor bruto	Depreciações acumuladas	Valor líquido	Valor bruto	Depreciações acumuladas	Valor líquido
Equipamento de voo						
Frota aérea	467.678	(399.309)	68.369	439.276	(384.828)	54.448
Reatores de reserva	18.547	(14.082)	4.465	22.754	(17.211)	5.543
Sobressalentes	119.686	(89.907)	29.779	118.833	(86.606)	32.227
	605.911	(503.298)	102.613	580.863	(488.645)	92.218
Equipamento de voo em regime de locação financeira						
Frota aérea	796.171	(684.221)	111.950	1.101.841	(830.394)	271.447
	796.171	(684.221)	111.950	1.101.841	(830.394)	271.447
Máquinas e aparelhagem diversa	116.887	(98.807)	18.080	115.914	(97.941)	17.973
	1.518.969	(1.286.326)	232.643	1.798.618	(1.416.980)	381.638

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a frota aérea do Grupo decompõe-se da seguinte forma:

	2017					2016				
	Propriedade Grupo TAP	Locação financeira	Locação operacional	ACMI	Total	Propriedade Grupo TAP	Locação financeira	Locação operacional	ACMI	Total
Airbus A340	4	-	-	-	4	4	-	-	-	4
Airbus A330	-	3	15	-	18	-	8	8	-	16
Airbus A319	-	9	12	-	21	-	9	12	-	21
Airbus A320	1	4	15	-	20	1	4	14	-	19
Airbus A321	-	2	2	-	4	-	2	1	-	3
Fokker 100	4	-	-	-	4	-	6	-	-	6
Embraer 145	-	7	-	-	7	-	8	-	-	8
Embraer 190	-	-	9	-	9	-	-	9	-	9
Embraer 195	-	-	4	-	4	-	-	-	-	-
ATR 72	-	-	-	8	8	-	-	-	8	8
	9	25	57	8	99	5	37	44	8	94

No âmbito da operação regional, o Grupo TAP enveredou pela criação de uma nova imagem e marca comercial - TAP Express - a utilizar nas aeronaves operadas quer pela Portugália quer pela White, empresas com as quais a TAP S.A. celebrou contratos de disponibilização de capacidade (*Aircraft, Crew, Maintenance and Insurance* - ACMI).

Ficou, assim, concluída em julho de 2016 a entrada em operação de 8 aeronaves ATR 72-600, operadas pela White, essencialmente utilizadas na ponte aérea Lisboa/Porto.

Em outubro de 2016 ficou, também, concluída a entrada em operação de 9 aeronaves Embraer E190, operadas pela Portugália, essencialmente, utilizadas nas rotas europeias mais próximas e de menor densidade. Neste seguimento, durante o ano de 2017 entraram ainda em operação 4 aeronaves Embraer 195.

5 - Propriedades de investimento

À data de 31 de dezembro de 2017 a rubrica de propriedades de investimento reporta-se ao valor atribuído a: i) um imóvel em Maputo (Moçambique), ii) dois apartamentos em Sacavém e iii) um apartamento no Porto.

O movimento ocorrido nesta rubrica foi conforme segue:

	2017	2016
Saldo inicial	2.248	2.216
Ajustamentos de justo valor - ganhos e perdas líquidos (Nota 31)	(122)	32
Saldo final	2.126	2.248

O justo valor das propriedades de investimento foi determinado por avaliador independente, com qualificação profissional reconhecida, tendo os métodos e pressupostos significativos, aplicados na determinação do justo valor das propriedades, sido suportado por evidências do mercado.

As quantias reconhecidas nos lucros ou prejuízos do exercício, associadas a rendimentos de rendas e gastos operacionais diretos, são imateriais no conjunto das demonstrações financeiras do Grupo.

6 - Goodwill

No decurso dos exercícios de 2017 e 2016 o movimento ocorrido na rubrica “Goodwill” foi conforme segue:

	2017			
	Saldo inicial	Perdas de imparidade do exercício	Variação cambial	Saldo final
Transporte Aéreo	63.099	-	-	63.099
Manutenção e Engenharia Brasil	108.961	(22.000)	(14.876)	72.085
	172.060	(22.000)	(14.876)	135.184

	2016			
	Saldo inicial	Perdas de imparidade do exercício	Variação cambial	Saldo final
Transporte Aéreo	63.099	-	-	63.099
Manutenção e Engenharia Brasil	86.692	-	22.269	108.961
	149.791	-	22.269	172.060

O montante negativo de 14.876 milhares de Euros refere-se à variação cambial, do *goodwill* da Manutenção e Engenharia Brasil, que se encontra denominado em reais no montante de 373.791.337 reais.

Conforme preconizado pela IAS 36, o *goodwill* encontra-se sujeito a testes de imparidade efetuados numa base anual, conforme política contabilística descrita na Nota 2.9.

O *goodwill* é atribuído às unidades geradoras de fluxos de caixa (“CGU’s”) do Grupo, identificadas de acordo com o segmento de negócio e com o país da operação, conforme segue:

	2017		
	Transporte Aéreo	Manutenção	Total
Portugal	63.099	-	63.099
Brasil	-	72.085	72.085
	63.099	72.085	135.184

	2016		
	Transporte Aéreo	Manutenção	Total
Portugal	63.099	-	63.099
Brasil	-	108.961	108.961
	63.099	108.961	172.060

Para efeitos de testes de imparidade, o valor recuperável das CGU’s, é determinado com base no valor em uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados. Os cálculos baseiam-se no desempenho histórico e nas expectativas de desenvolvimento do negócio com a atual estrutura produtiva, sendo, por norma, utilizado o orçamento para o ano seguinte e uma estimativa dos fluxos de caixa para um período subsequente de 4 anos.

No caso da unidade de negócio da Manutenção e Engenharia Brasil foi utilizado um orçamento para o ano seguinte e uma estimativa para o período subsequente de 7 anos, que incorporou, nomeadamente, a recuperação dos prejuízos fiscais existentes na estimativa de fluxos de caixa.

Tendo em consideração a evolução da atividade de manutenção e engenharia do Brasil e o teste de imparidade efetuado à respetiva unidade geradora de caixa, à data de 31 de dezembro de 2017, foi reconhecida uma perda por imparidade no montante de 87.404 milhares de Reais (22.000 milhares de Euros) nos resultados consolidados do exercício corrente.

Os principais pressupostos utilizados, para efeitos de testes de imparidade, foram os seguintes:

31 de dezembro de 2017	Portugal	Brasil
Taxa de desconto*	8,9%	13,0%
CAGR da receita**	4,1%	6,4%
Crescimento na perpetuidade	2,0%	5,0%
Taxa de imposto	29,5%	34,0%

31 de dezembro de 2016	Portugal	Brasil
Taxa de desconto*	8,9%	14,0%
CAGR da receita**	7,7%	14,4%
Crescimento na perpetuidade	2,0%	5,0%
Taxa de imposto	25,5%	34,0%

* Taxa de desconto líquida de impostos

** *Compound Annual Growth Rate* da receita - taxa de crescimento, ano após ano, de um investimento durante um determinado período de tempo

Os testes de imparidade, realizados em 2017, sustentam a recuperabilidade da quantia escriturada das referidas unidades geradoras de caixa, após o reconhecimento de uma perda por imparidade na unidade de manutenção e engenharia no Brasil. Em 31 de dezembro de 2017 o valor contabilístico da unidade do transporte aéreo ascende a 304.077 milhares de Euros (2016: 207.731 milhares de Euros), sendo que o valor contabilístico da unidade de manutenção no Brasil é negativo em 277.229 milhares de Euros (2016: negativo em 283.529 milhares de Euros).

7 - Ativos intangíveis

No decurso dos exercícios de 2017 e 2016 o movimento ocorrido na rubrica “Ativos intangíveis” foi conforme segue:

	Propriedade industrial e outros direitos	Programas de computador	Ativos em curso	Total
Custo de aquisição				
Saldo a 1 de janeiro de 2016	11.952	2.825	5	14.782
Aquisições	-	1.268	-	1.268
Regularizações, transferências e abates	-	(16)	(5)	(21)
Diferenças de câmbio	-	23	-	23
Transferência para ativos não correntes detidos para venda (Nota 15)	-	(723)	-	(723)
Saldo a 31 de dezembro de 2016	11.952	3.377	-	15.329
Aquisições	-	425	1.557	1.982
Diferenças de câmbio	-	(15)	-	(15)
Saldo a 31 de dezembro de 2017	11.952	3.787	1.557	17.296
Amort. acumuladas e perdas por imparidade				
Saldo a 1 de janeiro de 2016	(11.952)	(2.296)	-	(14.248)
Amortizações e perdas por imparidade (Nota 33)	-	(228)	-	(228)
Diferenças de câmbio	-	(11)	-	(11)
Transferência para ativos não correntes detidos para venda (Nota 15)	-	662	-	662
Saldo a 31 de dezembro de 2016	(11.952)	(1.873)	-	(13.825)
Amortizações e perdas por imparidade (Nota 33)	-	(426)	-	(426)
Diferenças de câmbio	-	11	-	11
Saldo a 31 de dezembro de 2017	(11.952)	(2.288)	-	(14.240)
Valor líquido a 31 de dezembro de 2016	-	1.504	-	1.504
Valor líquido a 31 de dezembro de 2017	-	1.499	1.557	3.056

8 - Participações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 a participação financeira na SPdH encontrava-se reduzida a zero e as responsabilidades imputáveis ao Grupo TAP encontravam-se registadas em provisões (Nota 18).

Em 31 de dezembro de 2017 esta participação apresenta-se como segue:

	2017						Saldo final
	Saldo inicial	Reclassificação (Nota 11)	Variações com efeitos em resultados	Variações com efeitos em capital	Outros Movimentos (Nota 18)	Prestações acessórias de capital	
Partes de capital							
SPdH	-	4.700	3.250	33	(1.277)	(1.000)	5.706
	-	4.700	3.250	33	(1.277)	(1.000)	5.706

Em 17 de março de 2009, um consórcio de três bancos (BIG, Banif e Banco Invest) transferiu para a TAP S.A. a participação detida na SPdH (50,1%) por 31,6 milhões de Euros. Na mesma data, e durante o período de pendência do processo de concentração na Autoridade da Concorrência (“AdC”), a TAP S.A. transferiu o exercício dos seus direitos de voto e supervisão, enquanto acionista maioritária da SPdH, para uma entidade independente face ao Grupo TAP.

A AdC deliberou, em 19 de novembro de 2009, após uma investigação aprofundada, adotar uma decisão de proibição, relativamente à operação de concentração, que consistia na aquisição, pela TAP S.A., do controlo exclusivo da SPdH, mediante a aquisição de uma participação de 50,1% do capital social da SPdH.

A AdC, impôs, assim, a obrigação de separação da SPdH mediante a alienação, por parte do Grupo TAP, das ações referentes a, pelo menos, 50,1% do capital social da SPdH. Até à venda, o regulador impôs que a gestão da SPdH fosse efetuada por um mandatário de gestão, que agia em nome da AdC, gerindo a SPdH de forma independente do Grupo TAP.

Em 18 de junho de 2012, foi celebrado um contrato de compra e venda entre, por um lado, a TAP S.A., a TAP SGPS, a Portugália e a SPdH e, por outro, a Urbanos Grupo, SGPS, S.A. para aquisição, por parte desta, de 50,1% do capital da SPdH, o qual produz os seus efeitos a partir de 20 de julho de 2012, data da deliberação da AdC quanto à decisão de não oposição à referida operação. Entretanto, em 17 de outubro de 2012, a Pasogal, SGPS, S.A. sucedeu à Urbanos Grupo, SGPS, S.A. em todos os direitos e obrigações que para esta emergiam do referido contrato e Acordo Parassocial.

As licenças de atividade da SPdH para prestação de serviços de *handling* a terceiros, em Lisboa e no Porto, nas categorias 3 (assistência a bagagem), 4 (assistência a carga e correio) e 5 (assistência de operações em pista), de acesso reservado, tinham data de termo de vigência inicial reportada a 31 de dezembro de 2011.

Considerando que o Instituto Nacional de Aviação Civil (“INAC”) ainda não concluíra, à data, os concursos públicos internacionais para emissão de novas licenças, e conseqüente seleção do segundo prestador de serviços nessas categorias de acesso reservado para os aeroportos de Lisboa e Porto, em que a SPdH era opositora, foi, entretanto, publicado o Decreto-Lei nº 19/2012, de 27 de janeiro.

O referido Decreto-Lei veio permitir a possibilidade de o INAC prorrogar, a título excepcional, as licenças de acesso à atividade de prestador de serviços de assistência em escala, nas referidas categorias reservadas nos aeroportos de Lisboa e Porto, detidas pela SPdH à data de 31 de dezembro de 2011, até à data em que os prestadores de serviços de assistência em escala, a selecionar no âmbito dos concursos públicos em curso, iniciassem a sua atividade.

Posteriormente foi publicado o Decreto-Lei nº 57/2014, de 11 de abril, que veio alterar o artigo 4º do Decreto-Lei nº 19/2012, de 27 de janeiro, tendo aquele passado a dispor que as atuais licenças de acesso à atividade de prestador de serviços de assistência em escala nos aeroportos de Lisboa, Porto e Faro possam ser prorrogadas pelo INAC, até 31 de maio de 2015 ou até à data em que os prestadores de serviços de assistência em escala, que vierem a ser selecionados ao abrigo do artigo 27º do Decreto-Lei nº 275/99, de 23 de julho, iniciem a sua atividade nas mencionadas categorias e nas referidas infraestruturas aeroportuárias, caso esta ocorra em momento anterior.

Em setembro de 2014 a Autoridade Nacional da Aviação Civil (“ANAC”), nova designação do INAC, lançou 9 concursos públicos para atribuição de licenças de acesso à atividade de assistência em escala nas categorias

de bagagem, operações em pista e carga nos aeroportos de Lisboa, Porto e Faro. A SPdH concorreu a todos os concursos, sendo que a 31 de dezembro de 2017 o *status* é conforme segue:

→ **Licenças de acesso à atividade de assistência em escala no Aeroporto do Porto**

Foram atribuídas as licenças para as três categorias em concurso: categoria 3 (assistência a bagagem), em 10 de novembro de 2016, e categoria 4 (assistência a carga e correio) e categoria 5 (assistência de operações em pista), em 15 de novembro de 2017.

→ **Licenças de acesso à atividade de assistência em escala no Aeroporto de Faro**

Foram atribuídas as licenças para as três categorias em concurso (3, 4 e 5), em 23 de outubro de 2017.

→ **Licenças de acesso à atividade de assistência em escala no Aeroporto de Lisboa**

Em 14 de dezembro de 2017 foram comunicados os resultados finais do concurso público para as três categorias em concurso (3, 4 e 5) e as mesmas foram adjudicadas à SPdH. A atribuição definitiva encontra-se pendente da análise à documentação, que demonstre o cumprimento de vários requisitos de capacidade financeira, dos recursos e meios humanos propostos, e dos manuais de procedimentos operacionais e de segurança, a qual foi submetida dentro dos prazos, em fevereiro de 2018.

Para as licenças de exercício de atividade e de ocupação aplicáveis aos aeroportos da Madeira e do Porto Santo, cuja prorrogação terminou a 31 de dezembro de 2016 foi requerida, pela SPdH, a prorrogação das mesmas por um período adicional de 7 (sete) anos, o que foi formalizado em data de 23 de setembro de 2016.

De salientar que em 30 de novembro de 2017 a SPdH reembolsou à TAP SGPS prestações acessórias no valor total de 1.000 milhares de Euros.

De referir que, caso a SPdH não seja selecionada para prestadora dos serviços de handling a terceiros, nos futuros concursos públicos internacionais a decorrer, a Pasogal, SGPS, S.A. terá o direito de resolver o supra referido contrato de compra e venda.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a informação financeira relativa à empresa associada SPdH é conforme segue:

	2017				
	Total do ativo	Total do capital próprio	Total do passivo	Vendas e serviços prestados	Resultado líquido do exercício
SPdH	38.444	11.435	27.010	124.270	8.708

	2016				
	Total do ativo	Total do capital próprio	Total do passivo	Vendas e serviços prestados	Resultado líquido do exercício
SPdH	30.306	3.727	23.579	113.935	2.163

9 - Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os outros ativos financeiros apresentavam-se do seguinte modo:

	2017		2016	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Obrigações do Tesouro de Angola	34.853	45.960	-	39.654
Depósitos bancários na Guiné Bissau	-	1.683	-	1.813
SITA Group Foundation	-	648	-	648
Empréstimo Salvor Hotéis Moçambique	-	-	-	61
Outros	-	212	-	211
	34.853	48.503	-	42.387
Perdas de imparidade	-	(1.698)	-	(1.827)
	34.853	46.805	-	40.560

No decorrer do exercício de 2016 foram subscritas “Obrigações do Tesouro de Angola” no montante total de 6.899.934 milhares de kwanzas a que correspondem 34.853 milhares de Euros (2016: 39.654 milhares de Euros), correspondentes à taxa de câmbio original de 165,074 kwanzas por dólares. As referidas obrigações têm como data de maturidade 6 de dezembro de 2018 e encontram-se indexadas ao valor do dólar.

No decorrer do exercício de 2017 foram subscritas “Obrigações do Tesouro de Angola” no montante total de 9.099.958 milhares de kwanzas (45.960 milhares de Euros), correspondentes à taxa de câmbio original de 165,095 kwanzas por dólares (subscrição de 6.599.993 milhares de kwanzas) e 165,098 kwanzas por dólares (subscrição de 2.499.965 milhares de kwanzas), com data de maturidade de 19 de fevereiro de 2019 e 5 de dezembro de 2019, respetivamente, e encontram-se igualmente indexadas ao valor do dólar.

O montante apresentado relativo a SITA Group Foundation refere-se, essencialmente, a 519.778 certificados (títulos de capital não cotados) daquela empresa, entidade fundada pela Société International de Télécommunications A  ronautiques.

O movimento ocorrido nesta rubrica, nos exercícios de 2017 e 2016, foi como segue:

	2017		2016	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Saldo inicial	-	40.560	-	1.100
Aumentos	-	47.273	-	39.654
Diminui��es	-	(48)	-	(198)
Transfer��ncias	39.654	(39.654)	-	-
Varia��o cambial	(4.801)	(1.326)	-	4
Saldo final	34.853	46.805	-	40.560

O movimento ocorrido na rubrica de imparidades de outros ativos financeiros, nos exercícios de 2017 e 2016, é como segue:

	2017	2016
A 1 de janeiro	1.827	1.853
Varição cambial	(129)	(26)
A 31 de dezembro	1.698	1.827

10 - Ativos e passivos por impostos diferidos

Conforme mencionado na Nota 2.14., o Grupo registou impostos diferidos relacionados com as diferenças temporárias entre a base fiscal e a contabilística dos ativos e passivos, bem como com os prejuízos fiscais reportáveis existentes à data da demonstração da posição financeira consolidada.

O Grupo TAP entende que os ativos por impostos diferidos reconhecidos na demonstração da posição financeira consolidada são recuperáveis, quer seja através da sua utilização na redução do resultado tributável futuro, tendo por base o resultado da TAP S.A. previsto no orçamento para o ano de 2018 e projeções de resultados para os anos subsequentes, ajustadas de diferenças entre os resultados contabilísticos e fiscais, quer seja através da reversão de passivos por impostos diferidos.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a taxa de imposto utilizada, para o apuramento dos impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais reportáveis, foi de 21%. No caso das diferenças temporárias, a taxa utilizada foi de 29,5%, quando se entendeu como provável a tributação das diferenças temporárias no período estimado de aplicação da referida taxa.

Os benefícios fiscais, por se tratar de deduções à coleta, são considerados a 100%, sendo que em alguns casos, a sua integral aceitação encontra-se, ainda, dependente da aprovação das autoridades concedentes de tais benefícios fiscais. Os impostos diferidos decorrentes de benefícios fiscais são registados quando se encontram aprovados pelas autoridades concedentes de tais benefícios.

As principais diferenças temporárias entre os valores contabilísticos e tributáveis, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os correspondentes ativos e passivos por impostos diferidos e o respetivo efeito nos resultados dos exercícios de 2017 e 2016, são como segue:

	2017				
	Saldo inicial	Variações com efeitos em resultados (Nota 35)	Variações com efeitos no rendimento integral	Transferência para ativos não correntes detidos para venda (Nota 15)	Saldo final
Ativos por impostos diferidos					
Prejuízos fiscais reportáveis	35.461	(14.711)	-	-	20.750
Responsabilidades com benefícios de reforma	15.153	(890)	2.061	-	16.324
Perdas de imparidade em inventários	8.460	1.013	-	-	9.473
Perdas de imparidade em ativos fixos tangíveis	1.091	2.209	-	-	3.300
Perdas de imparidade de contas a receber	6.962	120	-	-	7.082
Instrumentos financeiros derivados (Nota 16)	175	-	(175)	-	-
Benefícios fiscais	136	(136)	-	-	-
Outras provisões e ajustamentos não aceites fiscalmente	133	5	-	-	138
	67.571	(12.390)	1.886	-	57.067
Passivos por impostos diferidos					
Reavaliações de ativos fixos tangíveis	19.422	520	-	-	19.942
	19.422	520	-	-	19.942
		(12.910)	1.886		
	2016				
	Saldo inicial	Variações com efeitos em resultados (Nota 35)	Variações com efeitos no rendimento integral	Transferência para ativos não correntes detidos para venda (Nota 15)	Saldo final
Ativos por impostos diferidos					
Prejuízos fiscais reportáveis	38.050	(2.589)	-	-	35.461
Responsabilidades com benefícios de reforma	13.935	(954)	2.172	-	15.153
Perdas de imparidade em inventários	8.155	305	-	-	8.460
Perdas de imparidade em ativos fixos tangíveis	506	585	-	-	1.091
Perdas de imparidade de contas a receber	7.481	(519)	-	-	6.962
Instrumentos financeiros derivados (Nota 16)	286	-	(111)	-	175
Benefícios fiscais	517	(381)	-	-	136
Outras provisões e ajustamentos não aceites fiscalmente	555	(264)	-	(158)	133
	69.485	(3.817)	2.061	(158)	67.571
Passivos por impostos diferidos					
Reavaliações de ativos fixos tangíveis	20.037	(615)	-	-	19.422
	20.037	(615)	-	-	19.422
		(3.202)	2.061		

→ Prejuízos fiscais reportáveis

Nos termos da legislação, em vigor em Portugal, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de cinco anos, após a sua ocorrência (seis, quatro, cinco e doze anos após a sua ocorrência, até 2009, de 2010 a 2011, de 2012 a 2013 e de 2014 a 2016, respetivamente) e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante aqueles períodos, até ao limite de 70% do lucro tributável.

No caso do Brasil, a respetiva legislação fiscal em vigor não prevê um limite de reporte para os prejuízos fiscais, contudo, a dedução dos mesmos encontra-se limitada a 30% do lucro tributável dos exercícios seguintes.

O Grupo TAP considera que são recuperáveis parte dos prejuízos fiscais reportáveis, através da sua utilização na redução do resultado tributável futuro, e como tal, registou o imposto diferido ativo correspondente.

Os prejuízos fiscais reportáveis em 31 de dezembro de 2017 e utilizados em 2017 detalham-se conforme segue:

1 de janeiro de 2017	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
TAP SGPS	2.923	-	3.549	2.138	1.016	n/a	9.626
TAP S.A.	-	-	58.370	207.606	-	n/a	265.976
UCS	191	95	-	-	-	n/a	286
TAP M&E Brasil	21.563	17.193	44.232	8.172	9.940	n/a	101.100
	24.677	17.288	106.151	217.916	10.956	n/a	376.988
Caducados não utilizados em 2017	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
TAP SGPS	(2.923)	-	-	-	-	n/a	(2.923)
TAP S.A.	-	-	-	-	-	n/a	-
UCS	(128)	-	-	-	-	n/a	(128)
TAP M&E Brasil	-	-	-	-	-	n/a	-
	(3.051)	-	-	-	-	n/a	(3.051)
Utilizados em 2017	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
TAP SGPS	-	-	-	-	-	n/a	-
TAP S.A.	-	-	(58.370)	(11.618)	-	n/a	(69.988)
UCS	(63)	-	-	-	-	n/a	(63)
TAP M&E Brasil	-	-	-	-	-	n/a	-
	(63)	-	(58.370)	(11.618)	-	n/a	(70.051)
31 de dezembro de 2017	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
TAP SGPS	-	-	3.549	2.138	1.016	-	6.703
TAP S.A.	-	-	-	195.988	-	-	195.988
UCS	-	95	-	-	-	-	95
TAP M&E Brasil	21.563	17.193	44.232	8.172	9.940	29.080	130.180
	21.563	17.288	47.781	206.298	10.956	29.080	332.966
Ano limite de dedução em Portugal	2017	2018	2026	2027	2028	2022	

11 – Outras contas a receber

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a decomposição da rubrica de outras contas a receber é como se segue:

	2017		2016	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Clientes	353.446	-	266.693	-
Outros devedores	66.394	97.166	52.129	82.190
Acréscimos de ganhos	25.308	-	15.048	-
Adiantamentos a fornecedores	23.540	-	9.883	-
Diferimentos de gastos	22.982	-	17.296	-
Estado	13.707	-	12.512	-
Perdas de imparidade de contas a receber	(78.400)	(1.921)	(83.323)	(1.921)
	426.977	95.245	290.238	80.269

Para os exercícios apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

→ **Clientes**

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a rubrica de clientes detalha-se como se segue:

	2017	2016
Cientes, conta corrente	299.882	211.160
Cientes de cobrança duvidosa	53.564	55.533
	353.446	266.693
Perdas de imparidade de clientes	(73.701)	(78.694)
	279.745	187.999

A decomposição desta rubrica, por tipo de cliente, é conforme segue:

	2017	2016
Entidades privadas	176.225	93.083
Agências de viagem	65.615	61.045
Companhias de aviação	33.452	28.371
Entidades relacionadas (Nota 37)	785	2.165
Outros	3.668	3.335
	279.745	187.999

O incremento ocorrido no saldo de clientes decorre, essencialmente, do aumento das vendas de passagens nos últimos meses de 2017 e do efeito da operação efetuada em 2016 de antecipação de recebíveis de vendas parceladas de cartões de crédito no Brasil no montante de 56.775 milhares de Euros.

Os saldos a receber de agências de viagens e de companhias de aviação são regularizados, essencialmente, através dos sistemas *IATA Billing and Settlement Plan* e *IATA Clearing House*.

→ **Outros devedores – Não corrente**

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o valor registado na rubrica “Outros devedores – Não corrente” corresponde a:

	2017	2016
Depósitos de garantia (Nota 19)	46.940	25.006
Depósitos judiciais - Brasil	37.936	37.748
Entidades relacionadas (Notas 19 e 37)	3.298	9.444
SITA - Société Internationale de Télécommunications Aéronautiques	254	315
Outros	8.738	9.677
	97.166	82.190
Perdas de imparidade de outras contas a receber	(1.921)	(1.921)
	95.245	80.269

Os depósitos de garantia são constituídos no âmbito dos contratos de locação operacional para aviões e reatores que serão devolvidos, sem juros, à medida que esses aviões e reatores forem sendo restituídos aos locadores. O aumento verificado nesta rubrica está relacionado com os depósitos de garantia associados a novos contratos de locação operacional realizados no exercício de 2017, para aeronaves e reatores que entraram em operação no presente exercício e para aeronaves que apenas entrarão em operação no futuro (Nota 40). Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2017 a rubrica de entidades relacionadas, no montante de 3.298 milhares de Euros, refere-se, também, a depósitos de garantia prestados à Azul S.A. (2016: 4.744 milhares de Euros) (Nota 19).

Os depósitos judiciais no Brasil constituem depósitos de garantia associados aos diversos processos em que a subsidiária TAP M&E Brasil é parte envolvida, nomeadamente laborais, fiscais e cíveis (Nota 18).

Em 31 de dezembro de 2016, a rubrica “Entidades relacionadas – não corrente”, incluía o montante de 4.700 milhares de Euros, respeitante a prestações acessórias de capital, concedidas à SPdH (Nota 8).

→ Outros devedores – Corrente

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a rubrica de “Outros devedores – Corrente” corresponde a:

	2017	2016
Pessoal	13.424	14.572
Faturação Interline e outros	10.925	10.248
Valores a receber de fornecedores	9.105	6.446
Airbus (Nota 4)	5.063	-
Pasogal, SGPS, S.A. (Nota 8)	3.000	3.000
VA das Representações	2.469	2.476
Devedores - Brasil	1.805	2.246
Cauções e garantias	1.781	1.558
Fornecedores à consignação	1.313	908
Aluguer de aeronaves	1.170	-
Entidades relacionadas (Nota 37)	824	1.263
Devedores - Itália	-	745
Outros	15.515	8.667
	66.394	52.129
Perdas de imparidade de outras contas a receber	(4.699)	(4.629)
	61.695	47.500

A rubrica “Outros”, no montante de 15.515 milhares de Euros, inclui 594 milhares de Euros relativo ao excesso de financiamento (2016: 531 milhares de Euros), registado em 31 de dezembro de 2017, do Fundo de Pensões Horizonte Valorização da subsidiária UCS. Este excesso de financiamento é reembolsável nos termos da lei e/ou dispensa de contribuições futuras (Nota 20).

→ Acréscimos de ganhos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o valor registado na rubrica de acréscimos de ganhos decompõe-se do seguinte modo:

	2017	2016
Trabalhos para companhias de aviação	19.068	11.573
Swaps jet fuel	3.201	-
Venda de milhas a parceiros	830	1.235
Outros	2.209	2.240
	25.308	15.048

Em 31 de dezembro de 2017 a rubrica de *swaps de jet fuel* é composta pelo ganho efetivo dos instrumentos financeiros derivados terminados em 31 de dezembro de 2017.

→ **Adiantamentos a fornecedores**

Os montantes registados em adiantamentos a fornecedores resultam, essencialmente, de adiantamentos a fornecedores de serviços de manutenção.

→ **Diferimentos de gastos**

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a rubrica de diferimentos de gastos detalha-se como segue:

	2017	2016
<i>Leasings</i> de aviões e reatores	10.219	6.985
Rendas e alugueres	4.190	3.220
Comissões	2.753	2.722
Entidades relacionadas (Nota 37)	598	731
Seguros	452	446
Manutenção de equipamento	196	384
Outros custos diferidos	4.574	2.808
	22.982	17.296

O aumento de gastos diferidos, relacionados com *leasings* de aviões e reatores, decorre do aumento do número de aeronaves em regime de locação operacional.

As comissões respeitam a valores pagos a agentes por bilhetes vendidos, mas ainda não voados e não caducados, até 31 de dezembro de 2017 e 2016.

→ **Estado**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os saldos desta rubrica detalham-se como segue:

	2017	2016
Imposto sobre o Valor Acrescentado - IVA	8.516	6.429
Estado - Brasil	4.768	4.588
Indemnizações compensatórias	411	1.473
Outros	12	22
	13.707	12.512

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo devedor do IVA refere-se aos pedidos de reembolsos, ainda não recebidos, relativos aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o montante registado na rubrica “Indemnizações compensatórias” inclui o parcial da tarifa suportada pelo Estado referente às rotas da Região Autónoma dos Açores até 29 de março de 2015, no montante total de 118 milhares de Euros e 516 milhares de Euros, respetivamente. Estes montantes correspondem a bilhetes vendidos, podendo ser voados pelo Grupo ou por companhias terceiras. Esta rubrica inclui, ainda, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o montante de 293 milhares de Euros e 957 milhares de Euros, respetivamente, a receber do Estado, relativo a encaminhamentos entre ilhas na Região Autónoma dos Açores. Os montantes referentes aos anos de 2015 a 2017 não se encontram, ainda, aferidos

e verificados pela Inspeção Geral de Finanças, nem aprovados pelo Governo, não sendo contudo esperadas correções significativas aos valores registados pelo Grupo.

O Decreto-Lei nº 258/98, de 17 de agosto, revogou as isenções fiscais de que a TAP S.A. havia vindo a beneficiar, e que tinham sido estabelecidas na base XII anexa ao Decreto-Lei nº 39.188, de 25 de abril de 1953, e nos Decretos-Lei nº 39.673, de 22 de maio de 1954, nº 41.000, de 12 de fevereiro de 1957 e nº 44.373, de 29 de maio de 1962, pelo que deixou de estar isenta do pagamento, ao Estado, de impostos e contribuições.

→ Perdas de imparidade de contas a receber

O movimento ocorrido nesta rubrica, nos exercícios de 2017 e 2016, é como segue:

Saldo inicial a 1 de janeiro de 2016	81.301
Reforços (Nota 30)	4.558
Reversões (Nota 30)	(2.429)
Utilizações	(29)
Ajustamento cambial	1.911
Transferência para ativos não correntes detidos para venda (Nota 15)	(68)
Saldo final a 31 de dezembro de 2016	85.244
Reforços (Nota 30)	3.511
Reversões (Nota 30)	(2.257)
Utilizações	(4.296)
Ajustamento cambial	(1.881)
Saldo final a 31 de dezembro de 2017	80.321

12 - Inventários

O detalhe dos inventários em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é como segue:

	2017	2016
Mercadorias (Nota 26)	68	64
Produtos e trabalhos em curso (Nota 27)	10.002	7.870
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo (Nota 26)	135.087	127.001
Perdas por imparidade de inventários	(48.099)	(49.096)
	97.058	85.839

A rubrica “Produtos e trabalhos em curso” corresponde ao valor dos materiais e horas aplicados em obras de manutenção de aeronaves para terceiros que ainda se encontram em curso à data de relato.

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo referem-se, essencialmente, a material técnico para utilização na reparação de aeronaves próprias e nas obras realizadas para outras companhias de aviação.

O movimento ocorrido na rubrica de perdas por imparidade de inventários, nos exercícios de 2017 e 2016, é conforme segue:

Saldo inicial a 1 de janeiro de 2016	44.355
Reforços (Nota 30)	2.643
Reversões (Nota 30)	(831)
Utilizações	(13)
Ajustamento cambial	3.671
Transferência para ativos não correntes detidos para venda (Nota 15)	(729)
Saldo final a 31 de dezembro de 2016	49.096
Reforços (Nota 30)	2.517
Reversões (Nota 30)	(980)
Utilizações	(90)
Ajustamento cambial	(2.444)
Saldo final a 31 de dezembro de 2017	48.099

O ajustamento cambial verificado em 2017 e 2016 decorre da conversão cambial das demonstrações financeiras da subsidiária brasileira.

13 – Imposto sobre o rendimento a receber/ pagar

A partir de 2017, a maioria das subsidiárias do Grupo com sede em Portugal, passaram a ser tributadas através do regime especial de tributação de grupos de sociedades (“RETGS”), sendo o resultado fiscal apurado na TAP SGPS. Contudo, a estimativa de imposto sobre o rendimento de cada empresa é registada com base nos seus resultados fiscais.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os saldos relacionados com imposto sobre o rendimento a receber ou a pagar detalham-se como segue:

	2017		2016	
	Ativo corrente	Passivo corrente	Ativo corrente	Passivo corrente
Imposto sobre o rendimento a receber/ pagar				
Pagamentos por conta	-	1.801	419	-
Retenções na fonte	-	3.144	11.135	-
Estimativa de IRC (Nota 35)	-	(15.444)	(1.081)	-
Outros	1.411	20	-	-
	1.411	(10.479)	10.473	-

14 - Caixa e seus equivalentes

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o detalhe de caixa e seus equivalentes apresenta os seguintes valores:

	2017	2016
Depósitos a prazo	104.311	11.278
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	63.305	139.117
Numerário	118	73
Caixa e depósitos bancários na demonstração da posição financeira	167.734	150.468
Depósitos bancários restritos	83	538
Descobertos bancários (Nota 19)	-	(280)
Caixa e seus equivalentes da demonstração dos fluxos de caixa	167.817	150.726

Os depósitos bancários existentes em Angola à data de 31 de dezembro de 2017, no montante de 41.640 milhares de Euros, denominados em kwanzas, dólares e euros, apresentam-se, atualmente, com dificuldades de repatriamento dos fundos. Em 31 de dezembro de 2016 os depósitos bancários existentes em Angola ascendiam a 35.903 milhares de Euros. Adicionalmente, as referidas disponibilidades serão igualmente utilizadas no pagamento dos gastos locais.

Os excedentes de tesouraria são, normalmente, investidos em aplicações financeiras de curto prazo, vencendo juros a taxas normais de mercado.

Depósitos bancários restritos

Durante o exercício de 2016 e 2017, a continuação da deterioração da situação económica da Venezuela gerou uma desvalorização da taxa SIMADI bastante significativa (3.345 VEF/USD em 31 de dezembro de 2017 e 673,76 VEF/USD em 31 de dezembro de 2016). Consequentemente, a esta data, é entendimento do Conselho de Administração, que a melhor estimativa para a taxa de atualização cambial das disponibilidades retidas na Venezuela continua a ser a referida taxa SIMADI.

15 – Ativos e passivos não correntes detidos para venda e unidade operacional descontinuada

Em 2016, na sequência da decisão de alienação dos 51% do capital detido na subsidiária LFP, que se materializou em 11 de julho de 2017, o Grupo TAP procedeu à reclassificação dos seus ativos e passivos, na demonstração da posição financeira consolidada, os quais foram classificados como ativos e passivos não correntes detidos para venda, tendo em consideração a sua classificação como unidade operacional descontinuada.

→ Demonstração da posição financeira

Os ativos e passivos da referida subsidiária, classificados como detidos para venda, em 31 de dezembro de 2016 detalham-se do seguinte modo:

Valores em milhares de Euros	Ativos e passivos não correntes detidos para venda
Ativo não corrente	
Ativos fixos tangíveis	7.683
Ativos intangíveis	46
Ativos por impostos diferidos	234
	7.963
Ativo corrente	
Inventários	16.307
Clientes	849
Estado e outros entes públicos	1.233
Outras contas a receber	5.850
Diferimentos	1.362
Caixa e depósitos bancários	2.791
	28.392
Total do ativo	36.355
Passivo corrente	
Fornecedores	19.157
Estado e outros entes públicos	1.050
Outras contas a pagar	2.717
Diferimentos	339
Total do passivo	23.263

→ Demonstração dos resultados

Os rendimentos e gastos da LFP, apresentados como resultado da unidade operacional descontinuada, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, detalham-se do seguinte modo:

Valores em milhares de Euros	2016
Vendas e serviços prestados	207.282
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(126.319)
Fornecimentos e serviços externos	(63.930)
Gastos com o pessoal	(10.610)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	(172)
Outros rendimentos e ganhos	8.109
Outros gastos e perdas	(423)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	13.937
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(2.030)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	11.907
Juros e gastos similares suportados	(14)
Resultado antes de impostos	11.893
Imposto sobre o rendimento do exercício	(2.949)
Resultado líquido do exercício da unidade operacional descontinuada	8.944

→ **Demonstração dos fluxos de caixa**

Os fluxos de caixa, respeitantes à referida subsidiária, do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram considerados como parte integrante desta demonstração e detalham-se conforme segue:

Valores em milhares de Euros	2016
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais	18.438
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento	(6.026)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento	(10.576)
Fluxos de caixa líquidos da unidade operacional descontinuada	1.836

→ **Resultados atribuíveis a unidades operacionais descontinuadas**

O resultado atribuível a unidades operacionais descontinuadas a 31 de dezembro de 2017 detalha-se como segue:

Valores em milhares de Euros	2017
Resultado líquido do exercício da unidade operacional descontinuada	3.780
Mais-valia da alienação de partes de capital	1.426
Ganhos decorrentes da alienação de partes de capital	6.500
Resultados atribuíveis a unidades operacionais descontinuadas	11.706

O resultado líquido do exercício da unidade operacional descontinuada é referente aos resultados da LFP até à data da alienação. Os rendimentos e gastos da LFP a essa data detalham-se da seguinte forma:

Valores em milhares de Euros	2017
Vendas e serviços prestados	106.038
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(63.856)
Fornecimentos e serviços externos	(33.465)
Gastos com o pessoal	(5.937)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	(26)
Outros rendimentos e ganhos	3.621
Outros gastos e perdas	(156)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	6.219
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(1.209)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	5.010
Juros e gastos similares suportados	(2)
Resultado antes de impostos	5.008
Imposto sobre o rendimento do exercício	(1.228)
Resultado líquido do período da unidade operacional descontinuada	3.780

16 - Capital próprio

O capital nominal do Grupo TAP, no valor de 15.000 milhares de Euros, é composto por 1.500.000 ações nominativas de 10 Euros cada, encontrando-se integralmente subscrito e realizado.

Na sequência do processo de reprivatização do Grupo TAP, o qual ficou concluído em 12 de novembro de 2015, foram transmitidas à Atlantic Gateway 915.000 ações escriturais, nominativas, representativas de 61% do capital social da TAP SGPS, permanecendo a Parpública com os restantes 39%.

Em 30 de junho de 2017 foi formalizado o final do processo de renegociação da participação do Estado Português no Grupo TAP, o qual foi precedido da oferta pública de venda de ações representativas de 5% do capital social da TAP SGPS, destinada aos trabalhadores do Grupo, conforme referido na Nota 1. Neste âmbito, a TAP SGPS passou a ser detida em 50% pela Parpública, em 45% pela Atlantic Gateway e em 5% pelos trabalhadores do Grupo TAP.

→ Prestações suplementares

Por deliberação em Assembleia Geral de Acionistas, datada de 12 de novembro de 2015, a acionista Atlantic Gateway procedeu a uma entrada em dinheiro, totalmente realizada, no montante de 154.353 milhares de Euros sob a forma de prestações suplementares, compostas por duas tranches, uma de 15.000 milhares de Euros e outra de 150.000 milhares de dólares. Estas prestações suplementares não são remuneradas e não poderão ser restituídas antes de decorrido o prazo de 30 anos, não se encontrando definido o seu reembolso posterior a essa data. No caso de ocorrência de reembolso após essa data, a respetiva deliberação deverá ser tomada em Assembleia Geral por, pelo menos, 76% dos votos correspondente ao capital social com direito de voto.

Em 2016, e na sequência do processo de reprivatização do Grupo TAP, por deliberação em Assembleia Geral de Acionistas de 29 de março de 2016, a acionista Atlantic Gateway procedeu a entradas em dinheiro em quatro tranches de 19.188 milhares de dólares, totalmente realizadas, no montante total de 76.750 milhares de dólares (69.740 milhares de Euros), cujas características são similares às prestações ocorridas em 2015 acima descritas.

Adicionalmente, de acordo com a legislação em vigor, as prestações suplementares só podem ser restituídas aos acionistas desde que o capital próprio não fique inferior à soma do capital social e da reserva legal.

→ Reservas legais

A reserva legal foi constituída em conformidade com o artigo 295º do Código das Sociedades Comerciais, o qual prevê que esta seja dotada com um mínimo de 5% do resultado líquido do exercício até à concorrência de um valor correspondente à quinta parte do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser incorporada no capital ou utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas.

A 31 de dezembro de 2017 e 2016 a reserva legal encontra-se totalmente constituída de acordo com a legislação comercial em vigor.

→ Reservas de conversão cambial

As diferenças de câmbio, resultantes da transposição de unidades operacionais em moeda estrangeira, são registadas no capital próprio nesta rubrica:

	2017			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	
TAP M&E Brasil e Aeropor:				
Conversão das demonstrações financeiras e <i>goodwill</i>	66.322	40.216	-	106.538
Extensão do investimento líquido na TAP M&E Brasil	(103.191)	-	(61.996)	(165.187)
	(36.869)	40.216	(61.996)	(58.649)
			(21.780)	

	2016			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	
TAP M&E Brasil e Aeropor:				
Conversão das demonstrações financeiras e <i>goodwill</i>	117.137	-	(50.815)	66.322
Extensão do investimento líquido na TAP M&E Brasil	(187.543)	84.352	-	(103.191)
	(70.406)	84.352	(50.815)	(36.869)
			33.537	

O aumento de 40.216 milhares de Euros respeita à apropriação, pelo Grupo, das diferenças cambiais resultantes da conversão das demonstrações financeiras das sociedades que operam no Brasil, no montante favorável de 55.092 milhares de Euros, e do respetivo *goodwill*, no montante desfavorável de 14.876 milhares de Euros (Nota 6).

A diminuição de 61.996 milhares de Euros, ocorrida em 2017, respeita às diferenças de câmbio desfavoráveis, provenientes dos financiamentos concedidos, a médio e longo prazo, à TAP M&E Brasil, cuja liquidação não é provável que ocorra num futuro previsível, sendo, em substância, uma extensão do investimento líquido do Grupo naquela entidade estrangeira.

A diferença entre o montante líquido da diminuição da rubrica de reservas de conversão cambial, no montante de 21.780 milhares de Euros, e o valor registado na demonstração consolidada do rendimento integral no montante de 21.010 milhares de Euros, resulta dos valores afetos a interesses não controlados.

→ Reservas de justo valor

Em 31 de dezembro de 2016, o montante negativo de 461 milhares de Euros, apresentado na rubrica “Reservas de justo valor”, corresponde ao justo valor dos instrumentos financeiros classificados como de cobertura, da subsidiária TAP S.A., contabilizado em conformidade com a política descrita na Nota 2.12., líquido do imposto, no montante de 175 milhares de Euros (Nota 10). Em 31 de dezembro de 2017 não existem instrumentos financeiros derivados em aberto.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o justo valor dos instrumentos financeiros derivados decompõe-se como segue:

	2017	2016
<i>Swaps</i> de taxa de juro (Notas 21 e 39)	-	(636)
	-	(636)

O justo valor das operações de *swaps* de taxa de juro corresponde ao valor *mark-to-market*, determinado com base nas condições acordadas e na curva de taxas de juro de mercado estimadas, à data da demonstração consolidada da posição financeira.

O *swap* de taxa de juro em vigor a 31 de dezembro de 2016 foi liquidado antecipadamente durante o exercício de 2017.

Os instrumentos financeiros derivados em carteira sobre taxa de juro e *jet fuel*, classificados como instrumentos de cobertura, apresentam durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 as seguintes evoluções:

	Passivo	
	Corrente	Não Corrente
Justo valor em 1 de janeiro de 2016	-	(1.038)
Pagamento/(recebimento) de <i>swaps</i> durante o exercício	-	469
Recebimento/(pagamento) de <i>swaps</i> retidos em resultados	-	(469)
Aumento/(diminuição) do justo valor refletido no capital próprio	-	402
Justo valor em 31 de dezembro de 2016	-	(636)
Aquisições durante o exercício - pagamento/(recebimento)	9.523	-
Pagamento/(recebimento) de <i>swaps</i> durante o exercício	-	609
Recebimento/(pagamento) de <i>swaps</i> retidos em resultados	(9.523)	(609)
Aumento/(diminuição) do justo valor refletido no capital próprio	-	636
Justo valor em 31 de dezembro de 2017	-	-

De referir que, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o Grupo não tinha posições abertas de instrumentos financeiros derivados.

→ Resultados transitados

A rubrica “Resultados transitados” corresponde aos resultados líquidos dos exercícios anteriores, conforme deliberações efetuadas nas Assembleias Gerais. Encontram-se, ainda, registadas nesta rubrica as alterações decorrentes da aplicação, pela primeira vez, das Normas Internacionais de Relato Financeiro, bem como os ganhos ou perdas com remensurações dos benefícios pós-emprego, líquidos de imposto.

→ Resultado por ação

Tendo em consideração que os instrumentos financeiros convertíveis sobre as ações da TAP SGPS, nomeadamente no que diz respeito à conversão das obrigações, produziram efeitos com aprovação da ANAC ocorrida em 23 de dezembro de 2016, o efeito da diluição do resultado por ação em 2016 foi considerado despiciente.

	2017	2016
Resultado líquido do exercício das atividades em continuação	11.572	(31.957)
Resultado atribuível aos acionistas da TAP SGPS	21.224	(27.731)
Número médio ponderado de ações	1.500.000	1.500.000
Resultado básico por ação das atividades em continuação (valor em Euros)	7,7	(21,3)
Resultado diluído por ação das atividades em continuação (valor em Euros)	7,1	(21,3)
Resultado básico por ação da unidade operacional descontinuada (valor em Euros)	6,4	2,8
Resultado diluído por ação da unidade operacional descontinuada (valor em Euros)	5,9	2,8
Resultado básico por ação (valor em Euros)	14,1	(18,5)
Resultado diluído por ação (valor em Euros)	13,0	(18,5)

17 - Interesses não controlados

Os interesses não controlados que figuram na demonstração da posição financeira consolidada decompõem-se como segue:

	%	2017	2016
Interesses não controlados de capital próprio			
TAP M&E Brasil	1,36%	(5.229)	(5.336)
Cateringpor	49%	3.359	3.290
LFP (Nota 15)	49%	-	5.521
		(1.870)	3.475

Os interesses não controlados, presentes na demonstração consolidada dos resultados, a 31 de dezembro de 2017 e 2016 detalham-se como segue:

	2017	2016
Interesses não controlados de resultado líquido		
TAP M&E Brasil	(682)	(473)
Cateringpor	884	808
LFP (Nota 15)	1.852	4.383
	2.054	4.718

18 - Provisões

No decurso dos exercícios de 2017 e 2016 realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

	2017					
	Saldo inicial	Aumentos	Montantes não utilizados revertidos	Variação cambial	Outros movimentos	Saldo final
Provisões						
Provisão para processos judiciais em curso	23.243	654	(3.972)	(1.657)	807	19.075
Provisão para investimentos financeiros (Nota 8)	1.277	-	-	-	(1.277)	-
Outras provisões	1.921	-	(209)	(153)	11	1.570
	26.441	654	(4.181)	(1.810)	(459)	20.645

	2016					
	Saldo inicial	Aumentos	Montantes não utilizados revertidos	Variação cambial	Outros movimentos	Saldo final
Provisões						
Provisão para processos judiciais em curso	20.503	2.816	(3.284)	2.358	850	23.243
Provisão para investimentos financeiros (Nota 24)	3.063	-	(1.743)	-	(43)	1.277
Outras provisões	2.560	-	(974)	297	38	1.921
	26.126	2.816	(6.001)	2.655	845	26.441

Destes movimentos, resultaram ganhos de 3.527 milhares de Euros e de 1.442 milhares de Euros, em 2017 e 2016, respetivamente, registados na rubrica de provisões da demonstração consolidada dos resultados.

→ Provisão para processos judiciais em curso

As provisões para processos judiciais em curso são constituídas de acordo com as avaliações de risco efetuadas pelo Grupo e pelos seus consultores legais, baseadas em taxas de sucesso históricas, por natureza de processo e probabilidade de desfecho desfavorável para o Grupo. Em 31 de dezembro de 2017 a provisão existente, no montante de 19.075 milhares de Euros, destina-se a fazer face a diversos processos judiciais intentados contra o Grupo, no país e no estrangeiro.

O detalhe da provisão para processos judiciais em curso é conforme segue:

	2017	2016
Grupo TAP (sem a subsidiária TAP M&E Brasil)	8.779	11.188
Subsidiária TAP M&E Brasil	10.296	12.055
	19.075	23.243

Em 31 de dezembro de 2017 a subsidiária TAP M&E Brasil possuía cerca de 1.802 ações laborais (1.847 ações em 31 de dezembro de 2016). A subsidiária é devedora solidária do passivo laboral pela migração de funcionários da VARIG para a TAP M&E Brasil em 2001 e 2002. Há ações laborais propostas por ex-funcionários da VARIG, contra a subsidiária e contra a TAP S.A., devido à demissão dos funcionários da VARIG após o leilão judicial de venda da unidade produtiva desta empresa, ocorrido em julho de 2006.

Estas ações laborais podem ser divididas em 4 categorias: (i) ações sindicais; (ii) ações propostas por aeronautas; (iii) ações propostas por ex-funcionários da VARIG contra esta e contra o Grupo, reclamando a

sucessão do vínculo laboral e (iv) ações propostas por prestadores de serviços solicitando a responsabilidade do Grupo face aos débitos laborais eventualmente deferidos.

→ Outras provisões

Esta rubrica é decomposta da seguinte forma:

	2017	2016
Subsidiária TAP M&E Brasil:		
Provisão para contingências tributárias	790	864
Provisão para contingências cíveis	307	573
Restantes subsidiárias:		
Outras provisões	473	484
	1.570	1.921

Provisão para contingências tributárias e cíveis

A subsidiária TAP M&E Brasil é parte envolvida em processos tributários que se encontram a decorrer, tanto na esfera administrativa como na judicial, os quais, quando aplicáveis, são garantidos por depósitos judiciais e/ou penhora de bens.

A subsidiária TAP M&E Brasil aderiu, em 2009, ao Programa de Recuperação Fiscal, denominado REFIS, e parcelou a totalidade das contingências federais, cuja probabilidade de êxito se encontrava classificada como remota, compensando parte dos juros e multas de contingências com imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre a totalidade dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL"), tendo, naquela data, reduzido à sua dívida o montante de 49.448 milhares de Euros.

Em 9 de julho de 2014 foi promulgada a Medida Provisória nº 651/2014 (MP 651, convertida na Lei 13.043/14) que, entre outros temas, permitia ao contribuinte a possibilidade de pagamento antecipado das dívidas de natureza fiscal, desde que parcelados, com uso de créditos próprios de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa de CSLL.

Neste sentido, a TAP M&E Brasil, mediante parecer legal do referido advogado sobre as condições legais para o benefício das medidas regulamentadas pelo artigo 33º da Medida Provisória, concluiu sobre o cumprimento desses critérios. Consequentemente, a Empresa liquidou 30% da dívida no montante de 71.234 milhares de reais e compensou o restante com os créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social no montante de 166.214 milhares de reais (51.594 milhares de Euros). Este ganho foi registado, em 2014, na rubrica de outros rendimentos e ganhos, tendo em consideração que o mesmo decorre, essencialmente, de contribuições previdenciárias que foram registadas nos gastos operacionais.

Adicionalmente, decorrente do critério contabilístico adotado, a subsidiária solicitou um parecer legal sobre o tratamento fiscal relativamente aos efeitos decorrentes da regularização do REFIS com base nos créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social, onde se verifica que se trata

de uma alteração na forma de utilização de um direito já existente, não havendo lugar a interpretação de que tenha sido criado um novo direito, independentemente da sua classificação contábilística. Neste sentido, o ganho operacional originado pela compensação do parcelamento não foi sujeito à tributação de Imposto de Renda, Programa de Integração Social (“PIS”) e Contribuição para Financiamento da Segurança Social (“COFINS”).

A movimentação ocorrida na provisão para contingências tributárias e cíveis foi conforme segue:

Saldo em 1 de janeiro de 2016	1.115
Reversão por revisão de estimativa	(13)
Varição cambial	297
Outros movimentos	38
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.437
Reversão por revisão de estimativa	(197)
Varição cambial	(153)
Outros movimentos	10
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.097

19 – Passivos remunerados

→ Dívida remunerada corrente e não corrente

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a dívida remunerada detalha-se como segue:

	2017		2016	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários	7.500	580.940	194.540	450.827
Empréstimo obrigacionista	-	120.000	-	120.000
Descobertos bancários (Nota 14)	-	-	280	-
Acréscimo de gastos com juros	3.943	15.845	4.297	6.003
Encargos iniciais	(3.217)	(6.775)	(1.900)	(4.949)
Dívida bancária remunerada	8.226	710.010	197.217	571.881
Locação financeira	106.628	46.331	130.467	95.230
Acréscimo de gastos com juros	480	-	1.218	-
Encargos iniciais	(582)	(219)	(628)	(270)
Locações financeiras	106.526	46.112	131.057	94.960
Total passivos remunerados	114.752	756.122	328.274	666.841

→ Dívida líquida remunerada

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a dívida líquida remunerada detalha-se como segue:

	2017	2016
Dívida a terceiros remunerada		
Não corrente	756.122	666.841
Corrente	114.752	328.274
	870.874	995.115
Caixa e seus equivalentes (Nota 14)		
Numerário	118	73
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	63.305	139.117
Depósitos a prazo	104.311	11.278
	167.734	150.468
Dívida líquida remunerada	703.140	844.647

→ Empréstimos bancários

No âmbito do Acordo de Compra e Venda de Ações da TAP SGPS, em complemento com o “Acordo de Adaptação e Monitorização de Passivo Financeiro Relativo ao Grupo TAP”, referidos na Nota 1, em 30 de junho de 2017, foi realizada a reestruturação da dívida bancária do Grupo TAP, estando as principais alterações relacionadas com as maturidades e condições financeiras dos empréstimos, nomeadamente indexante e *spread* aplicável.

Os empréstimos bancários, por maturidade e por tipo de taxa de juro, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, decompõem-se como segue:

	2017	2016
Até 1 ano	8.226	196.937
De 1 ano até 2 anos	128.744	7.301
De 2 anos até 3 anos	135.795	89.753
De 3 anos até 4 anos	131.122	98.170
De 4 anos até 5 anos	131.831	93.577
Superior a 5 anos	46.673	157.077
	582.391	642.815
	2017	2016
Taxa variável		
Expira num ano	9	140.143
Expira entre 1 e 2 anos	121.434	-
Expira entre 2 e 3 anos	122.136	82.359
Mais de 3 anos	290.945	341.340
	534.524	563.842
Taxa fixa		
Expira num ano	8.217	56.794
Expira entre 1 e 2 anos	7.310	7.301
Expira entre 2 e 3 anos	13.659	7.394
Mais de 3 anos	18.681	7.484
	47.867	78.973
	582.391	642.815

O detalhe dos empréstimos por divisa em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é como segue:

	2017		2016	
	Valores em divisa	Valores em milhares de Euros	Valores em divisa	Valores em milhares de Euros
Empréstimos em EUR	582.391	582.391	623.839	623.839
Empréstimos em USD (Nota 3)	-	-	20.003	18.976
		582.391		642.815

O montante global de responsabilidades, acrescido dos juros vincendos, encontra-se apresentado no capítulo referente ao risco de liquidez (Nota 3).

→ **Empréstimo obrigacionista**

Em 8 de março de 2016 foi deliberado em Assembleia Geral, previamente autorizado pela ANAC, a emissão pela TAP SGPS de um empréstimo obrigacionista, a 10 anos, sujeito a uma taxa de juro fixa, convertível em ações da TAP SGPS, no montante de 120 milhões de Euros. A referida emissão é composta por duas séries: a primeira (série A), no valor de 90 milhões de Euros, subscrita pela Azul S.A. e a segunda (série B), no valor de 30 milhões de Euros, subscrita pela Parública (Nota 1). A 31 de dezembro de 2017 e a 31 de dezembro de 2016, ao montante do referido empréstimo de 120 milhões de Euros, acrescem juros a pagar nos montantes de 15.845 milhares de Euros e 6.003 milhares de Euros, respetivamente.

→ **Locação financeira**

O Grupo regista no seu ativo fixo tangível os ativos adquiridos em regime de locação financeira. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o Grupo tinha assumido compromissos decorrentes de contratos de locação financeira em conformidade com o descrito na Nota 4.

A decomposição dos passivos por locação financeira, por maturidade e por tipo de taxa de juro, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é como segue:

	2017	2016
Até 1 ano	106.526	131.057
1 a 2 anos	34.101	52.364
2 a 3 anos	11.748	31.450
3 a 4 anos	127	10.887
4 a 5 anos	125	122
Mais 5 anos	11	137
	152.638	226.017
	2017	2016
Taxa variável		
Até 1 ano	102.907	34.343
1 a 2 anos	30.339	27.213
2 a 3 anos	7.823	6.019
Mais de 3 anos	263	379
	141.332	67.954
Taxa fixa		
Até 1 ano	3.619	96.714
1 a 2 anos	3.762	25.151
2 a 3 anos	3.925	25.431
Mais de 3 anos	-	10.767
	11.306	158.063
	152.638	226.017

As locações financeiras, por divisa, apresentam o seguinte detalhe:

	2017	2016
Locação financeira em EUR	31.372	137.701
Locação financeira em USD (Nota 3)	121.266	88.316
	152.638	226.017

O montante global de responsabilidades, acrescido dos juros vencidos, encontra-se apresentado no capítulo referente ao risco de liquidez (Nota 3).

Alguns passivos remunerados apresentam garantias reais, nomeadamente as locações financeiras, um dos empréstimos obtidos junto de uma instituição nacional e o empréstimo obrigacionista (Nota 4).

→ **Locação operacional**

Conforme referido na Nota 2.25., estas responsabilidades não se encontram registadas na demonstração da posição financeira consolidada do Grupo. Os contratos de locação operacional do Grupo têm durações variáveis que podem ir até aos 12 anos, podendo ser prorrogados por vontade expressa das partes contraentes.

Em 31 de dezembro de 2017 existiam em regime de locação operacional 57 aeronaves e 9 reatores e em regime de ACMI 8 aeronaves, conforme detalhe na Nota 4.

Os valores descontados dos planos de pagamento das rendas das locações operacionais e em regime de ACMI, não canceláveis, da frota em operação detalham-se como segue:

	2017	2016
Até 1 ano	166.870	138.814
De 1 a 2 anos	135.050	123.123
De 2 a 3 anos	99.527	97.820
De 3 a 4 anos	75.490	66.676
Mais de 4 anos	95.810	128.137
	572.747	554.570

Estes contratos obrigam à constituição de depósitos de garantia que, em 31 de dezembro de 2017 totalizavam 50.238 milhares de Euros e em 31 de dezembro de 2016 totalizavam 29.750 milhares de Euros (Nota 11). Estes depósitos serão devolvidos, ao Grupo, à medida que os aviões são restituídos aos locadores.

→ **Financial covenants**

Os *financial covenants* constantes dos contratos de *leasing* e financiamento são os usuais em operações desta natureza, incluindo disposições como obrigatoriedade de manutenção da atividade como operador aéreo, compromissos de fornecimento periódico de informação financeira disponível, bem como, no caso específico de *leasings* operacionais, obrigações de caráter operacional relativas a registos nas entidades oficiais, informações relativas às aeronaves em *leasing*, estrito cumprimento de toda a regulamentação, procedimentos definidos pelas autoridades, entre outros.

Adicionalmente, na sequência da reestruturação da dívida financeira acima referida e emissão do empréstimo obrigacionista, foram assumidos compromissos de acompanhamento da *performance* financeira do Grupo TAP, através da análise e cumprimento de determinados rácios relacionados, nomeadamente, com os capitais próprios, EBITDAR, *Net Debt* / EBITDAR, dívida financeira líquida não garantida e valor mínimo de caixa e seus equivalentes não restritos. Estes rácios pretendem acompanhar a situação financeira do Grupo e aferir a sua capacidade para garantir o serviço da dívida.

20 – Pensões e outros benefícios pós-emprego

O Grupo TAP é responsável pelo pagamento de benefícios pós-emprego a empregados aposentados, pré-reformados e ainda no ativo.

→ **Complementos de pensões de reforma e prestações de pré-reforma – TAP S.A.**

De acordo com as normas vigentes na TAP S.A., esta assegura aos empregados, admitidos até 31 de maio de 1993, a diferença entre a pensão de reforma, por limite de idade ou invalidez, atribuída pela Segurança Social, e um montante mínimo garantido pela TAP S.A. Este montante corresponde a uma percentagem fixa de parte do vencimento pensionável (remuneração de base + anuidades), à data da reforma, por cada ano de serviço na empresa, até um máximo de 20 anos, conforme segue:

- Pessoal navegante (pilotos e técnicos de voo) - 3,2% por ano de serviço;
- Pessoal de terra e pessoal navegante de cabine - 4% por ano de serviço.

Adicionalmente, a TAP S.A. assumiu responsabilidades pelo pagamento de prestações de pré-reforma, cujo montante é fixado, de modo a que o respetivo valor líquido a receber em situação de pré-reforma, se situe entre 75% e 100% do valor líquido que o empregado auferia no ativo na data da passagem à pré-reforma.

Em outubro de 2008 foi alterado o Acordo de Empresa com o Sindicato dos Pilotos de Aviação Civil (“SPAC”), o qual teve como principais alterações:

- Pilotos admitidos até 31 de maio de 2007: o plano de pensões pressupõe a bonificação do tempo de serviço garantida pelo Estado (de 15% ou 10%, conforme a data de início da carreira contributiva) e a possibilidade de bonificação adicional (até 25% ou 30%) por opção do beneficiário na data da passagem à reforma (esta bonificação adicional será encargo da TAP S.A.);
- Pilotos admitidos a partir de 1 de junho de 2007: o plano de pensões é constituído por um regime de contribuição definida, no montante de 7,5% da remuneração de base efetivamente auferida (14 vezes por ano), do qual 80% é encargo da TAP S.A. Este plano está garantido por contratos de adesão a fundos abertos de pensões, sendo gerido pelo Banco Português de Investimento (“BPI”). Os contratos de adesão e a gestão são opção do SPAC, conforme previsto na regulamentação coletiva.

A TAP S.A. tem registado, a totalidade das suas responsabilidades com serviços passados pelo pagamento de complementos de pensões e prestações de pré-reforma, referente ao plano de benefícios definidos.

A quantificação das responsabilidades teve em devida consideração que, nos termos expressos da regulamentação coletiva que consagra o plano de pensões referido, a pensão total garantida pela TAP S.A., ou seja, pensão da segurança social e complemento de reforma, nunca será superior ao valor da remuneração base mensal líquida de IRS e Segurança Social no ativo. Esta premissa não é aplicável, por não estar consagrada na regulamentação coletiva referente ao pessoal navegante técnico, para o qual aquele limite não existe e o salário pensionável é constituído pelo vencimento base da tabela de remunerações, adicionado do vencimento do exercício e das senioridades.

Para cobrir as responsabilidades com o plano de benefícios definidos, a TAP S.A. celebrou um contrato de adesão ao Fundo aberto de Pensões VIVA. A partir de 2011, o encargo com complementos de reforma, constituídos desde 1998, é assumido pela adesão. O gasto anual com pensões é determinado de acordo com o estudo atuarial, revisto e ajustado anualmente, em função da atualização dos salários e da evolução do grupo participante. Os encargos com complementos de reforma, constituídos até dezembro de 1997, com prestações de pré-reforma e com a parte dos complementos de reforma dos pilotos, que excede o limite referido no parágrafo anterior, são assumidos diretamente pela TAP S.A. e estão cobertos por provisão própria.

→ **Pensões - TAP M&E Brasil**

A partir de 1 de janeiro de 2002, a subsidiária TAP M&E Brasil tornou-se uma das patrocinadoras do Instituto AERUS de Segurança Social (“AERUS”), por meio de um plano de reforma complementar assegurado aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida, denominado Plano de Benefícios II - VEM.

Em 2008, a subsidiária solicitou a transferência do administrador do fundo de benefícios dos seus empregados da entidade AERUS. Este processo foi, inicialmente, recusado pela sociedade gestora do fundo AERUS, que alegou que a TAP M&E Brasil possuía dívidas não reconhecidas na transferência de responsabilidades com benefícios pós-emprego, por ser co-responsável pelo *deficit* dos fundos de pensões de outros patrocinadores. A TAP M&E Brasil questionou a validade jurídica da referida dívida e foi declarado pelos órgãos competentes não haver razão para a oposição à transferência acima referida, pelo que, em 15 de junho de 2012 foi efetuada a transferência, com sucesso, para o Plano de Benefícios da Fundação Petrobras de Seguridade Social (“PETROS”), tendo sido renomeado para Plano TAPMEPrev.

Apesar de se tratar de um plano cujo benefício é de “contribuição definida”, o plano também oferece benefícios de invalidez e morte sob o conceito de “benefícios definidos”, além de garantir benefícios especiais a um grupo de empregados oriundos da VARIG, que foram absorvidos no quadro da subsidiária, aquando da cisão das operações desta empresa.

Assim, apenas a componente de benefício definido, referida anteriormente, se encontra registada na rubrica “Pensões e outros benefícios pós-emprego”.

→ **Pensões – Portugal**

A Portugal constituiu, em 1 de janeiro de 2010, um plano de contribuições definidas para o pessoal navegante técnico. Este plano é gerido pelo BPI, para o qual a subsidiária contribui mensalmente com 6% sobre o ordenado, efetivamente auferido, dos pilotos, 14 vezes por ano. Os empregados efetuam contribuições de 1,5%, podendo adicionalmente efetuar contribuições suplementares entre 1% e 5%.

→ **Pensões – UCS**

A UCS tem a responsabilidade, face ao que se encontra internamente regulamentado, de conceder, através de um plano de benefícios definidos, complementos de pensões de reforma na parte que excede as que são concedidas pela Segurança Social. Para cobrir essa responsabilidade, a Empresa subscreveu o Fundo de Pensões Horizonte Valorização. O gasto anual com pensões, que inclui as contribuições para o fundo, é determinado de acordo com o estudo atuarial, revisto e ajustado anualmente em função da atualização dos salários e da evolução do grupo participante.

→ **Prémio de jubilação - PNT – TAP S.A.**

O Acordo de Empresa da TAP S.A., celebrado com o SPAC prevê a garantia, por parte da TAP S.A., a favor dos pilotos admitidos até 31 de maio de 2007, para além de um plano de pensões, de um prémio de jubilação a cada piloto, a ser pago de uma só vez no momento da reforma por velhice, cuja garantia financeira advém dos capitais acumulados num seguro de capitalização coletiva constituído pela TAP S.A. em nome dos pilotos. Os princípios subjacentes à apólice de reforma coletiva celebrada com a companhia seguradora, que reproduzem este Plano de Benefícios de Reforma dos Pilotos, são como segue:

- Condições de admissão: pilotos que se encontrem em efetividade de serviço;
- Idade normal de reforma: 65 anos;
- Garantias: cada participante terá direito, na data da reforma, a um capital, mínimo, de 16 vezes o último salário mensal declarado.

O financiamento do Plano de Benefícios é efetuado através da apólice, que é reforçada pelas contribuições (prémios) efetuadas pela TAP S.A. e pelo rendimento obtido, a partir das aplicações financeiras realizadas pela companhia seguradora num Fundo Autónomo, que suporta esta modalidade de seguro.

Em outubro de 2008, foi alterado o Acordo de Empresa com o SPAC, o qual teve como principais alterações:

- Pilotos admitidos até 31 de maio de 2007: o prémio de jubilação é mantido, mas apenas será devido no caso de, na data da reforma, estar constituído o direito à pensão completa, podendo o capital ser aumentado por cada ano completo de prestação de serviço, após a idade de reforma antecipada, sem penalizações e com bonificação;
- Pilotos admitidos a partir de 1 de junho de 2007: não existe direito ao prémio de jubilação.

→ **Cuidados de Saúde – TAP S.A.**

A TAP S.A. assegura aos pré-reformados e reformados antecipadamente, que tenham idade inferior a 65 anos, um plano de saúde que lhes dá acesso a serviços médicos a uma taxa reduzida. Por outro lado, a TAP

S.A. vem facultando aos reformados, a título de liberalidade, a possibilidade de acesso e de utilização dos serviços médicos da UCS, pelos quais pagarão, por cada ato clínico, uma parcela do gasto do serviço, sendo a parte restante suportada pela TAP S.A.

A TAP S.A. entende que, o facto de permitir aos seus ex-trabalhadores reformados, a utilização dos serviços de saúde prestados na UCS, não constitui uma obrigação, mas tão-somente uma liberalidade em cada momento concedida, pelo que não terá que registar qualquer responsabilidade com a prestação de cuidados de saúde, relativamente aos trabalhadores presentemente no ativo, para o período após a cessação da sua atividade laboral na empresa. Desta forma, a esta data, a provisão existente cobre a totalidade das responsabilidades com atos médicos com pré-reformados, reformados antecipadamente e reformados, tendo a referida responsabilidade sido determinada com base em estudo atuarial calculado por entidade independente.

Pressupostos utilizados na avaliação das responsabilidades

As responsabilidades das diversas empresas do Grupo TAP foram determinadas por estudos atuariais, reportados a 31 de dezembro de 2017 e 2016, elaborados por entidades independentes, individualmente para cada uma das empresas, utilizando o “Método da Unidade de Crédito Projetada” e utilizando, essencialmente, os seguintes pressupostos financeiros e demográficos:

	2017		2016	
	Portugal	Brasil	Portugal	Brasil
Tábua de mortalidade	TV 88/90	AT-2000	TV 88/90	AT-2000
Tábua de invalidez	EKV 1980	Mercer Disability	EKV 1980	Mercer Disability
Taxa de desconto	2,00%	10,60%	2,00%	11,59%
Taxa de rendimento do fundo	2,00%	10,60%	2,00%	11,59%
Taxa de crescimento				
Salários	1,50%	6,05%	1,50%	6,56%
Pensões	1,00%	5,00%	1,00%	5,50%
Tendência dos custos médicos	1,50%	--	1,50%	--

A evolução das responsabilidades líquidas, por serviços passados, a 31 de dezembro de 2017 e 2016 detalha-se da seguinte forma:

	2017	2016
Responsabilidade por serviços passados no início do exercício	67.688	54.268
Juro líquido	258	1.278
Custo dos serviços correntes	3.917	3.860
Contribuições para o fundo de pensões	(7.808)	(5.174)
Remensurações	2.992	16.054
Alterações cambiais nos planos mensurados numa moeda diferente	(2.039)	1.085
Benefícios pagos	(3.586)	(3.683)
Responsabilidade por serviços passados no final do exercício	61.422	67.688

As responsabilidades para os exercícios de 2017 e 2016 detalham-se como segue:

	2017								
	Pensões VIVA	Antes de 1997	Ativos	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Responsabilidades por serviços passados									
- Ativos	240	-	1.655	-	70.211	-	5.977	81	78.164
- Pré-reformados	60	-	345	19	-	-	-	-	424
- Aposentados	10.292	33.020	-	2.754	-	17.059	70.122	-	133.247
Valor de mercado dos fundos	(16.399)	-	-	-	(48.296)	(15.625)	(70.012)	(675)	(151.007)
Insuficiência(excesso)	(5.807)	33.020	2.000	2.773	21.915	1.434	6.087	(594)	60.828

	2016								
	Pensões VIVA	Antes de 1997	Ativos	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Responsabilidades por serviços passados									
- Ativos	359	-	2.313	-	67.777	-	9.545	122	80.116
- Pré-reformados	61	-	367	32	-	-	-	-	460
- Aposentados	9.959	35.424	-	2.908	-	16.133	68.680	-	133.104
Valor de mercado dos fundos	(16.280)	-	-	-	(49.145)	(14.806)	(65.639)	(653)	(146.523)
Insuficiência(excesso)	(5.901)	35.424	2.680	2.940	18.632	1.327	12.586	(531)	67.157

O excesso de financiamento do Fundo de Pensões Horizonte Valorização da subsidiária UCS, no montante de 594 milhares de Euros, encontra-se registado na rubrica de outras contas a receber (2016: 531 milhares de Euros) (Nota 11).

As responsabilidades para os exercícios de 2013 a 2015 detalham-se como segue:

	2015								
	Pensões VIVA	Antes de 1997	Ativos	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Responsabilidades por serviços passados									
- Ativos	324	-	1.841	-	58.921	-	-	9	61.095
- Pré-reformados	83	-	456	45	-	-	51.319	-	51.903
- Aposentados	9.951	37.197	-	2.957	-	15.859	-	-	65.964
Valor de mercado dos fundos	(16.792)	-	-	-	(44.527)	(15.641)	(47.725)	(646)	(125.331)
Insuficiência(excesso)	(6.434)	37.197	2.297	3.002	14.394	218	3.594	(637)	53.631

	2014								
	Pensões VIVA	Antes de 1997	Ativos	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Responsabilidades por serviços passados									
- Ativos	646	-	1.782	-	51.203	-	-	37	53.668
- Pré-reformados	129	-	476	87	-	-	9.065	-	9.757
- Aposentados	10.536	39.836	-	3.116	-	15.767	58.475	-	127.730
Valor de mercado dos fundos	(16.954)	-	-	-	(39.595)	(15.549)	(62.394)	(620)	(135.112)
Insuficiência(excesso)	(5.643)	39.836	2.258	3.203	11.608	218	5.146	(583)	56.043

	2013								
	Pensões VIVA	Antes de 1997	Ativos	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Responsabilidades por serviços passados									
- Ativos	1.739	-	1.062	-	39.334	-	-	5	42.140
- Pré-reformados	258	-	2.306	166	-	-	8.557	-	11.287
- Aposentados	9.765	38.569	-	2.948	-	16.180	51.903	-	119.365
Valor de mercado dos fundos	(16.443)	-	-	-	(35.218)	(14.948)	(58.585)	(587)	(125.781)
Insuficiência(excesso)	(4.681)	38.569	3.368	3.114	4.116	1.232	1.875	(582)	47.011

De acordo com o estudo atuarial realizado por entidade independente, a melhor estimativa de contribuições para os planos de benefícios de pensões, para o exercício subsequente, é de 5.501 milhares de Euros da subsidiária TAP S.A. e de 2.750 milhares de Euros da subsidiária TAP M&E Brasil.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os planos de benefício definido do Grupo TAP, em Portugal (excluindo a Representação de Inglaterra e o Brasil), abrangiam 2.063 e 2.232 beneficiários no ativo, respetivamente. O total de reformados com direito a complemento de reforma (ou pré-reforma) era, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, de 650 e 688 beneficiários, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a maturidade média das responsabilidades para os planos de benefício definido "Pensões VIVA" e para o plano "Prémios Jubileu" é de 12 anos.

Análises de sensibilidade

→ Taxa de desconto anual

O aumento (diminuição) de 0,25% na taxa de desconto anual dos planos de benefícios definidos "Pensões VIVA", "Prémios Jubileu" e "Pensões Horizonte Valorização", bem como o aumento (diminuição) de 1% na taxa de desconto anual do plano de benefício definido "TAPMEPrev - Brasil", corresponderia a um impacto nas responsabilidades do Grupo, a 31 de dezembro de 2017, conforme segue:

	Taxa	Plano VIVA*	Prémios Jubileu	Pensões Horizonte Valorização
Taxa de desconto anual das pensões	2,00%	45.613	70.211	81
Aumento de 0,25% na taxa de desconto	2,25%	44.664	67.693	78
Decréscimo de 0,25% na taxa de desconto	1,75%	46.599	72.849	83

* Inclui "Pensões VIVA", "Antes de 1997" e "Ativos"

	Taxa	Brasil
Taxa de desconto anual das pensões	10,60%	76.099
Aumento de 1% na taxa de desconto	11,60%	69.334
Decréscimo de 1% na taxa de desconto	9,60%	84.197

→ Taxa de tendência dos custos médicos

Caso a taxa de crescimento dos custos com cuidados médicos registre um aumento ou decréscimo de um ponto percentual, o respetivo impacto nas responsabilidades do Grupo, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, é o seguinte:

	Taxa	2017	2016
Taxa de crescimento anual dos custos médicos	1,50%	2.773	2.940
Aumento de 1% na taxa de tendência dos custos médicos	2,50%	3.001	3.192
Decréscimo de 1% na taxa de tendência dos custos médicos	0,50%	2.571	2.718

Evolução das responsabilidades por serviços passados

O movimento ocorrido nas responsabilidades projetadas, refletidas na demonstração da posição financeira consolidada, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é conforme segue:

	2017								
	Pensões VIVA	Antes de 1997	Ativos	Atos médicos	Prêmios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Responsabilidades no início do exercício	10.379	35.424	2.680	2.940	67.777	16.133	78.225	122	213.680
Variação cambial	-	-	-	-	-	(602)	(10.151)	-	(10.753)
Valores registados nos resultados do exercício:									
Serviços correntes	31	-	-	-	3.740	-	146	31	3.948
Juro líquido	208	708	54	59	1.364	934	8.183	3	11.513
Remensurações	722	475	(734)	(226)	3.092	1.779	7.118	(75)	12.151
Benefícios pagos	(748)	(3.586)	-	-	(5.762)	(1.185)	(7.422)	-	(18.703)
Responsabilidades no fim do exercício	10.592	33.021	2.000	2.773	70.211	17.059	76.099	81	211.836

	2016								
	Pensões VIVA	Antes de 1997	Ativos	Atos médicos	Prêmios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Responsabilidades no início do exercício	10.358	37.197	2.297	3.002	58.921	15.859	51.319	9	178.962
Variação cambial	-	-	-	-	-	(1.779)	14.415	-	12.636
Valores registados nos resultados do exercício:									
Serviços correntes	31	-	-	-	3.734	-	95	14	3.874
Juro líquido	258	744	243	75	1.250	866	6.853	1	10.290
Remensurações	522	1.166	140	(137)	4.329	1.757	10.157	98	18.032
Benefícios pagos	(790)	(3.683)	-	-	(457)	(570)	(4.614)	-	(10.114)
Responsabilidades no fim do exercício	10.379	35.424	2.680	2.940	67.777	16.133	78.225	122	213.680

Evolução dos fundos afetos aos planos de benefícios com pensões

Nos exercícios de 2017 e 2016 a evolução do património dos fundos foi conforme segue:

	2017					
	Pensões VIVA	Prêmios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Saldo inicial	16.280	49.145	14.806	65.639	653	146.523
Variação cambial	-	-	(517)	(8.197)	-	(8.714)
Dotação efetuada no exercício	-	4.200	223	3.385	-	7.808
Juro líquido	867	983	2.297	7.105	22	11.274
Remensurações	-	(269)	-	9.502	-	9.233
Benefícios pagos	(748)	(5.763)	(1.184)	(7.422)	-	(15.117)
Saldo final	16.399	48.296	15.625	70.012	675	151.007

	2016					
	Pensões VIVA	Prêmios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Saldo inicial	16.792	44.527	15.641	47.725	646	125.331
Variação cambial	-	-	(1.496)	13.047	-	11.551
Dotação efetuada no exercício	-	4.200	-	974	-	5.174
Juro líquido	278	1.113	1.112	6.508	7	9.018
Remensurações	-	(238)	119	1.999	-	1.880
Benefícios pagos	(790)	(457)	(570)	(4.614)	-	(6.431)
Saldo final	16.280	49.145	14.806	65.639	653	146.523

A composição dos fundos e respetiva categoria das quantias incluídas no justo valor dos ativos do plano, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é conforme segue:

	2017						
	Nível de Justo Valor	Pensões VIVA	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Ações	1	5.515	-	9.896	20.475	169	36.055
Obrigações	1	5.854	47.910	4.241	49.537	472	108.014
Dívida Pública	1	4.018	-	-	-	-	4.018
Imobiliário	2	483	309	-	-	34	826
Liquidez	1	529	77	-	-	-	606
Outras aplicações correntes	1	-	-	1.488	-	-	1.488
		16.399	48.296	15.625	70.012	675	151.007

	2016						
	Nível de Justo Valor	Pensões VIVA	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Ações	1	4.995	-	9.377	8.533	163	23.068
Obrigações	1	4.964	47.897	4.019	57.106	457	114.443
Dívida Pública	1	4.859	-	-	-	-	4.859
Imobiliário	2	547	383	-	-	33	963
Liquidez	1	915	865	-	-	-	1.780
Outras aplicações correntes	1	-	-	1.410	-	-	1.410
		16.280	49.145	14.806	65.639	653	146.523

Gastos com pensões e outros benefícios pós-emprego

Relativamente aos gastos suportados com pensões e outros benefícios pós-emprego o detalhe é conforme segue:

	2017								
	Pensões VIVA	Antes de 1997	Ativos	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Serviços correntes	31	-	-	-	3.740	-	146	31	3.948
Juro líquido	(659)	708	54	59	381	(1.363)	1.078	(19)	239
	(628)	708	54	59	4.121	(1.363)	1.224	12	4.187

	2016								
	Pensões VIVA	Antes de 1997	Ativos	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Serviços correntes	31	-	-	-	3.734	-	95	14	3.874
Juro líquido	(18)	744	243	75	138	(246)	342	(6)	1.272
	13	744	243	75	3.872	(246)	437	8	5.146

Conforme mencionado, os pilotos da TAP S.A., admitidos após 1 de junho de 2007, e os pilotos da Portugália beneficiam de um plano de contribuição definida. Foi reconhecido, durante o exercício de 2017, um gasto na rubrica “Gastos com o pessoal – gastos com benefícios pós-emprego” no montante de 2.146 milhares de Euros (2016: 1.723 milhares de Euros), relativo às contribuições efetuadas, no ano, a favor dos seus empregados.

Os gastos com pensões e outros benefícios pós-emprego, dos exercícios de 2017 e 2016, encontram-se registados na rubrica de gastos com o pessoal (Nota 29).

Ganhos/perdas com remensurações

Os ganhos/perdas com remensurações, relacionados com planos de benefício pós-emprego, detalham-se como segue:

	2017								
	Pensões VIVA	Antes de 1997	Ativos	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Remensurações									
Retorno dos ativos, excluindo montantes incluídos nos resultados	-	-	-	-	269	-	(9.502)	-	(9.233)
	-	-	-	-	269	-	(9.502)	-	(9.233)
(Ganhos)/perdas por alteração dos pressupostos demográficos	-	-	-	-	-	-	69	-	69
(Ganhos)/perdas por alteração dos pressupostos financeiros	-	-	-	-	-	-	4.963	-	4.963
(Ganhos)/perdas de experiência	722	475	(734)	(226)	3.092	1.779	2.086	(75)	7.119
	722	475	(734)	(226)	3.092	1.779	7.118	(75)	12.151
Total das remensurações	722	475	(734)	(226)	3.361	1.779	(2.384)	(75)	2.918

	2016								
	Pensões VIVA	Antes de 1997	Ativos	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Remensurações									
Retorno dos ativos, excluindo montantes incluídos nos resultados	-	-	-	-	238	(119)	(1.999)	-	(1.880)
	-	-	-	-	238	(119)	(1.999)	-	(1.880)
(Ganhos)/perdas por alteração dos pressupostos demográficos	-	-	-	-	-	-	59	-	59
(Ganhos)/perdas por alteração dos pressupostos financeiros	478	1.403	160	168	5.135	-	9.375	-	16.719
(Ganhos)/perdas de experiência	44	(237)	(20)	(305)	(806)	1.757	723	98	1.254
	522	1.166	140	(137)	4.329	1.757	10.157	98	18.032
Total das remensurações	522	1.166	140	(137)	4.567	1.638	8.158	98	16.152

Os ganhos/perdas com remensurações foram reconhecidos diretamente no rendimento integral do Grupo. A diferença para o montante registado na demonstração consolidada do rendimento integral respeita às remensurações da associada SPdH, consolidada pelo método da equivalência patrimonial (Nota 8), no montante de 33 milhares de Euros (2016: 43 milhares de Euros).

21 – Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o detalhe da rubrica de outras contas a pagar é como segue:

	2017		2016	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Acréscimos de gastos	219.814	112.354	204.333	104.843
Fornecedores	177.596	-	151.683	-
Ganhos diferidos	83.704	-	68.040	-
Estado	36.122	197	35.452	-
Adiantamentos de clientes	1.043	-	1.403	-
Outros	130.253	262	110.537	636
	648.532	112.813	571.448	105.479

→ **Acréscimos de gastos**

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a rubrica de acréscimos de gastos detalha-se do seguinte modo:

	2017		2016	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Remunerações	92.613	-	84.094	-
Manutenção - locação operacional	17.016	112.354	22.569	104.843
Combustíveis de aviões	15.731	-	11.313	-
Encargos especiais da atividade de venda	15.054	-	10.360	-
Taxas de navegação aérea	14.305	-	12.348	-
Remunerações - pessoal navegante	16.512	-	15.256	-
Conservação e reparação de material	5.230	-	3.461	-
Assistência por terceiros	4.871	-	2.868	-
<i>Booking fees</i>	3.861	-	4.849	-
Trabalhos especializados	2.755	-	2.867	-
Taxas de aterragem	1.961	-	1.321	-
Seguros a liquidar	1.475	-	1.361	-
Fretamentos de aviões	1.315	-	-	-
Outros	27.115	-	31.666	-
	219.814	112.354	204.333	104.843

O incremento dos acréscimos de gastos decorre de uma forma geral do aumento dos gastos com fornecimentos e serviços externos diretamente associados ao incremento da atividade do Grupo.

O aumento verificado na rubrica de remunerações a liquidar está associado aos valores a pagar de gratificações e indemnizações ao pessoal.

Os encargos especiais da atividade de venda referem-se a comissões atribuídas a agentes em função da receita voada do exercício obtida por este canal.

→ **Fornecedores**

O saldo da rubrica de fornecedores apresenta a seguinte composição em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	2017	2016
Fornecedores - conta corrente	108.475	118.169
Fornecedores - partes relacionadas (Nota 37)	8.498	1.916
Fornecedores - faturas em receção e conferência	60.623	31.598
	177.596	151.683

→ **Ganhos diferidos**

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a rubrica de ganhos diferidos decompõe-se como segue:

	2017	2016
Programa de fidelização de clientes	50.399	42.972
Trabalhos para companhias de aviação	28.063	22.227
Entidades relacionadas (Nota 37)	103	99
Outros ganhos diferidos	5.139	2.742
	83.704	68.040

No âmbito da aplicação do IFRIC 13 – Programa de fidelização de clientes, a atribuição de milhas aos clientes, aderentes ao programa de fidelização denominado “TAP Victoria”, é diferida com base no valor unitário da milha, percecionado pelo cliente (Nota 2.27.).

O montante de 28.063 milhares de Euros (2016: 22.227 milhares de Euros), registado na rubrica “Trabalhos para companhias de aviação”, refere-se a faturação provisória de trabalhos de manutenção para terceiros que ainda se encontram em curso à data de 31 de dezembro de 2017.

→ **Estado**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os saldos desta rubrica detalham-se como segue:

	2017	2016
Segurança Social	17.172	16.726
IRS - Retenções efetuadas a terceiros	14.861	16.031
Estado - Brasil	2.891	1.381
IVA	920	987
Outros	278	327
	36.122	35.452

→ **Outros – contas a pagar correntes**

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a rubrica de outras contas a pagar correntes decompõe-se como segue:

	2017	2016
Taxas e impostos	90.619	72.461
Fornecedores de ativos fixos tangíveis	14.741	6.047
Pessoal	1.832	5.675
Entidades relacionadas (Nota 37)	1.485	7.500
Indemnizações de acidentes de trabalho	995	877
Sindicatos	287	283
Outros	20.294	17.694
	130.253	110.537

A rubrica de taxas e impostos a pagar refere-se, essencialmente, a valores a pagar a diversas entidades, relacionados com taxas cobradas aos clientes nos bilhetes emitidos. A variação verificada está diretamente

relacionada com a variação da rubrica de documentos pendentes de voo, pelo aumento do número de bilhetes emitidos no segundo semestre do ano, quando comparado com igual período do ano anterior.

→ **Outros – contas a pagar não correntes**

Em 31 de dezembro de 2016 a rubrica de outras contas a pagar não correntes é composta pelo justo valor dos instrumentos financeiros derivados, nomeadamente *swaps* de taxa de juro, no montante de 636 milhares de Euros. Este valor foi liquidado antecipadamente no exercício de 2017 e à data de relato não existem montantes a pagar desta natureza.

22 - Documentos pendentes de voo

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a responsabilidade do Grupo, relativamente a bilhetes emitidos e não utilizados, registada na rubrica “Documentos pendentes de voo”, era a seguinte:

	2017	2016
Passageiros	411.131	317.317
Carga	600	550
	411.731	317.867

A variação verificada nesta rubrica está relacionada com o efeito conjunto do aumento do prazo de antecipação da compra face à data do voo e do aumento do número de bilhetes vendidos.

Durante os exercícios de 2017 e 2016, com base nas análises parciais e periódicas que são efetuadas a esta rubrica (Nota 2.27.), resultaram ajustamentos às receitas de transporte de passageiros e de carga, respetivamente, nos montantes de 65.073 milhares de Euros (2,4% da receita voada) e 72.181 milhares de Euros (3,4% da receita voada), que foram reconhecidos na rubrica “Vendas e serviços prestados”.

23 - Vendas e serviços prestados

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 as vendas e serviços prestados, por mercado externo e interno, apresentam-se como segue:

	2017	2016
Vendas		
Mercado interno		
Transporte aéreo e manutenção	331	419
Catering	6.457	6.193
Cuidados de saúde	39	155
Outras	1.528	1.373
Mercado externo		
Transporte aéreo e manutenção	31.680	29.056
	40.035	37.196
Serviços prestados		
Mercado interno		
Transporte aéreo e manutenção	183.407	163.910
Catering	1.908	2.492
Cuidados de saúde	3.324	3.342
Tecnologias de informação	929	1.744
Outras	2.797	4.677
Mercado externo		
Transporte aéreo e manutenção	2.702.494	2.076.277
	2.894.859	2.252.442
	2.934.894	2.289.638

As vendas e serviços prestados por mercado geográfico são como segue:

2017	Transp. Aéreo	Manutenção		Catering	Holdings e outros	Consolidado
		Portugal	Brasil			
Vendas e serviços prestados:						
Continente e ilhas	166.337	17.401	-	8.365	8.617	200.720
Europa	992.767	97.184	-	-	-	1.089.951
Atlântico Sul	888.502	9.685	76.094	-	-	974.281
Atlântico Norte	292.312	12.887	-	-	-	305.199
Atlântico Médio	28.074	-	-	-	-	28.074
África	329.611	1.802	-	-	-	331.413
Outros	13	5.243	-	-	-	5.256
	2.697.616	144.202	76.094	8.365	8.617	2.934.894

2016	Transp. Aéreo	Manutenção		Catering	Holdings e outros	Consolidado
		Portugal	Brasil			
Vendas e serviços prestados:						
Continente e ilhas	150.712	13.617	-	8.685	11.291	184.305
Europa	880.860	38.567	-	-	-	919.427
Atlântico Sul	586.150	8.288	81.248	-	-	675.686
Atlântico Norte	176.512	9.805	-	-	-	186.317
Atlântico Médio	31.309	-	-	-	-	31.309
África	284.854	569	-	-	-	285.423
Outros	-	7.171	-	-	-	7.171
	2.110.397	78.017	81.248	8.685	11.291	2.289.638

As vendas e serviços prestados por mercado geográfico são definidas com base no país destino dos bens e serviços vendidos pelo Grupo, o qual no caso do transporte aéreo se entende como o país de destino do voo.

24 - Ganhos e perdas em associadas

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a rubrica de ganhos e perdas em associadas detalha-se do seguinte modo:

	2017	2016
Ganhos		
SPdH	3.250	1.743
	3.250	1.743

O valor registado nesta rubrica, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, nos montantes de 3.250 milhares de Euros e 1.743 milhares de Euros, respetivamente, corresponde à apropriação da participação nos resultados líquidos da empresa associada SPdH (Notas 8 e 18).

25 - Outros rendimentos e ganhos operacionais

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a rubrica de outros rendimentos e ganhos detalha-se como segue:

	2017	2016
Rendimentos suplementares	18.237	24.630
Ganhos em ativos fixos tangíveis	18.395	16.851
Subsídios à exploração	2.234	1.106
Ganhos em inventários	268	232
Descontos de pronto pagamento obtidos	149	107
Diferenças de câmbio favoráveis operacionais	-	3.836
Outros rendimentos e ganhos	174	135
	39.457	46.897

A rubrica “Rendimentos suplementares” apresenta a seguinte composição em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	2017	2016
Material de armazém recuperado	4.582	5.536
Rendas e sublocações	2.767	2.784
Publicidade	2.105	2.610
Comissão de vendas a bordo	1.876	3.003
Outros	6.907	10.697
	18.237	24.630

Os ganhos verificados na rubrica “Ganhos em ativos fixos tangíveis”, referem-se, essencialmente, à mais-valia originada pela alieação de cinco aeronaves A330 numa operação de *sale and leaseback* no primeiro semestre de 2017, no montante de 17.856 milhares de Euros (Nota 4), em comparação com a mais-valia originada no primeiro semestre de 2016 pela alienação de três aeronaves A330 no montante de 16.261 milhares de Euros.

26 – Inventários consumidos e vendidos

O gasto dos inventários consumidos e vendidos em 2017 e 2016 foi como segue:

	2017		2016	
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Inventários iniciais (Nota 12)	64	127.001	16.719	108.125
Compras	4.809	196.074	5.603	156.592
Transferência para ativos não correntes detidos para venda (Nota 15)	-	-	(17.194)	(14)
Regularização de inventários	-	(4.500)	-	3.629
Inventários finais (Nota 12)	(68)	(135.087)	(64)	(127.001)
	4.805	183.488	5.064	141.331
		188.293		146.395

A variação de 29% ocorrida nesta rubrica em 2017, face ao ano anterior, deve-se, maioritariamente, ao aumento do consumo de materiais na atividade de manutenção e engenharia.

Em 2017 e 2016, a rubrica “Regularização de inventários” refere-se, essencialmente, à variação cambial verificada nos inventários da subsidiária brasileira, denominados em reais, e à capitalização de gastos com manutenção da frota própria.

27 - Variação da produção

A variação da produção em 2017 e 2016 foi como segue:

	2017	2016
Inventários iniciais (Nota 12)	(7.870)	(5.545)
Regularização de inventários	(42)	(5)
Inventários finais (Nota 12)	10.002	7.870
	2.090	2.320

28 – Materiais e serviços consumidos

Os materiais e serviços consumidos são decompostos como segue:

	2017	2016
Combustíveis de avião	580.218	433.819
Locação operacional de aeronaves e sobressalentes	178.918	118.862
Serviços de <i>handling</i>	176.767	153.292
Conservação e reparação de equipamento de voo	163.832	115.165
Taxas de navegação aérea	153.780	141.847
Trabalhos especializados	139.303	108.323
Taxas de aterragem	89.038	76.362
Despesas a bordo	57.384	46.523
Comissões	47.024	34.475
Encargos especiais de venda - transporte aéreo	38.056	28.023
Alojamento e alimentação nas escalas	26.382	23.537
Subcontratos	20.098	16.343
Conservação e reparação de outros ativos	16.969	14.876
Rendas e alugueres	17.213	16.702
Seguros	7.014	5.828
Honorários	4.985	6.196
Vigilância e segurança	3.923	3.023
Outros gastos com materiais e serviços consumidos	225.384	167.916
	1.946.288	1.511.112

A rubrica “Outros gastos com materiais e serviços consumidos” apresenta o seguinte detalhe:

	2017	2016
Fretamento de aviões	44.944	21.198
Outras despesas com passageiros	35.998	24.989
Facilidades nos aeroportos	29.103	22.243
Taxas de controlo de tráfego aéreo	26.389	22.635
Publicidade e propaganda	23.108	21.009
Encargos com bagagem - carga e correio	17.952	13.768
Despesas em terra com passageiros da classe executiva	11.097	8.850
Comunicação	8.597	6.970
Transporte de mercadorias	6.410	4.821
Eletricidade	4.133	4.455
Deslocações e estadas	3.752	3.287
Limpeza, higiene e conforto	3.627	3.610
Livros e documentação técnica	1.992	1.831
Outros	8.282	8.250
	225.384	167.916

O aumento dos gastos com os combustíveis deve-se, essencialmente, ao aumento de quantidades e preço médio do *jet fuel*.

Os custos com locação operacional de equipamento de voo, em 2017, aumentaram 60.056 milhares de Euros face a 2016, dado o aumento de aeronaves neste regime de locação.

O aumento muito pronunciado da atividade de transporte aéreo provocou ainda o aumento concomitante de muitos custos da operação como custos comerciais, comissões, *booking fees* e publicidade, bem como despesas com serviços de *handling*, *catering*, irregularidades, alimentação, alojamento nas escalas, entre outros.

29 - Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal decompõem-se conforme segue:

	2017	2016
Remunerações do pessoal	461.164	438.935
Encargos sociais	93.864	88.208
Outros gastos com o pessoal	63.196	51.819
Gastos com benefícios pós-emprego (Nota 20)	6.333	6.869
	624.557	585.831

O aumento dos gastos com pessoal decorre da variação do *headcount*, aumento médio salarial e do aumento significativo de remunerações variáveis, em resultado do forte crescimento da operação.

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais do Grupo TAP, em 2017 e 2016, foram:

	2017	2016
Conselho Administração (Nota 37)	3.372	2.315
Conselho Fiscal / Fiscal Único	92	93
	3.464	2.408

A rubrica “Outros gastos com o pessoal” detalha-se do seguinte modo:

	2017	2016
Seguros	21.839	19.178
Gastos de ação social	10.609	10.329
Indemnizações	16.159	7.811
Comparticipação de refeições	6.101	5.032
Formação	2.862	4.656
Outros	5.626	4.813
	63.196	51.819

Durante os exercícios de 2017 e 2016 o número médio de trabalhadores ao serviço, da TAP SGPS e de todas as subsidiárias, foi de 10.881 e de 11.019, respetivamente:

	2017				
	Transporte Aéreo	Manutenção	Catering	Outros	Total
Portugal	5.285	1.840	455	767	8.347
Brasil	102	2.090	-	-	2.192
Outros	333	9	-	-	342
	5.720	3.939	455	767	10.881
	2016				
	Transporte Aéreo	Manutenção	Catering	Outros	Total
Portugal	5.027	1.906	487	1.234	8.654
Brasil	129	1.870	-	-	1.999
Outros	362	4	-	-	366
	5.518	3.780	487	1.234	11.019

30 – Imparidades de inventários e contas a receber

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 esta rubrica detalha-se como segue:

	2017		2016	
	Imparidade	Reversão de imparidade	Imparidade	Reversão de imparidade
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo (Nota 12)	2.517	(980)	2.643	(831)
Clientes e outras contas a receber - correntes (Nota 11)	3.511	(2.257)	4.558	(2.429)
	6.028	(3.237)	7.201	(3.260)
		2.791		3.941

31 - Aumentos/reduções de justo valor

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi reconhecido, nos resultados do exercício, uma perda de 122 milhares de Euros (2016: um ganho de 32 milhares de Euros) resultantes da variação de justo valor das propriedades de investimento (Nota 5).

32 - Outros gastos e perdas operacionais

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a rubrica de outros gastos e perdas detalha-se como segue:

	2017	2016
Impostos	9.473	9.280
Outros gastos e perdas de serviços financeiros	6.705	6.079
Indemnizações por ação judicial	3.200	4.151
Utilização fraudulenta de cartões de crédito	3.090	1.694
Perdas em ativos fixos tangíveis	1.876	1.591
Perdas em inventários	1.176	820
Trabalhos para a própria entidade	(1.052)	(559)
Multas e penalidades	405	191
Outros	1.398	1.306
	26.271	24.553

33 – Depreciações, amortizações e perdas por imparidade

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 esta rubrica decompõe-se como segue:

	2017	2016
Depreciação de ativos fixos tangíveis (Nota 4)		
Edifícios e outras construções	5.744	5.689
Equipamento básico	46.302	46.513
Equipamento de transporte	320	296
Ferramentas e utensílios	1.530	887
Equipamento administrativo	1.400	1.079
Outros ativos fixos tangíveis	425	210
	55.721	54.674
Amortização de ativos intangíveis (Nota 7)		
Programas de computador	426	228
Perdas por imparidade em ativos tangíveis (Nota 4)		
Equipamento básico	9.910	2.294
	66.057	57.196

Em 2017 foi reconhecida uma perda por imparidade na subsidiária Portugalia referente às suas aeronaves, no montante de 9.910 milhares de Euros (2016: 2.294 milhares de Euros), tendo em consideração as avaliações obtidas a esta data. Importa salientar que a referida frota não se encontra em exploração dada a renovação ocorrida em 2016 e 2017.

34 - Juros e rendimentos e gastos similares obtidos/suportados

Os juros e rendimentos similares obtidos e os juros e gastos similares suportados, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, detalham-se como segue:

	2017	2016
Rendimentos e ganhos		
Juros obtidos de investimentos	6.654	2.877
	6.654	2.877
Gastos e perdas		
Juros suportados de financiamentos	39.462	39.640
Diferenças de câmbio desfavoráveis	29.748	2.734
Outros gastos e perdas financeiros	5.844	1.816
	75.054	44.190

O valor dos juros suportados de financiamentos encontra-se líquido dos juros capitalizados referentes a ativos fixos tangíveis no montante de 2.514 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2017 (6.890 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2016).

As diferenças cambiais desfavoráveis registadas no ano de 2017 decorreram, essencialmente, da desvalorização do real e do kwana, parcialmente atenuadas pelo efeito da desvalorização do dólar.

35 - Imposto sobre o rendimento

As empresas do Grupo, com sede em Portugal, são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”), com base nos seus resultados individuais, à taxa de 21%, acrescida de derrama à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, atingindo desta forma uma taxa agregada de 22,5%. Esta taxa é elevada em 3% sobre a parte do lucro tributável de cada empresa que seja superior a 1,5 milhões de Euros e inferior a 7,5 milhões de Euros, é elevada em 5% sobre a parte do lucro tributável de cada empresa que seja superior a 7,5 milhões de Euros e inferior a 35 milhões de Euros, e é elevada em 7% sobre a parte do lucro tributável de cada empresa que seja superior a 35 milhões de Euros, resultando numa taxa máxima agregada de imposto de 29,5%.

No apuramento da matéria coletável, à qual são aplicadas as referidas taxas de imposto, são adicionados e subtraídos aos resultados contabilísticos montantes não aceites fiscalmente. Estas diferenças entre o resultado contabilístico e fiscal podem ser de natureza temporária ou permanente.

Nos termos do artigo nº 88 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, as empresas do Grupo, com sede em Portugal, encontram-se sujeitas a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas naquele artigo.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais das empresas, com sede em Portugal, incluídas na consolidação, estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. O Conselho de Administração do Grupo entende que, as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a rubrica “Imposto sobre o rendimento” apresenta o seguinte detalhe:

	2017	2016
Imposto corrente	15.444	1.081
Insuficiência/(excesso) de estimativa para impostos	(1.487)	(595)
Imposto diferido (Nota 10)	12.910	3.202
	26.867	3.688

A reconciliação da taxa efetiva de imposto nos exercícios de 2017 e 2016 é evidenciada como segue:

	2017	2016
Resultado antes de impostos	38.439	(28.269)
Taxa nominal de imposto	29,5%	21%
	11.340	(5.936)
Diferenças permanentes	10.513	7.346
Insuficiência/(excesso) de estimativa para impostos do exercício anterior	(1.487)	(595)
Utilização prejuízos fiscais reportáveis de exercícios anteriores sem IDA	(13)	(9)
Prejuízos fiscais reportáveis do período sem IDA	6.107	2.590
Tributação autónoma e outras formas de tributação	407	292
Imposto sobre o rendimento	26.867	3.688
Taxa efetiva de imposto	70%	(13%)

36 - Relato por segmentos

Foram identificados os seguintes segmentos de negócio: transporte aéreo, manutenção, *catering* e outros. Os resultados de cada segmento correspondem àqueles que lhe são diretamente atribuíveis, bem como os que, numa base razoável, lhes podem ser atribuídos.

A informação financeira, por segmentos de negócio, do exercício de 2017, analisa-se como segue:

	Transp. Aéreo	Manutenção		Catering	Holdings e outros	Anulações Intersegmentais	Consolidado
		Portugal	Brasil				
RÉDITOS							
Réditos	2.697.616	144.796	84.264	49.326	59.516	(100.624)	2.934.894
Resultados operacionais	156.546	17.471	(28.772)	2.245	(40.651)	-	106.839
Resultados financeiros líquidos externos	(37.279)	1.410	(21.538)	(17)	(10.976)	-	(68.400)
Ganhos líquidos em associadas	-	-	-	-	3.250	-	3.250
Imposto sobre o rendimento	(27.103)	(4.417)	-	(539)	5.192	-	(26.867)
Interesses não controlados	-	-	(682)	884	1.852	-	2.054
Resultado do exercício das atividades em continuação	92.164	14.464	(50.310)	1.689	(46.435)	-	11.572

A informação financeira, por segmentos de negócio, do exercício de 2016, analisa-se como segue:

	Transp. Aéreo	Manutenção		Catering	Holdings e outros	Anulações Intersegmentais	Consolidado
		Portugal	Brasil				
RÉDITOS							
Réditos	2.110.464	79.132	84.091	48.818	54.246	(87.113)	2.289.638
Resultados operacionais	34.973	8.699	(16.747)	2.065	(15.946)	-	13.044
Resultados financeiros líquidos externos	(4.781)	-	(18.009)	(19)	(18.504)	-	(41.313)
Ganhos líquidos em associadas	-	-	-	-	1.743	-	1.743
Imposto sobre o rendimento	(2.701)	(889)	-	(497)	399	-	(3.688)
Interesses não controlados	-	-	(473)	808	4.383	-	4.718
Resultado do exercício das atividades em continuação	27.491	7.810	(34.756)	1.549	(34.051)	-	(31.957)

37 - Entidades relacionadas

Os saldos e transações entre as empresas do grupo que integram o perímetro de consolidação são eliminados no processo de consolidação, não sendo alvo de divulgação na presente nota. Os saldos e transações entre o Grupo e as partes relacionadas encontram-se discriminados nos quadros abaixo. Os termos ou condições praticadas entre o Grupo e as partes relacionadas são, substancialmente, idênticos aos termos que normalmente seriam contratados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Os elementos do Conselho de Administração do Grupo foram considerados, de acordo com a IAS 24, como sendo os únicos elementos “chave” da gestão do Grupo.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração ascenderam a 3.372 milhares de Euros (2016: 2.315 milhares de Euros), conforme Nota 29.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os **saldos** com entidades relacionadas decompõem-se como segue:

	2017 - Ativos			
	Outras contas a receber não correntes (Nota 11)	Clientes (Nota 11)	Outras contas a receber correntes (Nota 11)	Diferimentos (Nota 11)
Empresas associadas				
SPdH - Serviços Portugueses de Handling, S.A.	-	327	617	-
Outras entidades relacionadas				
Azul S.A.	3.298	458	207	598
	3.298	785	824	598
	2017 - Passivos			
	Passivos remunerados não correntes (Nota 19)	Fornecedores (Nota 21)	Outras contas a pagar correntes (Nota 21)	Diferimentos (Nota 21)
Acionista				
Atlantic Gateway, SGPS, Lda.	-	(153)	-	-
Parública - Participações Públicas, SGPS, S.A.	(33.677)	-	-	-
Empresas associadas				
SPdH - Serviços Portugueses de Handling, S.A.	-	(8.310)	(634)	(103)
Outras entidades relacionadas				
Azul S.A.	(102.167)	(35)	(851)	-
	(135.844)	(8.498)	(1.485)	(103)

	2016 - Ativos			
	Outras contas a receber não correntes (Nota 11)	Clientes (Nota 11)	Outras contas a receber correntes (Nota 11)	Diferimentos (Nota 11)
Empresas associadas				
SPdH - Serviços Portugueses de Handling, S.A.	4.700	729	688	-
Outras entidades relacionadas				
Azul S.A.	4.744	1.436	575	731
	9.444	2.165	1.263	731

	2016 - Passivos			
	Passivos remunerados não correntes (Nota 19)	Fornecedores (Nota 21)	Outras contas a pagar correntes (Nota 21)	Diferimentos (Nota 21)
Acionistas				
Atlantic Gateway, SGPS, Lda.	-	(76)	-	-
Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A.	(31.249)	-	-	-
Empresas associadas				
SPdH - Serviços Portugueses de Handling, S.A.	-	(795)	(6.665)	(99)
Outras entidades relacionadas				
Azul S.A.	(94.754)	(1.045)	(835)	-
	(126.003)	(1.916)	(7.500)	(99)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 as **transações** ocorridas entre partes relacionadas decompõem-se como segue:

	2017				
	Materiais e serviços consumidos	Outros gastos e perdas	Vendas e serviços prestados	Outros rendimentos e ganhos	Resultados financeiros
Acionistas					
Atlantic Gateway, SGPS, Lda.	(961)	-	723	-	-
Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A.	-	-	-	-	(2.429)
Empresas associadas					
SPdH - Serviços Portugueses de Handling, S.A.	(91.862)	(29)	6.495	1.215	-
Outras entidades relacionadas					
Azul S.A.	(32.843)	(639)	22.077	6	(7.413)
	(125.666)	(668)	29.295	1.221	(9.842)

	2016				
	Materiais e serviços consumidos	Outros gastos e perdas	Vendas e serviços prestados	Outros rendimentos e ganhos	Resultados financeiros
Acionistas					
Atlantic Gateway, SGPS, Lda.	(663)	-	-	-	-
Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A.	-	-	-	-	(1.249)
Empresas associadas					
SPdH - Serviços Portugueses de Handling, S.A.	(79.738)	(32)	6.599	1.231	-
Outras entidades relacionadas					
Azul S.A.	(18.118)	(4.038)	587	-	(4.754)
	(98.519)	(4.070)	7.186	1.231	(6.003)

As transações, no montante de 91.862 milhares de Euros (2016: 79.738 milhares de Euros), registadas em materiais e serviços consumidos, são referentes a serviços prestados, em terra, pela SPdH, de apoio a aeronaves, passageiros, bagagem, carga e correio.

38 - Contingências

Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o Grupo não possuía ativos contingentes passíveis de divulgação.

Passivos contingentes

A subsidiária brasileira TAP M&E Brasil possui ações de naturezas tributária, cível e laboral, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação dos seus consultores jurídicos, para as quais não foi constituída provisão, conforme segue:

→ Ações laborais

(i) Periculosidade/Insalubridade e Outras

Valor: 65.608 milhares de Euros

A principal ação laboral refere-se, ao requerimento de pagamento adicional de insalubridade e periculosidade, para todos os funcionários que exercem a função de auxiliar de manutenção de aeronaves em Porto Alegre. Após análise da prova pericial, foi concluído que as atividades exercidas não se caracterizam como perigosas ou insalubres. O processo encontra-se no Tribunal Superior do Trabalho (“TST”) de Brasília com recurso do Sindicato para ser julgado. Em maio de 2017, o TST proferiu, em relação a alguns funcionários, a favor da subsidiária.

As outras ações dizem respeito a processos individuais, relativos a reclamações de diversas naturezas, tais como, horas extra, danos morais, entre outros.

A TAP M&E Brasil entende, baseada em informações provenientes dos seus advogados, que destes processos não resultarão impactos materialmente relevantes, suscetíveis de afetar as suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017.

→ Ações fiscais

(ii) Auto de infração de imposto de importação (“II”), imposto sobre produtos industrializados (“IPI”), programa de integração social (“PIS”) e contribuição para financiamento da segurança social (“COFINS”)

Valor: 23.193 milhares de Euros

A subsidiária foi notificada pela Reserva Federal, em 26 de abril de 2010, que entendeu não serem aplicáveis às operações de importação da subsidiária a isenção de II e IPI e a alíquota 0% de PIS e COFINS. O processo está no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (“CARF”) a aguardar julgamento do Recurso de Ofício da Fazenda Nacional.

A TAP M&E Brasil entende, baseada em informações provenientes dos seus advogados, que deste processo não resultarão impactos materialmente relevantes, suscetíveis de afetar as suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017.

(iii) Execução fiscal de obrigações acessórias de imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (“ICMS”)

Valor: 8.838 milhares de Euros

Em dezembro de 2007, a subsidiária foi notificada, no âmbito de uma execução fiscal, proposta pela Fazenda do Estado de São Paulo (Guarulhos), relativa a obrigações acessórias de ICMS. A subsidiária realizou a penhora de 2% da faturação, bem como a suspensão da execução com as razões para a revisão da execução fiscal. Nos autos da falência da VARIG, constava a informação de que a dívida no período anterior à aquisição das ações pela TAP SGPS, não seria da responsabilidade da TAP M&E Brasil, e sim da antiga controladora VARIG. Assim, foi apresentada petição ao juízo da Fazenda Pública para a suspensão da penhora com a consequente extinção deste processo e a devolução dos valores depositados até agora. A subsidiária aguarda a decisão do juízo da Vara de Fazenda Pública.

(iv) Auto de infração de incumprimento no regime de importação temporária

Valor: 2.717 milhares de Euros

Em 2012, a subsidiária foi notificada pela Receita Federal, devido ao não cumprimento do regime de importação temporária. Aguardam julgamento do recurso interposto junto do CARF. Em setembro de 2016 foi julgado o Recurso Voluntário da subsidiária onde o CARF aceitou desconsiderar parte do Auto de Infração. Em 2017 o CARF decidiu, a favor da subsidiária, tendo sido reduzido o Auto.

(v) Auto de infração de PIS e COFINS - 2006

Valor: 2.819 milhares de Euros

O fisco entendeu haver diferenças entre o livro de razão analítico e a declaração de débitos e créditos tributários federais (“DCTF”), referentes ao ano de 2006. Em julgamento, o CARF não considerou as alegações da subsidiária, tendo sido apresentados novos embargos de declaração, estando a aguardar julgamento do recurso. Em junho de 2017, os embargos de declaração foram negados, tendo saído despacho para ciência do acórdão respetivo. Em dezembro de 2017, o processo administrativo transitou em julgado, encontrando-se a aguardar a fase seguinte, a cobrança judicial.

(vi) Auto de infração de PIS e COFINS - 2007

Valor: 1.555 milhares de Euros

O fisco federal apurou diferenças entre as declarações apresentadas pela subsidiária, relativas às contribuições PIS e COFINS. Foi apresentada manifestação de inconformidade em 2012 e atualmente, de acordo com despacho, aguarda-se o encaminhamento dos autos para arquivo.

(vii) Auto de infração de ICMS

Valor: 1.235 milhares de Euros

A TAP M&E Brasil foi notificada, em 2014, pela Secretaria de Fazenda do Rio Grande do Sul, pelo aproveitamento de crédito de ICMS de energia elétrica na filial de Porto Alegre. A subsidiária apresentou impugnação, não havendo previsão para o julgamento.

→ **Ações cíveis**

(viii) Execução de honorários de advogados

Valor: 2.952 milhares de Euros

Execução de honorários por parte de um escritório de advogados contra a subsidiária, no âmbito da desistência de ação e adesão ao programa de parcelamento do REFIS (Programa de Recuperação Fiscal), encontrando-se em fase de julgamento do recurso. Em 2017, um dos processos transitou em julgado do Acórdão proferido pela 7ª Câmara Cível.

→ **Outras**

(ix) Ativos penhorados

Valor: 12.357 milhares de Euros

A subsidiária TAP M&E Brasil possui diversos bens ativos penhorados, no valor de 12.357 milhares de Euros que se referem a garantias requeridas em processos fiscais e laborais. Entre os bens encontram-se veículos, computadores, componentes, itens dos hangares do Rio de Janeiro e Porto Alegre, entre outros.

A TAP SGPS e a TAP S.A. foram notificadas a 10 de novembro de 2016 de uma “Comunicação de Objeções” emitida pela Comissão Europeia - Direção Geral da Concorrência, relacionada com as tarifas praticadas pela TAP S.A. e a SN Brussels na rota Lisboa-Bruxelas, tendo em consideração os acordos de “code-share” existentes. O Grupo TAP entende que não existem indícios fundamentados de qualquer infração, tendo apresentado a sua defesa já em 2017, pelo que não é provável que um exfluxo de recursos lhe seja exigido.

Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 as garantias prestadas pelo Grupo decompõem-se como segue:

	2017	2016
Garantias bancárias prestadas pela TAP S.A.		
Aeronaves	41.616	47.357
INEA - Projeto "Spice"	2.626	2.626
Combustíveis	1.734	2.199
Estado Português - Exploração das linhas dos Açores	1.654	1.654
Clean Sky - Projeto de Investigação e Desenvolvimento	1.612	1.612
Tribunal do Trabalho	681	1.053
Natwest - <i>Acquiring</i> referente a cartões de crédito	-	2.453
Outras	10.528	11.205
Garantias bancárias prestadas pela LFP		
Contratos de concessão de licenças de exploração das Lojas Francas	-	11.724
Garantias bancárias prestadas por outras Empresas do Grupo	397	2.057
Cauções prestadas a seguradoras	-	90
	60.848	84.030

As garantias reais prestadas no âmbito de contratos de financiamento encontram-se divulgadas na Nota 19.

39 - Detalhe dos ativos e passivos financeiros

A reconciliação das posições financeiras consolidadas, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, com as diversas categorias dos ativos e passivos financeiros, nelas incluídas, detalha-se como segue:

	2017				Total
	Instrumentos financeiros derivados designados como instrumentos de cobertura (Nota 16)	Créditos e valores a receber	Outros ativos/passivos financeiros	Ativos e passivos não financeiros	
Ativos					
Outros ativos não correntes	-	96.090	45.960	-	142.050
Valores a receber correntes	-	390.288	34.853	38.100	463.241
Depósitos bancários restritos	-	-	83	-	83
Caixa e seus equivalentes	-	-	167.734	-	167.734
Total Ativos	-	486.378	248.630	38.100	773.108
Passivos					
Passivos remunerados não correntes	-	-	(756.122)	-	(756.122)
Outros passivos não correntes	-	-	(112.813)	-	(112.813)
Passivos remunerados correntes	-	-	(114.752)	-	(114.752)
Valores a pagar correntes	-	-	(528.706)	(542.036)	(1.070.742)
Total Passivos	-	-	(1.512.393)	(542.036)	(2.054.429)

	2016				Total
	Instrumentos financeiros derivados designados como instrumentos de cobertura (Nota 16)	Créditos e valores a receber	Outros ativos/passivos financeiros	Ativos e passivos não financeiros	
Ativos					
Outros ativos não correntes	-	81.175	39.654	-	120.829
Valores a receber correntes	-	260.430	-	40.281	300.711
Depósitos bancários restritos	-	-	538	-	538
Caixa e seus equivalentes	-	-	150.468	-	150.468
Total Ativos	-	341.605	190.660	40.281	572.546
Passivos					
Passivos remunerados não correntes	-	-	(666.841)	-	(666.841)
Outros passivos não correntes	(636)	-	(104.843)	-	(105.479)
Passivos remunerados correntes	-	-	(328.274)	-	(328.274)
Valores a pagar correntes	-	-	(451.737)	(437.578)	(889.315)
Total Passivos	(636)	-	(1.551.695)	(437.578)	(1.989.909)

Na tabela que se segue, apresentam-se os ativos e passivos, mensurados ao justo valor a 31 de dezembro de 2017 e 2016, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor previstos na IFRS 13:

Nível 1: justo valor de instrumentos financeiros baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de referência da posição financeira consolidada;

Nível 2: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação. Os principais *inputs* dos modelos utilizados são observáveis no mercado; e

Nível 3: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais *inputs* não são observáveis no mercado.

→ **Ativos mensurados ao justo valor**

	2017		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos não financeiros			
Propriedades de investimento	-	2.126	-
	2016		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos não financeiros			
Propriedades de investimento	-	2.248	-

→ Passivos mensurados ao justo valor

	2017		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros			
Passivos financeiros ao justo valor reconhecidos em reservas - derivados de cobertura	-	-	-
Passivos não financeiros			
Diferimentos - Programa de fidelização de clientes	-	50.399	-

	2016		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros			
Passivos financeiros ao justo valor reconhecidos em reservas - derivados de cobertura	-	636	-
Passivos não financeiros			
Diferimentos - Programa de fidelização de clientes	-	42.972	-

Instrumentos financeiros derivados

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados encontra-se incluído na rubrica de valores a pagar, quando negativo, e na rubrica de valores a receber, quando positivo.

No decurso de 2017 e 2016, a variação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados, foi registada em capitais próprios.

A decomposição do justo valor dos instrumentos financeiros derivados encontra-se detalhada na Nota 16.

Créditos e valores a receber

Estes valores são reconhecidos, inicialmente, ao seu justo valor, correspondendo ao seu valor nominal, deduzido de eventuais imparidades identificadas no decurso da análise dos riscos de crédito.

Outros passivos financeiros

Estes valores são reconhecidos pelo seu custo amortizado, correspondendo ao valor dos respetivos fluxos de caixa, descontados pela taxa efetiva de juro associada a cada um dos passivos.

40 – Compromissos

→ Compromissos de compra

Está contratada com a Airbus S.A.S. (“Airbus”) a aquisição de 53 aeronaves (39 A320 NEO Family e 14 A330 NEO) a receber entre 2018 e 2025. Esta encomenda decorre da novação à TAP S.A. do contrato de aquisição previamente negociado e assinado entre a Airbus e a DGN Corporation. Destas, foram celebrados contratos

de cedência de posição contratual com subsequente *leaseback* e contratos de *sale and leaseback* para 14 aeronaves (8 A320 NEO Family e 6 A330 NEO).

Foi, também, assinado um compromisso com a CFM International Inc. relativo à aquisição de 83 reatores LEAP-A1, incluindo 5 reatores de reserva, que equiparão a nova frota de aeronaves A320 NEO Family.

→ **Outros compromissos**

Em 31 de dezembro de 2017 existiam compromissos financeiros, assumidos pelo Grupo, relativos a rendas de locação operacional de aviões e reatores e em regime de ACMI, em operação, no montante de 572.747 milhares de Euros (554.570 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2016) (Nota 19).

Adicionalmente, encontram-se ainda firmados contratos de locação operacional referentes a aeronaves cuja entrada em operação apenas irá ocorrer entre 2018 e 2020, cujo valor descontado dos planos de pagamento de rendas não canceláveis ascende a, aproximadamente, 1.402.545 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2017.

Em 2017 foram também celebradas cartas de intenções relativas à locação operacional de 3 aeronaves A330 NEO e 2 aeronaves A321 NEO pertencentes ao contrato de aquisição assinado entre a Airbus e a TAP S.A.

Foi, ainda, celebrada uma carta de intenções para a locação operacional de 3 aeronaves A321 NEO, adicionais.

41 - Eventos subsequentes

O Conselho de Administração não tem conhecimento de quaisquer eventos subsequentes à data de relato que possam ter impacto significativo nas demonstrações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

CONTABILISTA CERTIFICADO

Sandra Candeias Matos da Luz

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Miguel Jorge Reis Antunes Frasquilho
Presidente

Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves
Presidente da Comissão Executiva

David Humberto Canas Pedrosa
Vogal da Comissão Executiva

Raffael Guarita Quintas Alves
Vogal da Comissão Executiva

Ana Maria Almeida Leite de Pinho Macedo Silva
Vogal

António José Vasconcelos Franco Gomes de Menezes
Vogal

Bernardo Luís Amador Trindade
Vogal

David Gary Neeleman
Vogal

Diogo Campos Barradas de Lacerda Machado
Vogal

Esmeralda da Silva Santos Dourado
Vogal

Humberto Manuel dos Santos Pedrosa
Vogal

Li Neng
Vogal



Relatório de Auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (o Grupo), que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 1.680.517 milhares de euros e um total de capital próprio negativo de atribuível aos acionistas do Grupo 474.051 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 21.224 milhares de euros), a demonstração consolidada dos resultados, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações nos capitais próprios e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20171485

e) avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria; e

g) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

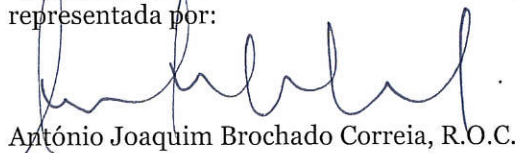
Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

9 de março de 2018

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



António Joaquim Brochado Correia, R.O.C.